

LEANDRO AVENA PRONE

Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil:

**Um estudo sobre a obra de FHC e suas implicações
para a teoria da dependência**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Câmpus de Araraquara, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Angelo Del Vecchio

ARARAQUARA

2010

Leandro Avena Prone

Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil: Um estudo sobre a obra de FHC e suas implicações para a teoria da dependência.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós – Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – FCLAR/ Universidade Estadual Paulista – UNESP, como exigência parcial para obtenção de título de Mestre em Sociologia.

Prof. Dr. Ângelo Del Vecchio [orientador] – FCLAR/UNESP

Prof. Dr. José Antonio Segatto – FCLAR/UNESP

Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa - UNIFRAN

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Solange e Hamilton, pelo suporte e apoio, não apenas material, mas pela paciência e, sobretudo por suportar minha ausência, quando tive de trancar-me no quarto para escrever oras à fio.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço meu orientador, professor e agora amigo, Ângelo Del Vecchio. Posso enumerar várias qualidades dele, mas ressalto sua parceria, sua prontidão e leveza no trato, passando tranqüilidade sem descuidar da rigidez acadêmica, abrindo portas e horizontes que me impulsionaram sobremaneira.

Ao meu querido professor Rogério Baptistini, desde a graduação e depois em grupos de estudos, obstinado homem que ama a Sociologia e as coisas do espírito, mas também o homem comum, a vida ordinária, o papo de botequim e as ironias da vida. Também faço menção à Carla Diegues, quem muito me ajudou para entrada no Mestrado.

Agradeço a Flávia que além do apoio incondicional, acompanhou todo o processo, desde minha entrada no Mestrado até a dissertação. Acolheu-me por várias noites, acordou comigo antes do galo cantar, suportou todo o ciclo. Mesmo separados, nossos laços são indestrutíveis.

Ao Waldir Salvadore, com quem pude conversar exaustivamente sobre meu trabalho, sempre dando ótimas opiniões. Ao Paulo Silvino, o Paulinho, meu companheiro de jornada, quem me dava carona desde São Paulo, sempre trazendo um salgado fresco preparado com amor pela sua mãe. Eram exaustivas viagens que se tornavam aprazíveis pela ótima companhia. Posso dizer que sou um grande admirador do Paulinho, pelo seu caráter e sua luta diária.

Meu sincero agradecimento a Patrícia Scarlett, do Instituto Fernando Henrique Cardoso, pela paciência e solicitude ao abrir arquivos e textos que foram de suma importância para esta dissertação.

Ao Pedro Barizon e Jose Alexandre Sanches, da Prefeitura de São Paulo, possibilitando minhas saídas para cursar as aulas em Araraquara.

Sem essas pessoas não teria conseguido.

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de discutir a obra *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil* (1964) de Fernando Henrique Cardoso, fruto do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT). Analiso a produção intelectual anterior ao livro, e chego à conclusão que nele há uma ruptura com um padrão sociológico anterior, sobretudo na produção da CEPAL e do ISEB. A partir disso, demonstro que na obra de 1964 há algumas premissas que serão verificadas posteriormente nos escritos de Cardoso sobre a teoria da dependência, ponto forte de sua produção intelectual que o consagrou mundialmente por meio de sua visão particular sobre a dependência associada. Não obstante, destaco a importância dos estudos sobre as leituras de Marx no consagrado *Seminário do Capital* sobre a trajetória intelectual de Cardoso, possibilitando sua emancipação intelectual frente ao seu mestre, Florestan Fernandes.

Palavras-chaves: Nacionalismo. Desenvolvimento. Subdesenvolvimento. Periferia. Marxismo. Teoria da dependência. Empresários. Empreendedores. Capitalismo.

ABSTRACT

The current work has the goal to discuss the book, *Industrial Entrepreneur and Economic Development in Brazil* (1964), by Fernando Henrique Cardoso, born into Sociology Industrial and Labour Center. I analyse the intellectual production prior to the book, and I conclude that there's a break with previous sociological pattern, especially in the production of ISEB and CEPAL. From this, I show that the work of 1964 there are some assumptions that will be checked later in Cardoso's writings on dependency theory, strong point of his intellectual production that made him famous worldwide through their particular vision of dependency associated. Nevertheless, I emphasize the importance of studies on the readings of Marx the hallowed Capital Seminar on Cardoso's intellectual trajectory, allowing its intellectual emancipation front of his master, Florestan Fernandes.

Key words: Nacionalism. Develpoment. Underdevelopment. Periphery. Marxism. Dependence's theory. Entrepreneurs. Enterprising. Capitalism.

SUMÁRIO

1. Introdução	8
2. Antecedentes da obra	13
2.1. O debate intelectual x científico da época (Nação x Antinacão)	14
2.2. As ideias do ISEB, da CEPAL, do Cesit e a Cadeira de Sociologia I da USP ..	23
2.3. O conceito de centro-periferia e a CEPAL	32
2.4. A cadeira de Sociologia I da FFLC	36
2.5. CESIT – O Projeto	40
2.6. O CESIT e a oportunidade do momento político	45
2.7. Referenciais teóricos do CESIT	49
3. A obra.....	51
3.1. Descrição da obra.....	52
3.2. Furtado e FHC: visões distintas sobre o desenvolvimento nacional	68
3.3. A visão de FHC.....	70
3.4. Questões metodológicas	93
4. Impactos da obra.....	103
4.1. O que é a Teoria da Dependência	103
4.2. Ruptura/abalo no pensamento sociológico	113
5. Referências bibliográficas	117

1. Introdução

Apresento esta dissertação de mestrado com o objetivo de discutir a obra *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil* (1964) de Fernando Henrique Cardoso, trazendo questões que, de certo modo, antecipam a Teoria da Dependência associada, visão particular de Cardoso sobre os estudos sobre a dependência. Para tanto, levo em consideração uma produção intelectual anterior, da época do surgimento de uma sociologia universitária, buscando identificar as suas diferenças em relação aos trabalhos de caráter mais ensaístico e geral sobre o Brasil, passando, posteriormente, pela análise de algumas publicações isebianas e cepalinas. Ao final desse levantamento, buscarei discorrer de modo mais aprofundado sobre o cenário em que se situa a obra de FHC, desde a Cadeira de Sociologia I da USP até a criação do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT).

Desse modo, portanto, no primeiro capítulo farei uma exposição sobre a imediata produção intelectual anterior à obra, o que se configura uma demonstração do debate intelectual em detrimento do científico. O primeiro capítulo também chama a atenção para outras questões: o argumento nacionalista em defesa de um modelo de desenvolvimento nacional autônomo confrontado com uma visão heterônoma, cosmopolita, não apregoando a soberania, mas, sim, certa compactuação com as principais potências, sobretudo os Estados Unidos da América, e as vicissitudes da curta existência do CESIT, que dependeu de arranjos políticos e institucionais, mesmo dentro de um ambiente universitário que se pretendia neutro e distante dos condicionantes políticos.

Destarte, recuperarei alguns argumentos do ISEB, aqui analisado como guardião do desenvolvimento nacional burguês, num contexto histórico em que estratégias de desenvolvimento econômico eram recorrentes e visavam uma transformação da ordem social por meio da derrocada do “Antigo Regime”. E aqui não penso nos moldes feudais, mas sim num tipo de sociedade agrário-exportadora considerada como obstáculo à emancipação nacional.

Logo em seguida, busco demonstrar de que modo a CEPAL contribuiu para um despertar das Nações latino-americanas com relação ao subdesenvolvimento, contestando as correntes econômicas clássicas que viam

nas trocas comerciais uma possibilidade de equalização das Nações, cuja lei das vantagens comparativas defendia que cada economia teria condições, em longo prazo, de concorrer igualmente na divisão internacional do trabalho, utilizando suas próprias vocações. Ou seja, os países exportadores de matérias-primas, como é o caso dos países da América Latina, num longo período teriam os mesmos ganhos comparados às economias desenvolvidas, industrializadas, exportadoras de manufaturas. O questionamento a essa posição, sobretudo nos escritos de Prebisch (1949), dão o tom para a industrialização programada na América Latina, de modo a enfrentar o desequilíbrio das trocas comerciais.

Com efeito, a produção da CEPAL possibilitou grandes avanços para a tomada de decisões quanto ao problema do subdesenvolvimento, por meio de estratégias a serem adotadas pelas economias periféricas, como: aumento da produtividade; necessidade de acumulação, ou seja, poupança para transferir recursos ao setor industrial; a urgência de realização da reforma agrária; reformas tributárias; maior planejamento e por último, aumento do consumo das massas. Sem dúvida o processo de industrialização na América Latina não foi acompanhado de um desenvolvimento integrado, com maior igualdade social, e esse fato fez com que os intelectuais cepalinos se ajustassem aos problemas enfrentados, sobretudo nos anos 1960, devido às graves crises econômicas.

De qualquer modo, a CEPAL torna-se um importante lócus para a descoberta da identidade latino-americana, e algumas lacunas deixadas são posteriormente preenchidas com os estudos sobre a dependência, que de algum modo nascem na própria CEPAL.

Adiante, saliento alguns aspectos sobre a formação da chamada Escola Paulista de Sociologia, grupo de uspianos ligados à Cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia e Ciências, sob a égide de Florestan Fernandes. Procuro demonstrar, por meio da trajetória intelectual de Florestan e sua obstinada liderança acadêmica, a transição de uma sociologia empírica, com objetos bem definidos, para uma sociologia voltada aos problemas macroestruturais da sociedade brasileira, ressaltando obstáculos e possibilidades para a mudança social nos moldes capitalistas.

O intento de Florestan é entrar no debate acerca das especificidades do modo de produção capitalista no Brasil e trazer a Sociologia para a arena da intervenção racional, por isso seu esforço para submeter a Cadeira de Sociologia I a essas questões, quais sejam: a modernização, os obstáculos à mudança social e ao desenvolvimento nos moldes capitalistas.

Isto posto, junto com Fernando Henrique Cardoso, Florestan cria o Centro de Estudos Industriais e do Trabalho (CESIT) a partir do projeto *Economia e Sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento*, cuja premissa era estudar os agentes sociais da mudança, tais como: o Estado; a burguesia industrial e força de trabalho. Buscava-se relacionar estes agentes com a imediata estrutura social, tentando assim verificar as possibilidades de mudança.

Outro projeto ligado ao CESIT cujo título *A Empresa Industrial em São Paulo* consistia num *survey* das empresas situadas na grande São Paulo, e tinha por fim classificá-las de acordo com número de funcionários, tipos de gestão, formas de inovação, entre outras, que é tomado como pano de fundo para Cardoso escrever *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil* (1964).

Para completar, encerro o primeiro capítulo apontado as principais influências intelectuais do CESIT, tanto do lado dos franceses ligados a *École de Hautes Études* como a própria CEPAL.

No segundo capítulo, busco uma discussão aprofundada sobre a obra *Empresário Industrial e Desenvolvimento no Brasil* (1964) com a incumbência de descrevê-la a partir dos seus referenciais teóricos, partindo de uma análise do perfil do empreendedor *strictu sensu*, para adequá-lo a um capitalismo de ordem monopolística, num contexto em que grandes unidades industriais operam em âmbito internacional. Trata-se de uma das primeiras publicações de natureza sociológica com o objetivo de discutir o processo de industrialização bem como o papel dos empreendedores para o desenvolvimento econômico brasileiro, ou seja, uma análise a partir da periferia do sistema capitalista.

Procurro demonstrar o posicionamento de Cardoso frente aos economistas norte-americanos e sua crítica ao modelo de etapas para o desenvolvimento. Já envolvido pela dialética, o autor dá maior ênfase para a ação, a partir do conflito, sem deixar de levar em conta a estrutura econômica

das sociedades periféricas. E, no caso brasileiro, uma estrutura muito marcada por práticas patrimonialistas, tendo na pujança do Estado um pilar para a construção nacional. Dessa forma, a burguesia industrial, de formação recente à época, não teria se constituído como classe, gerando certa disfunção para cumprir seu papel de construtora de um capitalismo moderno.

Desse modo, caem por terra as postulações defendidas pelo ISEB, que depositavam na burguesia empreendedora um tipo de ação e comportamento análogo ao burguês clássico, encontrando nos países de capitalismo originário.

Isto posto, colocamos *Empresário Industrial* (1964) como uma obra que faz a ponte entre um discurso sociológico e político, chamando atenção para os pactos forjados entre a burguesia nacional e a estrangeira.

Finalizo o capítulo demonstrando de que modo as leituras de Marx, por meio do *Seminário do Capital* possibilitam a Cardoso uma análise dialética sobre o desenvolvimento econômico brasileiro, enfatizando as relações e tensões entre as classes sociais no plano interno.

No terceiro e último capítulo, discuto a teoria da dependência e de que modo Cardoso empreende uma visão particular sobre as possibilidades de inserção da periferia no sistema capitalista. Para finalizar, concluo sobre os principais assuntos levantados, demonstrando que Cardoso rompe com um padrão sociológico, ao analisar as transformações sociais das economias periféricas e perceber uma possibilidade de inserção e desenvolvimento, ainda que em termos de dependência.

Fernando Henrique Cardoso nasceu em 18 de junho de 1931, no Rio de Janeiro. Ascendente de família de militares revolucionários, seu pai, Leônidas Cardoso foi um dos tenentes de 1930. Cardoso inicia o curso em Sociologia pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade de São Paulo no ano de 1949 e gradua-se em 1952. Obteve seu doutoramento em 1961 com a tese *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata* (1962). Vai à França em 1962 estudar no Laboratório de Sociologia Industrial da Universidade de Paris, de onde traz grande contribuição para escrever *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil* (1964). Com o golpe de 1964 foi forçado a deixar o país, indo primeiramente para o Chile e depois à França, onde lecionou na Universidade de Nanterre, berço dos conflitos de Maio de 1968.

Durante o exílio, foi diretor do *Instituto Latino-Americano de Programacion Econômica e Social* (ILPES) da CEPAL e presidente da Associação Latino Americana de Sociologia (ALAS) e posteriormente da Associação Internacional de Sociologia. Além de ser um dos criadores do CESIT, ajudou a construir o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) reunindo um grupo de intelectuais, tais como: Paul Singer, Francisco Weffort, Francisco de Oliveira, Ruth Cardoso (sua esposa desde 1958). Nos anos 1970 leciona em importantes universidades estrangeiras, tais como: Stanford/EUA; Cambridge/Inglaterra; Califórnia/EUA; Princeton/EUA, entre outras. Torna-se professor emérito em Ciência Política em 1992. Além de sua vida acadêmica, Cardoso foi um dos fundadores do MDB, futuro Partido do Movimento Democrático Brasileiro, atuando contra a ditadura. Elege-se Senador da República em 1983.

Em 1988 ajuda a fundar o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Com o *impeachment* de Collor e no governo Itamar Franco torna-se Ministro da Fazenda, participando ativamente na elaboração de um plano econômico de estabilização da economia, marcada por forte inflação. Surge então o Plano Real. Elege-se Presidente da República em 1994, exercendo o cargo por dois mandatos consecutivos.

2. Antecedentes da obra

Neste capítulo pretendo, para poder melhor situar a obra *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil* (1964), de Fernando Henrique Cardoso (dentro do campo de debates da época) sistematizar a produção intelectual anterior a sua publicação, desde a criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em 1948 e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), em 1955, até chegar ao Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), criado em 1961 – de onde ela emerge.

Para atingir esse objetivo, trarei apontamentos de alguns intelectuais como Antônio Candido (2006), Luis Werneck Vianna (1997), Daniel Pécaut (1990), Sérgio Miceli (1987), Maria Arminda do Nascimento Arruda (2001) e Renato Ortiz (1990), no que diz respeito às origens das Ciências Sociais, seus objetivos e processo de institucionalização.

Os intelectuais supracitados provêm de orientações e trajetórias distintas, no entanto, todos em algum momento de suas vidas debruçaram-se sobre as origens das Ciências Sociais enquanto disciplina, o que permite verificar pontos em comum entre suas obras.

Em um segundo momento, focarei o debate dos anos 1950, permeado principalmente pelas correntes nacionalistas e cosmopolitas, terreno em que o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)¹ terá papel destacado. Porém, não deixarei de passar pelas ideias e estudos da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL)², que embasaram os posicionamentos do ISEB e que mais tarde sofreram reparos críticos pela Escola Paulista de Sociologia. Para enfrentar os temas isebianos, utilizarei artigos de Luis Carlos Bresser Pereira (2005), o livro *ISEB: Fábrica de Ideologias* (1977), de Caio Navarro de Toledo, trabalho extraído de seu doutoramento, o estudo da vida e obra de Guerreiro Ramos empreendido pela professora Lucia Lippi de Oliveira (1995), além das leituras das obras de Guerreiro Ramos (1961), Helio Jaguaribe (1958) e Roland Corbisier (1958).

¹ Usarei ISEB.

² Usarei CEPAL.

2.1. O debate intelectual x científico da época (Nação x Antinação)

Em “A Sociologia no Brasil” (2006), artigo inicialmente publicado para a *Enciclopédia Delta-Larouse* no ano de 1959, Antonio Candido entende que as Ciências Sociais no Brasil podem ser matizadas em três fases. A primeira, compreendendo o período que vai de 1880 a 1930, é marcada pela discussão entre intelectuais não especializados, já que não há ensino e pesquisa em Ciências Sociais, mas sim muitos trabalhos apoiados na literatura e no ensaio, que são tomados como interpretações globais do Brasil. Em seguida uma fase intermediária, compreendendo o período de 1930 a 1940, e uma terceira fase, que se inicia nos anos 1940, em que já era possível tomar as Ciências Sociais como uma disciplina acadêmica.

No primeiro período das Ciências Sociais no Brasil, são emblemáticas as produções de Silvio Romero, Tobias Barreto e Euclides da Cunha. No geral, são publicações que buscam uma síntese explicativa sobre o Brasil, delimitando etapas históricas e utilizando-se de elementos da Biologia – por meio do Evolucionismo – e do Direito.

A maioria dos autores é, portanto, composta de juristas, médicos ou engenheiros preocupados com a trajetória e o futuro do país, ancorados pela ideia de que era necessário encontrar remédios político-administrativos para os males do atraso e da desorganização, como é o caso de Alberto Torres (1982), Oliveira Viana (1956), Manuel Bonfim (1993) e Azevedo de Amaral (1981). E, como prega o jargão das Ciências Naturais, para encontrarem esses remédios e melhor diagnosticarem seu paciente, os autores produziam análises históricas, evidenciando a força do meio físico sobre a estrutura social, valendo-se de seu repertório como intelectuais, muito intuitivos e retóricos (CANDIDO, 2006).

A profusão desses estudos somada a grandes transformações políticas, econômicas, culturais e sociais dos decênios de 1920 (com a Semana na Arte Moderna) e 1930 (com a Revolução de 1930) facilitou a constituição e consolidação da Sociologia. Fazia-se sentir, sobretudo por parte da elite paulista (derrotada), o desconhecimento do país e do seu interior. Essa mesma

elite tinha como objetivo preparar o país para uma sociedade moderna, e mais do que isso, a modernização do seu arsenal teórico tornava-se premente e a solução era ensinar a Sociologia como disciplina. Segundo Cândido³:

Tendo já consciência dos fatos essenciais da realidade brasileira que lhe competia estudar; tendo já elaborado alguns pontos de vista coerentes sobre o país; tendo firmado critérios explicativos (como recurso à História, o estudo da adaptação ao meio, a avaliação das etnias no meio social, o senso da complexidade cultural); tendo firmado esses e outros critérios, faltava-lhe dar o passo decisivo para se incorporar à nossa vida intelectual: enriquecimento e modernização da teoria, de um lado; opção decidida pelos métodos diretos de pesquisa empírica da realidade presente, de outro. Neste sentido era condição indispensável iniciar seu ensino, sem o qual não haveria possibilidade de formar os sociólogos profissionais (CANDIDO, 1958, p. 214).

Nesse sentido, cabe ressaltar a ação de Roberto Simonsen, um dos idealizadores e financiadores do advento da Escola Livre de Sociologia e Política, que abrigou o primeiro curso de Ciências Sociais no Brasil, contribuindo sobremaneira com seu processo de institucionalização, por meio do ensino, da técnica de pesquisa, e da sua aplicação. Simonsen, um empresário nacionalista mas antes de tudo um intelectual, percebia a oportunidade de apoiar a Escola de Sociologia e Política já que suas formulações pautavam-se na busca pelo Brasil Moderno⁴, industrializado e independente no plano econômico. Para tal intento, seria imprescindível a formação de uma elite preparada para o projeto de emancipação nacional (IGLESIAS, 2001, p.174).

Pode-se ver assim que o papel dos educadores também é fundamental para o ensino curricular da Sociologia. Destaco aqui a figura de Fernando de Azevedo e as reformas educacionais realizadas no Distrito Federal e em São Paulo, e a Reforma federal de Francisco Campos, em 1931. Ambos sentiam a necessidade de se ensinar a disciplina para obter uma melhor formação dos professores primários e secundaristas, além de uma ampliação da teoria educacional como um todo (CANDIDO, 2006).

³ Vale lembrar que o próprio Antonio Candido realizou estudos empíricos como a importante obra *Os Parceiros do Rio Bonito* (1987), realizado na região do Bofete.

⁴ Ver. MAZZA, Fábio. *O Idealismo prático de Roberto Simonsen. Ciência, tecnologia e indústria na construção da Nação*. Tese de doutorado. FFCH/USP, 2004.

Como já disse, a fase intermediária das Ciências Sociais, segundo Candido (2006), inicia-se na década de 1930, quando surge a Escola Livre de Sociologia e Política (1933), a Faculdade de Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934), seguidas pela Faculdade de Filosofia da Universidade do Distrito Federal (1935). Segundo Simões:

Podemos dividir esses “anos de formação” em dois períodos distintos. Numa primeira fase, entre os anos de 1933 a 1939, a Escola Livre de Sociologia e Política surgia como um centro de estudos voltado para a compreensão científica da realidade brasileira e que visava formar quadros técnicos qualificados em ciências sociais para atuarem nas nascentes instituições públicas de planejamento econômico e desenvolvimento social. É preciso ter em mente que a pesquisa social de base científica ainda não tinha se implantado no país nesse momento. Desse modo, os fundadores da Escola de Sociologia e Política – assim como também fizeram os criadores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP – foram contratar professores estrangeiros. Na ESP, deu-se preferência aos professores norte-americanos treinados na Escola de Chicago⁵. Desde os anos 1920, Chicago era um centro estabelecido e importante de Sociologia e Antropologia, que se destacava por suas pesquisas de vida urbana com metodologias bastante inovadoras e por uma certa orientação de reforma social (SIMÕES, 2001, p. 40).

Portanto, a primeira geração de especialistas formou-se em 1936, o que marca esse o período, em que se escrevem os primeiros manuais e compêndios sociológicos, como a fase da sociologia universitária. Ao escrever sobre o contexto que cerca o nascimento das Universidades, Arruda argumenta que:

O surgimento da universidade, desse modo, seria incompreensível sem a presença de condições sociais propícias, instituindo, ao mesmo tempo, novos modelos de produção intelectual. Isto é, a constituição de quadros acadêmicos transforma os critérios de produção de saber, a partir dos quais as identidades grupais emergem, agora lastreadas numa formação e num princípio profissional dotados de certa unidade. Na feitura das obras sociológicas, rompem-se antigos modelos e as noções de rigor e de ciência inserem-se no coração do sistema intelectual. Enquanto locus privilegiado de reprodução

⁵ É importante registrar que em recente pesquisa realizada por Del Vecchio, constatou-se que os primeiros professores a chegarem à Escola Livre de Sociologia e Política, Samuel Lowrie e Horace Davis, não vieram de Chicago, mas, sim, da Universidade de Columbia (EUA).

da prática científica, Universidade encontra-se na base do desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil. (2001, p. 204).

Especialmente no caso de São Paulo, segundo Del Vecchio e Dieguez (2009), havia uma forte cooperação entre os primeiros centros de ensino e pesquisa de Ciências Sociais com outras áreas, sobretudo com o Instituto de Educação, chefiado por Fernando de Azevedo, e com o Instituto de Higiene, à época sob o encargo de Geraldo de Paula Sousa. O intercâmbio entre discentes dessas instituições ocorria comumente não apenas entre as nascentes Instituições de Ciências Sociais, mas também no Departamento de Cultura do Município de São Paulo⁶ (criado por Mário de Andrade e Paulo Duarte em 1935), na Faculdade de Ciências Econômicas da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP) e no Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), criado por Roberto Simonsen. Tal cooperação demonstra o clima da época, em que havia um fortalecimento institucional em vários níveis, sobretudo nas áreas de Cultura e Ciências Humanas, e em que atuar em várias frentes significava encarar os desafios postos por uma sociedade em transição. Com base em tais evidências, os autores citados sustentam que no caso da ELSP e da USP,

A constituição simultânea, de dois centros de ensino e pesquisa em Ciências Sociais em São Paulo não foi fortuita. Os perfis diferenciados dessas escolas estão a indicar não só a existência de dois projetos diversos, **embora não concorrentes**, mas também uma gama de necessidades, temas e aplicações, larga o suficiente para incorporá-los e dar a ambos uma sobrevida que permitiu que se mantivessem até os dias atuais (DEL VECCHIO; DIEGUES, 2009, p. 15, grifo meu).

A chegada de professores estrangeiros, visando à introdução do *ethos* universitário e da vida acadêmica, mostra-se providencial. Eram oriundos, mormente da França, Alemanha e Estados Unidos, e pode-se destacar entre

⁶ Como é o caso de Samuel Lowrie, um dos primeiros estrangeiros a chegar a São Paulo, na Escola Livre de Sociologia e Política.

eles Horace Davis, Samuel Lowrie, Herbert Baldus, Donald Pierson, Roger Bastide, Emilio Willems e Claude-Levi-Strauss⁷. Para Arruda:

A formação adventícia do curso de Ciências Sociais da USP e da Escola de Sociologia e Política carregou para os estudos sociológicos, que então ganharam fôlego, uma interação singular. De um lado, os mestres estrangeiros introduziram novas abordagens dos fenômenos sociais e, de outro, defrontaram-se com problemáticas novas; enfim, deparam-se com objetos singulares (2001, p. 202).

A principal missão dos novos professores foi incrementar o ponto de vista sociológico, proporcionando a transição dos estudos globais para a pesquisa, por meio da fundamentação do objeto sociológico (CANDIDO, 2006, p. 288).

Isso posto, e segundo o olhar de Antonio Candido (2006), que busca analisar a formação da Sociologia como sistema, é somente nos anos 1940 que verificaremos o ensino como atividade socialmente reconhecida, constituída como profissão. Para Candido, “esse progresso pode ser verificado em três vias: 1) na organização do trabalho sociológico; 2) no novo espírito que o preside; 3) nas obras realizadas” (2006, p. 289). Surgem, por conseguinte, trabalhos acadêmicos metodologicamente orientados por meio de estudos empíricos, fundamentações teóricas com base na realidade, projetos em equipe, como é o caso dos estudos raciais patrocinados pela UNESCO. Ademais, passam a existir revistas especializadas, como a *Revista de Sociologia*, criada por Emilio Willems em 1939; a *Revista do Museu Paulista*, voltada aos estudos antropológicos e editada por Helbert Bauldus e Egon Schaden a partir de 1947; a *Revista de Antropologia* (1953) também criada por Egon Schaden e de natureza antropológica e a *Revista do Arquivo Municipal*, criada em 1935, e posteriormente outras duas Revistas, a *Anhembi* (1950-1962) criada por Paulo Duarte e a *Revista Brasiliense* (1955-1964), editada por

⁷ Nesse trecho, Arruda desvela a interação entre estrangeiros e “nativos” como espelho, um refletindo sobre o outro. Argumenta que muitas vezes a produção intelectual incidia na estrangeira, como suspeita Antonio Candido ao afirmar que F. Braudel sofre forte influência de *Casa-Grande & Senzala* (1933) de Gilberto Freyre.

Caio Prado Jr., ambas contaram com inúmeros artigos de Florestan Fernandes e seu grupo da Cadeira de Sociologia I da USP.⁸

Em 1954, ocorre o primeiro Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), as trocas pessoais vão se tornando mais efetivas, e os trabalhos passam a ser lidos por um maior número de pessoas especializadas.

Pode-se então afirmar que a Sociologia passa por uma transição, saindo das interpretações globais de forma ensaística para uma Sociologia empírica, com objeto delimitado e rigor metodológico. Mais do que isso, o projeto originário se esfacela, e a nova geração de sociólogos, apoiada pela prática e aprendizagem moderna – advinda da Europa e dos Estados Unidos – buscará constituir a Sociologia como disciplina científica, livre das influências políticas. Para Arruda:

A modificação central ocorrida deve-se a um modelo de exposição das ideias, ligado a um intelectual que organiza rigorosamente seu texto, sobre o qual ele exerce um controle racional. O domínio da teoria confere-lhe as condições indispensáveis para encaminhar a análise em direção aos terrenos seguros da verificação. Daí, nos momentos nos quais uma disciplina inicia o processo de edificação dos seus espaços, é comum a ênfase nas discussões teórico-metodológicas. E é por esse motivo, também, que a crítica passa a incidir sobre o ensaio, visto ser uma forma estranha à “regra do jogo da ciência e da teoria organizada”. O estilo ensaístico rejeita a noção de método e de ordenamento sistemático da exposição. Por isso o ensaio retira o seu impulso do afastamento em relação aos cânones científicos, ou porque eles ainda não são socialmente dominantes, ou porque se pretende elaborar uma crítica radical dos princípios da ciência (ARRUDA, 2001, p. 213).

Florestan Fernandes é um marco nessa passagem, trazendo a teoria moderna à luz da reconstrução do passado, como é o caso dos estudos sobre a sociedade tupinambá (1970). Ao utilizar o método funcionalista combinado com relatos dos cronistas, Florestan reconstitui uma sociedade extinta, a dos tupinambás, com todos os requintes modernos para a época.

Outro ponto a ser destacado, e aqui trago alguns apontamentos de Luis Werneck Vianna (1997), é o distanciamento dos intelectuais com os setores subalternos. Vimos que a preocupação que orientava os primeiros trabalhos de

⁸ Cf. JACKSON, Luiz Carlos. A sociologia paulista nas revistas especializadas (1940-1965). *Tempo Social*, vol.16, n.1, São Paulo, 2004.

caráter sociológico era a construção da nação, mas visando o Estado. Ou seja, alicerçar o Estado para posteriormente formarmos uma nação, com sentido de solidariedade e formação da opinião pública, na tradição de Alberto Torres (1982), Oliveira Vianna (1956) e Azevedo Amaral (1981).

O cenário de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil é marcado por uma elite regional que se incorpora ao Estado, o transformando num cientista social coletivo, para conduzi-lo ao desenvolvimento econômico e preparar a transição do tradicional para o moderno. Se, num primeiro momento, as escolas superiores formam-se a partir dessa relação intelectual-Estado, em que os próprios políticos patrocinavam essas iniciativas, com o próprio desenrolar da atividade científica ocorre um afastamento, principalmente por parte dos cientistas sociais oriundos das camadas médias, preocupados com ascensão social e com a possibilidade de viverem a partir desta profissão.

Essa dissociação do projeto originário – preparar elites para gerirem e racionalizarem o Estado – com o que se produz efetivamente nos primeiros trabalhos, é tributário dos professores estrangeiros que aqui chegam. Segundo Werneck (1997, p.185):

Não por acaso, a primeira orientação das Ciências Sociais na academia volta-se para os estudos etnográficos, perdida a perspectiva da história, ponto de partida obrigatório das antigas elites intelectuais. Para tanto, foi certamente influente a presença dos professores estrangeiros com treinamento em Antropologia Social, valorizando-se os estudos voltados ao folclore, ao negro e ao imigrante, bem como às comunidades tradicionais sob o impacto do processo de modernização⁹.

Para perscrutar as causas dessa dissociação entre elites iluministas e o exercício das práticas dos primeiros trabalhos e projetos de matriz sociológica, Werneck demonstra as influências do sociólogo Robert Merton e seu conceito de comunidade científica. Ainda segundo Werneck:

A rigor, a concepção mertoniana de comunidade científica, impondo sua autonomia diante dos valores de mercado e de outras dimensões da vida social, requeria a possibilidade de que *sua ciência* pudesse encontrar interlocutores confiáveis na estrutura social e nos partidos (1997, p. 186).

⁹ E aqui se encaixa o trabalho – estudo de comunidade – de Antonio Candido. CANDIDO, op.cit.1987

Caberia à comunidade científica, fechada em si mesma, informar os demais agentes sociais, a partir do exame crítico do mundo, visando à solução racional de problemas ou entraves da coexistência humana. Desse modo, as teses e formulações forjadas no âmbito dos cientistas deveriam ser analisadas e criticadas, *a priori*, pelos seus pares antes de chegar aos atores sociais.

Entrementes, se o cientista social conhecesse a realidade em que se situava, ficaria patente uma desconexão entre a academia (moderna) e a estrutura social (atrasada). Baseada numa sociedade oligárquica de origem patrimonialista, a interlocução tornar-se-ia impossível. Para tanto, havia a necessidade de se completar Merton (1965) com as formulações de Manheim (1972), por meio do conceito de *intelligentzia*. E pela busca da síntese total, do conhecimento histórico-social mais completo possível, a comunidade científica teria a incumbência não apenas de formular conhecimento para outros atores sociais, como os partidos, mas sim atuar sobre a estrutura social sem, no entanto, reivindicar sua participação no Estado.

E pelo crivo da Ciência, os jovens cientistas sociais, pretendendo tirar seus sustentos da Sociologia, organizam-se numa faculdade composta por cátedras (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência) que pudesse influir diretamente na opinião pública, portanto na sociedade civil. Discorrendo sobre os fundamentos a Escola paulista de Sociologia, Viana enfatiza que:

Nem propriamente Merton, nem propriamente Manheim [...]. Trata-se, sem dúvida, de um caso de cientistas sociais que se organizam sob a inspiração mertoniana de comunidade científica, embora com a particularidade de procurarem traduzi-la para os papéis e funções que caberiam a uma *intelligentzia* manheimiana em sentido clássico (VIANA, 1997, p. 188).

Dos estudos de comunidade, dos objetos delimitados, das sociedades particulares, a Sociologia volta a se preocupar com os temas macroestruturais, com a sociedade global, marcando uma volta para as abordagens pré-sociológicas, de caráter ensaístico (VIANA, 1997, p. 191)

Mais uma vez é emblemática a trajetória de Florestan Fernandes. Sob a influência da Escola de Sociologia e Política, produz trabalhos empíricos sobre o negro, o folclore, a aculturação dos sírios (imigrantes), para posteriormente

produzir análises socioeconômicas sobre o Brasil, com a finalidade de entender a passagem de uma sociedade tradicional para uma moderna, temas clássicos da Sociologia alemã, mas em um sentido de reforma social, sendo esta mais própria à agenda americana. Para Viana, a experiência norte-americana de institucionalização das Ciências Sociais:

nasce e se desenvolve no terreno da sociedade civil – em geral fora da Universidade – vocacionadas para o tema da reforma social, e em um contexto de democracia política, conquistando posteriormente a sua institucionalização na vida acadêmica (VIANA, 1997, p.173).

Essa *intelligentzia* produz, portanto, uma Sociologia de reforma da sociedade civil, e o seu objeto será a cidadania, com a finalidade de liberar o homem dependente para transformá-lo em cidadão. Como seu campo é a reforma da sociedade civil, tal corrente sociológica, puxada do Florestan Fernandes, tecerá críticas ao populismo e ao Estado desenvolvimentista, perpetuador, segundo esse grupo, das desigualdades do país.

Para sintetizar, São Paulo, ou melhor, a Universidade de São Paulo, formula uma Sociologia que pretende incidir sobre a sociedade, preparando para uma ordem social competitiva – a do capitalismo moderno – e liberando o indivíduo heterônomo para se constituir em classes.

No entanto, no Rio de Janeiro há uma vocação distinta. Como capital da República, seus principais intelectuais estão dentro do Estado, seja no Ministério do Trabalho e Educação, no Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), além da Universidade do Brasil, instituição estratégica para reprodução cultural do regime (VIANA, 1997, p. 193).

Nesse espaço, não reverbera o sentido de comunidade científica, mas sim o papel do Estado e a modernização pelo alto. Apesar da similar preocupação – passagem do tradicional ao moderno via desenvolvimento capitalista – no Rio de Janeiro não ocorrerá incidência do pensamento mertoniano, e sim de uma típica *intelligentzia* manheimiana. O ISEB é a expressão desse tipo de análise.

2.2. As ideias do ISEB, da CEPAL, do Cesit e a Cadeira de Sociologia I da USP

Getúlio volta ao poder em 1950, e o tema do nacionalismo lidera a trama da vida política, sobretudo com o intenso debate acerca da criação da Petrobrás, em 1953 (PÉCAUT, 1990, p. 151-160). Verifica-se, sem pretender avançar a apresentação do ISEB, que uma gama de intelectuais objetivava tornar-se porta-voz das massas no sentido de desenvolvimento capitalista e autônomo brasileiro.

O ISEB é criado como órgão do Ministério da Educação e Cultura em 1955 – um ano depois do suicídio de Getúlio Vargas – pelo então presidente Café Filho. Os participantes ministravam palestras e seminários para o público interessado. Os cursos ali ministrados combinavam a difusão do conhecimento formulado pelos seus intelectuais com seu projeto mais amplo, o desenvolvimento nacional. Para alcançar o objeto maior, portanto, o ISEB incumbia-se perante a sociedade civil de não apenas criar uma ideologia desenvolvimentista, mas ensiná-la a fim de ganhar adeptos e multiplicadores desta visão. A maior parte dos frequentadores dos seus cursos trabalhava em órgãos estatais, além de representantes das federações de trabalhadores e empresários. Segundo Toledo (1977) foram mais de 1452 aulas e 332 seminários ministrados durante o período de sua criação, em 1955, até seu fechamento, em 1964. Isso sem falar nas conferências, que abordavam temas amplos, por exemplo: desenvolvimento, nacionalismo, política de desenvolvimento, história do Brasil, entre outros.

Antes disso, mais precisamente em 1952, constituiu-se como um grupo, disposto a formular as bases para um pensamento brasileiro, intitulando-se “Grupo de Itatiaia”, uma vez que as reuniões ocorriam no Parque Nacional de Itatiaia, entre São Paulo e Rio de Janeiro. Já em 1953 é renomeado como Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), formado ainda sob os auspícios do Governo Vargas, o qual os membros apoiavam, pois viam nesse a possibilidade de um pacto para o desenvolvimento nacional, autônomo

e administrado por um líder populista. Segundo Guerreiro Ramos, na esclarecedora entrevista concedida a Lucia Lippi Oliveira¹⁰, o modelo era:

Ser uma coisa equivalente – assim era a ideia original – ao Colégio da França [...] ser uma instância de processamento do pensamento brasileiro. Uma ideia muito, muito alta... (1995, p. 155).

Dessa forma, afasta-se a indagação de que o ISEB baseava-se na Escola Superior de Guerra, já que a estrutura de ambas era semelhante. No ISEB, havia a divisão entre o Conselho Consultivo, Conselho Curador, Executivo e cinco Departamentos.

A maioria dos participantes era formada em Direito, a despeito de alguns sociólogos, historiadores, filósofos e economistas figurarem entre seus quadros. Já em ação, esse grupo heterodoxo de pensadores e intelectuais, muito ligados ao Estado, criou a Revista *Cadernos do Nosso Tempo*¹¹, para divulgar suas ideias a respeito do desenvolvimento brasileiro.

Segundo Caio Navarro de Toledo (1977), o ISEB passa por três fases:

(1) Uma primeira fase marcada pelo ecletismo, em que os temas recorrentes são: reformismo, antipopulismo, moralismo institucional, antiestatismo e tecnocratismo, cujo pano ideológico seria, desse modo, o antinacionismo;

(2) Uma segunda fase em que se vê a hegemonia da ideologia nacional-desenvolvimentista – coincidente com o governo Juscelino Kubitschek;

(3) A terceira e última fase, marcada por um período de apoio às reformas de base propostas pelo governo João Goulart, quando ocorre então uma “esquerdização” do grupo, e o quadro interno de professores é reformulado ao mesmo tempo em que chegam os líderes estudantis (TOLEDO, 1977, p. 62).

¹⁰ No livro em questão, Lucia Lippi Oliveira se propõe a revisitar a proposta de Guerreiro Ramos para uma Sociologia nacional e ao mesmo tempo prestar-lhe uma homenagem “já que foi esquecido por ter enfrentado os cânones” (OLIVEIRA, 1955, p. 12). Guerreiro, pelo seu estilo combativo e por guardar algumas mágoas quanto a sua inserção profissional – a disputa perdida pela vaga de professor na Faculdade de Filosofia com Costa Pinto, levando-o ao trabalho burocrático em órgãos da administração federal – envolveu-se em severas discussões, sendo uma das mais famosas a indisposição com Florestan Fernandes.

¹¹ É importante frisar que o periódico *Cadernos de Nosso Tempo* foi criada ainda no período do IBESP.

Dentre essas três fases havia muitos pensadores, porém merecem destaque: Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier, Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, Ignácio Rangel, Nelson Werneck Sodr e e Candido Mendes. São intelectuais oriundos de matrizes e forma es distintas. Roland Corbisier, por exemplo, fora membro da a o integralista paulista, já Sodr e atuava no Partido Comunista, e Guerreiro Ramos atuara no integralismo baiano.

No entanto, uma questão os unia: a necessidade de planejamento, traduzindo a prática científica em ato. Como apontado anteriormente, os isebianos sofrem influências do conceito de *intelligentzia* de Manheim, a partir da ideia do intelectual que transcende suas posi es para um objetivo comum. Viana (1997, p. 184) aponta que: “Não há, para esta *intelligentzia*, uma posi o insanável entre Estado Nacional e a sociedade, que deveria culminar em uma ruptura revolucionária”.

Os isebianos são partidários da produ o de conhecimento interessado, engajado com o processo de moderniza o. Oliveira enfatiza essa questão em Guerreiro Ramos desta forma: “Não há neutralidade para Guerreiro Ramos,   uma sociologia interessada e comprometida com o processo de mudança social” (1995, p. 51).

Guerreiro, que se graduou em Sociologia na Faculdade de Filosofia no Rio de Janeiro, defende a disciplina como saber de salva o e, justamente por isso, deveria ser vulgarizada.

Com exce o de Nelson Werneck Sodr e, marxista, a maioria dos isebianos também foi influenciada pelo existencialismo. Dessa forma, pensavam a Na o como sujeito histórico. Ainda que seja difícil apontar um fio condutor para as publica es e opiniões dos isebianos, pode-se dizer que o nacionalismo desenvolvimentista, a moderniza o pela aliança de classes e a constru o da soberania nacional são marcantes na maioria dos trabalhos. E o desenvolvimento apregoado requer consciência como fator prévio, ou seja, para que a estrutura social possa ser modificada,   preciso ter consciência da real situa o vivida, e saber contra quem mirar as muni es.

Podemos verificar nas obras de Guerreiro Ramos (1961), Jaguaribe (1958), Álvaro Vieira Pinto (1960), Corbisier (1958), a concep o de dois polos da estrutura social brasileira: o polo dinâmico e o polo est tico. O primeiro formado pelos operários, a burguesia industrial e a classe média produtiva. O

segundo formado pelos latifundiários, classe média não produtiva e parcela dos proletários. A perspectiva aqui é a de que o polo moderno substitua o setor atrasado, estático, a despeito de alguns estratos permanecerem intocáveis, como é o caso do funcionalismo público, como aponta Helio Jaguaribe, em *Nacionalismo na Atualidade Brasileira* (1958).

Outro ponto forte dos isebianos é a defesa da nação. A maioria dos isebianos verifica o imperialismo como fator de imobilismo das antigas colônias. Para Corbisier (1958) a essência do complexo colonial é a efetivação de uma sociedade colonizada e globalmente alienada, a Colônia como instrumento da nação colonizadora. Segundo sua linha de raciocínio, a independência alterou a situação colonial apenas no plano formal, pela Política, possibilitando a entrada do Brasil no mundo, porém pouco mudou sua estrutura social.

Os resquícios da colônia apresentam-se na forma de imobilismo, ausência de consciência crítica, inautenticidade cultural, escassez de um espírito nacionalista e subserviência em relação às nações imperialistas. Muito apoiado na ideia de cultura¹², Corbisier (1958) insiste que a importação de bens do exterior não representa apenas um desequilíbrio econômico, mas a absorção completa da cultura objetivada de quem a transforma, quer dizer, os valores e os padrões de quem os produzem, tornando mais complexa nossas possibilidades de superação. Para simbolizar suas assertivas, o autor recorre muitas vezes à relação entre senhor e escravo, já que para ele, o escravo não consegue ver sua condição, pois sua apreensão do mundo está orientada pela mirada do senhor. Assim, o autor transplanta essa ideia para a nação e demonstra que existe uma falta de projetos para o Brasil, onde não havia perspectivas de futuro e emancipação da nação. A saída seria uma transformação ou ruptura estrutural, pelos caminhos da modernização. Para tal, afirma que: “Não há desenvolvimento sem ideologia de desenvolvimento” (1958, p. 112).

Aqui fica claro que a tarefa empreendida pelo autor é difundir uma ideologia que possibilite a tomada de consciência de nossas raízes coloniais, empreender um projeto de desenvolvimento planejado, para então erguer-se

¹² Corbisier (1958) discorre longamente sobre a concepção de cultura estabelecendo relação com civilização. Para o intelectual, a cultura se traduz na materialidade, nos objetos produzidos por determinado povo, materializando-se em bens culturais.

uma nação autônoma e desvinculada de suas raízes – como na metáfora do senhor e escravo.

Para Guerreiro Ramos, na antológica obra *A Redução Sociológica* (1961), a urbanização, resultado da substituição de importações, levaria às massas consciência crítica, tornando os indivíduos mais politizados. Em seu raciocínio, há uma forte associação entre desenvolvimento e melhoria, ou até mesmo uma evolução dos hábitos e da cultura. Ao discorrer sobre o método que envolve sua formulação de redução sociológica, o autor demonstra que a tarefa dos intelectuais é tratar de fatos essenciais de determinada sociedade, sem transplantações teóricas. Os problemas enfrentados pela sociedade norte-americana, segundo Guerreiro, não são os mesmos enfrentados pelo povo brasileiro. Aqui a tarefa é discutir a transição, a mudança na estrutura. Para os cientistas adotarem essa prática, precisam revestir-se de uma missão, de um compromisso de transformação social.

Segundo Lucia Lippi (1995), Guerreiro compreendia o caráter universal da Sociologia porque foi um grande leitor de obras clássicas, como as produções weberianas. No entanto, acreditava que os princípios gerais de raciocínio científico se alteram de nação para nação e defendia a lei das fases, não como algo estanque e inexorável, mas como processos oriundos da transformação material e do progresso técnico de cada sociedade. Para Guerreiro, os fatos históricos não acontecem ao acaso, mas obedecem a leis estruturais.

Os isebianos destacavam o Estado como agente modernizante, indutor do planejamento e da coordenação da economia e da estrutura social. Não acreditavam no liberalismo, no jogo livre do mercado, pois isso não seria mais do que reproduzir o estado de coisas existente.

Para Bresser-Pereira (2004) os isebianos atribuíam ao Estado o papel de proteger a indústria nacional infante contra a concorrência estrangeira, reservando seu mercado interno. Dessa forma, entendiam que a verdadeira transformação só seria possível por meio de uma aliança de classes, mas não qualquer classe e sim as dinâmicas, lideradas pelos empresários nacionais.

Bresser-Pereira, que foi aluno do ISEB, define o conceito de desenvolvimento empreendido por esta Instituição da seguinte forma:

É o processo de acumulação de capital, incorporação de progresso técnico e elevação dos padrões de vida da população de um país, que se inicia com uma revolução capitalista e nacional; é o processo de crescimento sustentado da renda dos habitantes de um país sob a liderança estratégica do Estado Nacional e tendo como principais atores os empresários nacionais (2004, p. 213).

O nacionalismo era comum a todos os isebianos, mas as bases e os objetivos que o sustentavam diferenciavam-se. Enquanto alguns viam um caráter ontológico – como é o caso de Álvaro Viera Pinto (1961) –, outros o entendiam como uma etapa necessária para o desenvolvimento. No entanto, em 1958, Hélio Jaguaribe produz uma obra que gera um abalo no Instituto, tornando-se objeto de muitas críticas. A repercussão de seu livro *O Nacionalismo na atualidade brasileira* leva Jaguaribe a abandonar o ISEB. As posições expressas nessa obra, de alguma forma, e segundo Bresser-Pereira, antecipam as formulações que sairão do bico de pena de Fernando Henrique Cardoso e da Escola paulista de Sociologia (2004, p. 222).

Se Corbisier insistia na impossibilidade de associação entre o capital estrangeiro e o nacional, Jaguaribe posiciona-se contrariamente, e inicia seu livro argumentando que o nosso nacionalismo é falso, pois sem objetivo, sem formulação e muitas vezes paradoxal, já que une direita e esquerda. Na obra, o autor tenta definir o que significa a nação a partir da dialética e argumenta que não podemos ser xenófobos pois temos uma contradição: como economia subdesenvolvida, portanto dispendo de poucos recursos, dependíamos da poupança externa para crescer, e nesse sentido, o nacionalismo tinha de ser mais bem configurado, já que o debate à época, praticado pela mídia inclusive, levantava falsas questões. Naquele contexto, de intensos debates entre nacionalistas e entreguistas, predominavam argumentos incorretos de ambos os lados, e seu objetivo era esclarecê-los, levando em conta os acontecimentos históricos. Para tal, discorre intensamente sobre a questão do Petróleo – tema que envolvia discursos apaixonados –, sobre a Política externa brasileira, e sobre o posicionamento do país num mundo dividido entre dois blocos, com a iminência da Guerra Fria.

Jaguaribe ainda empreende uma profunda análise histórica sobre o nacionalismo, dando contornos objetivos e conceituais a um fenômeno que

consiste na “realização das formas superiores de humanidade, dentro de formas superiores de organização social” (JAGUARIBE, 1958, p. 30). Nesse sentido, o autor acredita que o Brasil desperta para o nacionalismo tardiamente, depois da Primeira Guerra Mundial, por meio do campo artístico – com a Semana de Arte Moderna – e só mais tarde no campo econômico e político – com a soberania da nação.

Depois de 1930, com a derrocada da República velha, a nação volta-se ao mercado interno, ao desenvolvimento econômico pela industrialização, ao dirigismo racional e a algumas medidas protecionistas. Isso só foi possível num quadro de surgimento de novas forças, que solapavam o velho regime da fisiocracia. Desse modo, o governo Getúlio representa, para Jaguaribe (1958), a tomada de consciência de forças políticas que outrora estavam alijadas do poder e, mais do que isso, representa o pagamento do ônus dos privilégios da elite cafeeira, concentrada no sudeste, que utilizava o Estado como instrumento para socialização das perdas decorridas dos abalos comerciais nos preços do café.

Para Jaguaribe, os nacionalistas são formados principalmente pela nascente classe industrial, o setor dinâmico da burguesia, desejosa de substituição de importações por meio da Revolução Industrial nacional. O nacionalismo, então, seria “um meio para atingir um fim: o desenvolvimento” (JAGUARIBE, 1958, p. 101) e, além disso, contribuía para o desaparecimento do Estado cartorial, dos grupos parasitários, formados especialmente pela classe média que não possuía outra alternativa de sobrevivência.

O autor demonstra reiteradas vezes, ao longo de sua obra, que o conflito não se pautava entre as classes sociais, mas dentro de cada uma, a partir de seus próprios interesses. Para resolver essa questão, era imprescindível tomar consciência do processo histórico, pois, somente dessa forma, entendemos quais grupos representam dinamismo e força para liderar um processo de modernização. Por isso, entender o processo histórico significa perceber que os setores ligados ao atraso, à conservação, são oriundos das elites agroexportadoras, e por outro lado, os setores dinâmicos nasceram de grupos

descontentes com a antiga ordem, geralmente decorrentes do processo de urbanização¹³.

Até o capítulo III da sua obra, Jaguaribe (1958) escreve como um autêntico isebiano: discorre sobre o nacionalismo, a leis das fases, os polos dinâmicos e parasitários, a necessidade de uma ideologia para a tomada de consciência. Entretanto, ao afirmar que é um equívoco confundir nacionalismo com o fato de serem nacionais os recursos empregados para a obtenção de um fim qualquer, utilizando frases como: “O capital alienígena, se bem regulado, tem sua funcionalidade” (JAGUARIBE, 1958, p. 53-54), Jaguaribe gera uma ruptura dentro do ISEB, contrariando o discurso nacionalista.

Existem algumas diferenças entre a interpretação de Álvaro Vieira Pinto (1960) e Jaguaribe, pois Vieira Pinto se dirige primeiramente às massas, enquanto o segundo às classes empresariais. Jaguaribe, por exemplo, afirma que “faz-se mister que nossa burguesia assuma a liderança das classes sociais [...] Aniquilar os privilégios e parasitismos, essa é a oportunidade histórica” (JAGUARIBE, 1958, p. 111). Ou seja, a tarefa da burguesia nacional era de acelerar o processo histórico naquela geração, por isso uma responsabilidade geracional dado que o momento seria oportuno para a efetivação dos saltos históricos.

Ao discorrer sobre o debate entre nacionalistas e cosmopolitas em torno da Petrobrás, o autor demonstra que ambas as posições não são racionais. Ao confrontar os argumentos de cada corrente, Jaguaribe chega a uma conclusão “transeconômica”, como ele mesmo ressalta. Cada nação, segundo seus argumentos, engaja-se em uma atividade que representa sua força, como uma demarcação de posição e compara: “A guerra foi importante para Bismarck e a Prússia. No Brasil foi eleito o petróleo” (JAGUARIBE, 1958, p. 146).

O orgulho – sentimento irracional – de criar e fortalecer uma empresa nacional seria então alvissareiro, e demonstraria, segundo Jaguaribe, que o país passava por uma transformação.

¹³ Jaguaribe, nesse aspecto, enfatiza os processos faseológicos para atingir o desenvolvimento. Argumenta que a superação de cada fase exige um processo de racionalização, e antes disso uma ideologia que o mova. A tarefa da ideologia é difundir um conjunto de valores e ideias para um projeto razoável de comunidade, a partir de interesses situacionais, que são, segundo sua conceituação, ideologias autênticas, pois formulam para a comunidade diretrizes para caminhar no processo faseológico.

Ao reconhecer a entrada de capitais estrangeiros, na forma de investimentos industriais, Jaguaribe revela um movimento que já estava ocorrendo no contexto da publicação, em 1958, contrariando os anseios da esquerda e dos nacionalistas, ou seja, dos próprios isebianos. E, mais do que isso, reconhece e convalida essa associação. Dessa forma, Bresser-Pereira afirma que “o Nacionalismo na Atualidade Brasileira” antecipa a teoria da dependência, que será retratada mais adiante. Segundo Bresser-Pereira:

...Com a publicação por Helio Jaguaribe de um livro pioneiro, *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira* (1958), desencadeia-se uma profunda crise na instituição, que acaba resultando em sua saída do ISEB. Nesse livro, Jaguaribe reconhece que os investimentos estrangeiros estavam se dirigindo para a indústria. Ao fazer essa afirmação, de fato ele contrariava uma tese comum à esquerda e aos nacionalistas brasileiros e latino-americanos, representados pelo ISEB, pela CEPAL no Chile e pelo Partido Comunista então na ilegalidade no Brasil, segundo a qual o capital estrangeiro, associado ao setor primário-exportador, seria o principal obstáculo político a industrialização brasileira... (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 51).

A partir disso, o ISEB passa para uma terceira fase, mais radical e se aproxima do movimento estudantil, por meio a União Nacional dos Estudantes (UNE) e do Centro Popular de Cultura (CPC), até desintegrar-se definitivamente.

Para sintetizar, o ISEB foi um importante órgão de produção de pensamento e no quadro de seus colaboradores figuraram personalidades díspares, marcadas por trajetórias distintas, mas que em determinado momento juntaram-se para lançar as bases de um pensamento nacionalista preconizando a revolução capitalista. O Estado teria papel central como planejador, criador das condições para o desenvolvimento, e os empresários nacionais seriam os agentes dessa mudança, contando com a participação e o apoio dos trabalhadores urbanos, numa aliança de classes. O desenvolvimento tecnológico e industrial era percebido positivamente, pois dessa forma elevar-se-ia o nível de vida da população, o que aumentaria a consciência crítica de uma nação alienada pelos resquícios colonialistas.

2.3. O conceito de centro-periferia e a CEPAL

A Comissão Econômica para a América Latina, órgão ligado à Organização das Nações Unidas (ONU) e criado em 1948, torna-se, nas palavras de Celso Furtado (1997, p. 187) – um dos primeiros cepalinos, diga-se de passagem – “a verdadeira escola de pensamento”. Já Guerreiro Ramos (1995, p. 201), quando perguntado sobre a influência da CEPAL nas proposições isebianas, responde: “Claro, a CEPAL era a mais importante” e então afirma que o ISEB tentava transplantar as formulações cepalinas para a realidade brasileira.

No período pós-guerra, a ONU organiza Comissões em todas as partes do mundo, no entanto, a da América Latina, localizada no Chile, destaca-se, pois além de reunir economistas do mais alto calibre, produz conhecimento novo, com teorias e pressupostos inovadores acerca da relação centro-periferia – análoga à mundialização. Abre-se a possibilidade de produzir conhecimento da periferia em vez da transposição de sistemas teóricos ou premissas do centro. Desde logo é importante salientar que as formulações cepalinas são tributárias da Ciência Econômica, portanto pontuarei as ideias básicas daquela produção.

O ponto de partida da CEPAL é estudar o subdesenvolvimento ancorado pelo conceito de sistema centro-periferia, trazido pelo economista argentino Raul Prebisch¹⁴ que, desde 1939, estudava aspectos da economia argentina e empreendeu a tarefa de compará-la com outras nações periféricas para então chegar a uma síntese, a uma ideia comum das características desse tipo particular de economia. Prebisch (1949) parte do princípio de que o capitalismo enfrenta ciclos, flutuações. No período da Grande Depressão, que se inicia em 1929, por exemplo, observa que a crise enfrentada pela Argentina, por conta da diminuição brusca das exportações, é reflexo da economia do Centro, tanto da Grã-Bretanha quanto dos Estados Unidos. Dessa forma, o autor percebe que no sistema de comércio mundial há dois polos antagônicos, o centro e a periferia. Esses termos não revelam apenas o aspecto histórico ou geográfico, sendo o centro conformado pelos países de capitalismo originário, e a periferia

¹⁴ Segundo Bielschowski (2009), em palestra conferida à SBS, Prebisch era um economista conservador que muda de posição ao estudar a economia argentina.

conformada pelos países de capitalismo atrasado. O autor revela também estruturas e funções que cada polo apresenta na economia mundial. Isso quer dizer que quando Raul Prebisch publica, logo quando chega à CEPAL, em 1949, a obra *Desenvolvimento da América Latina e seus principais problemas* traz sua experiência como estudioso e depois tecnocrata, já que foi um dos criadores do Banco Central argentino, de onde trouxe concepções acerca do sistema mundo e da diferenciação entre os países exportadores e os industrializados:

Mas a verdade verdadeira é que a CEPAL foi possível por causa da presença de Prebisch. Os órgãos das Nações Unidas em nenhuma parte tiveram tanta importância. Só existe uma escola de pensamento no Terceiro Mundo independente, que é a CEPAL. Então havia essa combinação de um grupo de latino-americanos e Prebisch que tinha desenvolvido essa concepção de economia como um fenômeno internacional. É preciso pensar os problemas internacionais primeiro. Então Prebisch percebeu a diferença de comportamento entre o ciclo de países exportadores de matérias-primas e dos países industrializados. Daí ele criou o sistema centro-periferia que foi o grande salto (FURTADO, 1997, p.188).

Segundo Prebisch, as economias periféricas apresentavam baixa diversidade produtiva e baixa especialização – concentrando a totalidade de sua produtividade no campo – em relação às economias centrais, e por outro lado, dispunham de imensa quantidade de mão de obra, em sua maioria com rendimentos próximos à subsistência, que por isso estava pouco capacitada para diversificação produtiva. Ademais, essas economias encontravam uma estrutura institucional desfavorável à acumulação de capital.

O fato é que o progresso técnico dos países centrais, tributários, sobretudo da Segunda Revolução Industrial, conhecida também como Revolução Técnico-Científica, gerou uma alavancagem econômica pelo substancial aumento da produtividade. A automação industrial permitiu um ganho de escala na produção de manufaturados e uma pressão para escoá-los nos demais mercados mundiais, como as periferias. Entretanto, a periferia atrasada do ponto de vista técnico, caracterizava-se pela produção agroexportadora, de produtos primários, o que, segundo os primeiros trabalhos

da CEPAL, acarretou na “deterioração dos termos de intercâmbio” (1981, p. 22).

É preciso salientar que a CEPAL passa por várias fases ao longo dos decênios, no entanto, segundo Bielschowski (2009), podemos marcar seu nascimento na publicação do “Manifesto dos Periféricos” escrito por Prebisch, na ocasião como secretário-executivo da CEPAL, no ano de 1949.

A primeira fase é conhecida como estruturalista e, dessa forma, a linha que orientará os estudos do Centro nos 1950 é a defesa da industrialização na América Latina e críticas ao liberalismo, valorizando o papel do Estado na economia. Ora, se o diagnóstico cepalino demonstra diferenças estruturais entre centro-periferia, as soluções estariam em forjar uma política econômica que induzisse a industrialização de maneira programada, propiciando, dessa forma, equilíbrio entre as partes que compõem o comércio mundial. Contudo, a forte industrialização da América Latina nos 1950 não implica em desenvolvimento social ou em equidade. Ao contrário, a famosa frase “fazer o bolo crescer para depois dividir” comum à época, mostra-se equivocada. Em parte por culpa do Estado que não soube investir o excedente, em parte pela herança colonial dessas nações. Por isso Celso Furtado (1961) inova ao acrescentar a variável histórica na análise estruturalista, aliada à análise da tendência ao subemprego, enfrentado pelos periféricos mesmo após o surto de industrialização.

Destarte, nos anos 1960, a CEPAL entraria em nova fase, mais preocupada com a distribuição de renda e partindo do pressuposto de que o subdesenvolvimento era um sistema de cultura. As formulações saíam então do terreno majoritariamente econômico para um plano histórico-sociológico. Fernando Henrique Cardoso e outros sociólogos como Exchevarria, por exemplo, atuavam no Centro, alinhados às novas preocupações. Essa nova fase receita uma série de reformas para a América Latina, num ambiente conturbado devido à Revolução Cubana¹⁵, e produz a proposição síntese de

¹⁵ Segundo Schwarz, a Revolução Cubana teve um impacto extraordinário na América Latina, quebrando a redoma localista para a percepção de um pertencimento ao mundo contemporâneo, a possibilidade de uma utopia ligada à transformação, a possibilidade da ação humana, muito enrustada na figura de Guevara.

que a industrialização não é a panaceia, pois não elimina a dependência em relação aos países centrais.

Já nos 1970, a América Latina encontra-se assolada por golpes de Estado e implantação de ditaduras, fazendo mais uma vez com que a CEPAL mude sua orientação. Nessa fase, as formulações concentram-se na recuperação das democracias como fundamentais ao desenvolvimento e, desse modo, os sociólogos terão um papel de destaque, pois se debruçarão, sobretudo, sobre estruturas de poder¹⁶. Disso decorrem trabalhos que acrescem variáveis internas à dependência entre os polos, o que significou uma ampliação do escopo de análise. Isto é: se nos 1950 a orientação econômica clássica prevalecia nas análises – com a divisão internacional do trabalho; com o sistema de trocas comerciais – a contribuição dos sociólogos estaria, nos anos 1970, em deslindar as tensões internas das nações americanas, levando em consideração seus aspectos históricos, sociais e políticos.

Para resumir, não há dúvidas que as formulações da CEPAL têm seu lugar no Pensamento Social brasileiro, pois contribuíram e influenciaram várias gerações por conta da sua originalidade. Prova disso, é o que diz Luiz Gonzaga Belluzo, nas “Entrevistas” (1997, p. 228): “se não somos, fomos cepalinos”, o que demonstra a influência que esse órgão alcançou. Muitos dos objetivos da CEPAL também se apresentam no ISEB, no CESIT e mais tarde no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), pois se tratava de entender as causas, condições e obstáculos ao desenvolvimento (CARDOSO, 1980).

A partir desse ângulo emergiram publicações que tanto orientaram o desenvolvimento, quanto possibilitaram que cada Nação construísse sua identidade, pelo predomínio de projetos nacionais que, em última análise, permitiram também que cada parte projetasse seu futuro, buscando seu sentido. Decorre disso a busca por atores privilegiados, a ação positivada do Estado e o papel da *intelligentzia*.

Isso posto, percebe-se que a importância da CEPAL deve-se, entre outros fatos, à possibilidade de um pensamento latino-americano auto-referido,

¹⁶ Cf. BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *50 anos de Pensamento da CEPAL*. São Paulo: Cepal-Record, 2000. Ver especialmente os capítulos 14 e 15.

genuíno, o que não era pouco. Prebisch e seu grupo já antecipavam a importância do fortalecimento da América Latina com a formação dos blocos econômicos. E pode-se mesmo dizer que o próprio J. F. Kennedy, quando presidente dos Estados Unidos ao aceitar sugestões da CEPAL e criar o Banco Interamericano e Desenvolvimento (BID) – que daria condições para esses países tomarem empréstimos mediante projetos de desenvolvimento – também validou a importância da CEPAL, que por conta disso, acabou por influenciar (e ainda hoje continua influenciado) o debate sobre desenvolvimento.

2.4. A cadeira de Sociologia I da FFLC

Na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, localizada na Rua Maria Antônia – antes disso na Praça da República – estrutura-se uma vida acadêmica marcada pela sociabilidade de intelectuais que, na sua maioria, vinham da elite paulistana. A Faculdade respondia, assim, aos anseios de uma São Paulo urbanizada que passava, pelo menos desde meados do século XIX e início do XX, por uma intensa mudança social, decorrente de sua importância como centro econômico, comercial e financeiro das exportações do café. Nesse cenário citadino, ambiente em que os modernistas paulistas vicejavam (estando entre eles, por exemplo, Mário de Andrade), organiza-se uma vida intelectual moderna, numa São Paulo já apresentando em seu tecido social uma profunda estratificação e múltiplas hierarquias em movimento. Como afirma Arruda:

Se nem toda problemática cultural se reduz à imagística urbana, no caso do saber universitário o ambiente citadino é a sua própria razão de ser. A cidade enquanto mercado e lugar das profissões, isto é, como espaço das relações predominantemente racionais, é produtora de conhecimentos especializados. Por essa razão, socialmente aí podem medrar funções diferenciadas. No caso de São Paulo, agrega-se o próprio fato de que a rápida transformação engendrou um profissional devotado à reflexão sobre os processos sociais de mudança. Em outros termos, a sociedade gera questões passíveis de ser absorvidas pela análise científica, isto é, capazes de se tornar objetos de estudo. A modernização social implica propor formas de conhecimento, segundo pressupostos renovados. As Ciências Sociais nutriram-se nessa fonte (ARRUDA, 2001, p. 200).

Somente nesse quadro, por conseguinte, surge uma linguagem científica, hermética, pretendendo alcançar o máximo rigor na explanação dos fenômenos sociais.

Fernando de Azevedo, um dos pioneiros na luta pela educação laica, pública e democrática, também um dos fundadores da Universidade de São Paulo e defensor da Sociologia, torna-se o primeiro professor catedrático, de nacionalidade brasileira, na Faculdade de Filosofia. Como afirmado anteriormente, tanto a Escola Livre de Sociologia e Política – que recrutou professores norte-americanos – como a Faculdade de Filosofia da USP – em que se viam franceses – foram marcadas pela chegada de jovens estrangeiros, com a missão de organizar a carreira universitária. Azevedo convida Florestan Fernandes, Azis Simão e Antonio Candido para ingressarem na carreira acadêmica nas Ciências Sociais.

Para Arruda, Florestan Fernandes alcança grande destaque pois “é reconhecido como o principal arquiteto da Sociologia acadêmica brasileira” (2001, p. 222). Segundo Ortiz (1990), o papel de Florestan no Brasil é análogo ao de Durkheim na França, ou seja, “institucionalizar a Sociologia”:

O papel dos sociólogos brasileiros nos anos 40 é análogo ao que Durkheim enfrentava: tratava-se de fundar um novo campo científico, o que implicava delimitações de fronteiras (ORTIZ, 1990, p. 164).

Na estrutura de cátedras da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, o curso de Ciências Sociais dividia-se em Cadeira de Sociologia I e Cadeira de Sociologia II.

A Cadeira I ficou ao cargo do francês Roger Bastide, mas a partir de 1954, quando volta à França, é Florestan quem se torna regente, fazendo florescer, junto com sua maturidade intelectual, um projeto autônomo de pesquisas. Recebe de um lado, influência francesa, especialmente de Durkheim e, de outro, norte-americana, já que passa pela Escola Livre de Sociologia e Política, onde escreve sua dissertação de mestrado (1949) sob a orientação de Herbert Baldus. Ele será ainda o artífice da chamada Escola Paulista de Sociologia, reunindo um grupo de pesquisadores tributários de uma

característica comum, qual seja a de entender o processo de mudança social por meio da Sociologia, elevada à condição de ciência positiva:

Por certo, a denominação “escola” contém uma certa ambiguidade. Utilizo-a no sentido de identificar um grupo definido de sociólogos da USP, dirigido por Florestan Fernandes, que produziu trabalhos com certa afinidade, tanto do ponto de vista temático quanto teórico (ARRUDA, 2001, p.198).

Arruda chama a atenção para o fato deste grupo não deter a exclusividade da produção sociológica dentro da USP, já que Antonio Candido, Azis Simão, Gilda de Mello e Souza, Ruy Coelho entre outros elaboravam trabalhos importantes sem que houvesse, no entanto, entre eles um liame temático e metodológico. Por isso, segundo a socióloga:

No caso específico, contudo, talvez a expressão “escola” faça sentido e tenha se imposto à medida que, nos anos 60, a mudança social passa a ser preocupação básica e a “temática da especificidade” dos modos de produção no Brasil domina o investigador (ARRUDA, 2001, p.198).

Florestan, como aluno de Roger Bastide, produz seus primeiros trabalhos com a temática do folclore (FLORESTAN, 1942) orientado por uma combinação de pesquisa e reflexão metodológica. Já em 1946, traduz a obra *Contribuição à crítica da Economia Política*, de Karl Marx. Em 1947, entrega seu mestrado na Escola Livre de Sociologia e Política e de volta à Faculdade de Filosofia da USP, onde desenvolve sua tese de doutorado, sob a orientação de Fernando de Azevedo, cujo título *A função social da guerra na sociedade tupinambá* dá prosseguimento aos seus estudos anteriores. Etnólogos como o professor Eduardo Viveiros de Castro e Marisa Peirano avaliam a obra como um dos principais trabalhos antropológicos já produzidos, a despeito do referencial teórico pertencer à Sociologia.

Em 1953, Florestan entrega sua tese de livre docência, com o título *Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista da Sociologia*, cuja produção faz parte da estratégia estabelecida de delimitar a área de atuação da Sociologia. Ou seja, torna-se um grande intérprete do funcionalismo, teoria sociológica em voga à época, o que lhe dá condições de prosseguir seu projeto

maior, aliando teoria, método e investigação sociológica, além de marcar certa independência intelectual. Para Arruda:

A defesa da tese de livre docência ocorreu em 1953. Trata-se de um trabalho teórico: *Ensaio sobre o Método de Interpretação Funcionalista na Sociologia*. Nesse momento, a independência intelectual do sociólogo paulista e o escopo do seu projeto são pintados com tintas fortes, pois significam a assunção da sua maturidade, evidente na tentativa de repensar os fundamentos teóricos da disciplina sociológica, através de uma de suas contribuições clássicas. Combinou, neste trabalho, as duas orientações básicas hauridas da convivência com os professores americanos e franceses, implícitas na discussão teórico-metodológica, que pressupõe certa busca dos fundamentos filosóficos, mas dirigidas aos problemas da investigação (2001, p.199).

Florestan reconhece que sua vontade era, em vez de escrever sobre o funcionalismo, pesquisar sobre a imigração dos sírios em São Paulo, mas subordinou seu desejo a algo maior, com o fim específico de fortalecer nossa infante Sociologia nacional e, mais tarde, entrar no debate nacional acerca do desenvolvimento brasileiro.

A posição formal como catedrático, em 1964, chega com a monografia *A integração do negro na Sociedade de classes* (1965) que é um esforço acumulado desde pelo menos os estudos raciais patrocinados pela UNESCO, entre fins dos anos 1940 e início dos 1950. A temática racial é analisada pelo ângulo da transição de uma sociedade estamental para uma ordem social competitiva, tendo a economia de mercado e a constituição de classes sociais como signos. Aqui há, sobretudo, uma contestação do mito da democracia racial, reconhecendo a distância social entre brancos e negros (sendo que ele também apontava para a questão dos mulatos).

Desse modo, o sociólogo analisa a marginalidade social – a condição dos negros – em um processo de mudança social pelo qual passava a sociedade brasileira, principalmente São Paulo, as pesquisas tendo sido realizadas na cidade por esse motivo. Por isso, essa não é uma obra menor, ou menos importante dentro de sua vasta preocupação, pois antes de tudo, analisa-se a peculiar modernização da sociedade brasileira.

Não cabe aqui fazer uma análise dessas obras, pois importa estabelecer o caminho trilhado por Florestan, no sentido de formar uma interpretação da

sociedade brasileira, por meio da Sociologia. As pesquisas realizadas anteriormente, parafraseando Ortiz (1990, p. 67), reelaboram, sob o escrutínio da Ciência – as produções anteriores, sejam dos modernistas, intérpretes do Brasil ou intelectuais de outrora – os estudos sobre o folclore, a miscigenação, os índios, a imigração entre outros temas. Tudo isso para alcançar uma interpretação global da sociedade brasileira e submeter à Sociologia as possibilidades de intervenção dessa realidade. Assim como Merton (1965) e Mills (1965), Florestan defende a Sociologia como uma lâmpada da sociedade, e utiliza reiteradas vezes frases do tipo: “só quem quer algo socialmente vê sociologicamente,” (1966, p.40) para ilustrar o papel central e pedagógico da disciplina, informando os demais atores sociais, como partidos, sindicatos, entre outros.

Decerto que houve vários Florestan Fernandes, se assim podemos explicar, na medida em que o autor reavaliou posicionamentos, entrou em contradição, mudou seus rumos teóricos, entre outras coisas. Mas isso só demonstra que, ao longo de uma trajetória extensa como a sua, a mudança das condições impõe readequação de rumos. O importante aqui é demonstrar a constante busca da intervenção social pela prática da Sociologia, possibilitando uma produção norteada nessa procura, submetendo a Cadeira de Sociologia I a missão de estudar a mudança social, a modernização e o desenvolvimento da sociedade brasileira.

2.5. CESIT – O Projeto

A essência do CESIT está bem explicitada em *Sociologia numa era de Revolução social* de Florestan Fernandes (1976) e representa uma ruptura com os padrões sociológicos da Cadeira de Sociologia I. O Projeto UNESCO – estudo das relações raciais no Brasil – e as demais pesquisas empíricas permitem ao grupo, especialmente a Florestan, uma mudança de patamar. Agora já não se trata de passar a limpo, por meio da Ciência, o folclore, os índios ou negros, mas sim intervir racionalmente na realidade nacional. Os anos 1960 são marcados pelo despertar dos países subdesenvolvidos em

relação ao atraso, daí surgindo projetos de desenvolvimento distintos. Tanto o ISEB como a CEPAL, tratados anteriormente, representam projetos em jogo. E como não poderia deixar de ser, o grupo de Florestan também entra no debate, mas com distinções em relação aos demais.

Em primeiro lugar, o nacionalismo não é central, não é alvo das formulações do grupo. Em segundo lugar, a disposição de Florestan é acrescentar a Sociologia a um debate até então dominado pela Economia – com suas teorias de crescimento econômico, ou métodos para aceleradamente chegar ao padrão dos países centrais – considerada insuficiente para compreender as sociedades subdesenvolvidas. Por isso, Florestan argumenta sobre a necessidade da expansão das Ciências Sociais para estes países, como forma de chegar-se a um conhecimento novo e muito influenciado por G. Myrdal, defende pesquisas virgens para a realidade brasileira.

A entrada no debate nacional manifesta a intenção do grupo em posicionar-se para além da academia, já na esfera política, o que demonstra influência do pensamento de Manheim. Antes da formulação do Centro, Florestan envolveu-se intensamente na Campanha de Defesa da Escola Pública. Esse movimento não era algo novo e remetia ao Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1932, que teve em Fernando de Azevedo como um dos seus principais idealizadores.

Sua concepção de intervenção racional da realidade baseada no planejamento encontra na Campanha o momento de aplicação. A dura batalha empreendida não só por Florestan, mas por um grupo de intelectuais favoráveis à democratização do ensino público deixou marcas, numa experiência que parece tê-lo transformado. Em suas palavras:

Graças a essa campanha mobilizei as vantagens da condição de sociólogo militante para observar, analisar e interpretar o meio ambiente. Tive contatos intensos e profundos com os diferentes setores da sociedade brasileira, dos operários e estudantes às elites liberais e tradicionais, dos educadores, jornalistas e líderes sindicais aos maçons, espíritas, pastores protestantes e sacerdotes católicos. Descobri os véus de um quadro sombrio e doloroso. As debilidades das correntes radical-democráticas; as deficiências do movimento socialista; a violência e o obscurantismo da reação conservadora; a neutralização do Legislativo e do Executivo por interesses particularistas regionais ou de classes setoriais, todos

fundamentalmente egoístas e antinacionais; uma persistente 'reação sociopática à mudança social', que submetia todas as inovações de significado político ao mais cruel e cego controle de classe. Pela primeira vez em minha vida era provocado a definir a consciência burguesa em termos de uma equação concreta, que me ensinava que o controle burguês da sociedade civil estava bloqueando e continuaria a bloquear de modo crescente, no Brasil, a revolução nacional e a revolução democrática de recorte especificamente capitalista (FERNANDES, 1997. p.200.).

Essa fase é marcada também por uma clara distinção entre uma tendência modernizante contra o conservadorismo, conformado por uma aliança entre católicos e empresários de estabelecimentos de ensino.

O que desencadeia a Campanha é a mudança constitucional do princípio de descentralização do ensino, uma das reivindicações do Manifesto. E, nessa disputa, Florestan envolve seus assistentes da Cadeira de Sociologia I – Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Luiz Pereira, Marialice Foracchi – pois se tratava de algo mais amplo. Um projeto educacional para toda a população seria um fator que impulsionaria a institucionalização da tão defendida democracia brasileira, já que somente com a educação o indivíduo alcançaria uma posição de cidadão, apto a participar da comunidade política. Romão afirma que:

O surgimento da Campanha possibilita que se trave, na sociedade brasileira, um debate sobre a educação nacional que tem caráter inaugural pela dimensão que tomou, percorrendo não só auditórios de várias capitais brasileiras, mas também do interior do Estado de São Paulo. Também não se restringiu a uma discussão de educadores e acadêmicos, mas teve penetração na sociedade ao atingir sindicatos, organizações estudantis e por meio da intensa cobertura feita pelo jornal O Estado de São Paulo (ROMÃO, 2006, p. 69).

E acrescenta:

A tarefa educacional era dupla: em seu conteúdo, ela deveria auxiliar no desenvolvimento de uma transformação cultural no brasileiro, inculcando valores democráticos na população; em sua abrangência, possibilitaria a alteração do grave quadro de desigualdade social brasileira, capacitando tecnicamente os indivíduos para o ingresso qualificado no mercado de trabalho, de forma a consolidar a sociedade de classes no país (ROMÃO, 2006, p. 74).

Após intensas discussões e uma exaustiva participação, Florestan refina seu olhar sociológico sobre a realidade brasileira, e tira então conclusões sobre a derrota da Campanha. Acaba mudando sua posição sobre as possibilidades de democracia e também se desilude completamente quanto à possibilidade da elite orientar o processo de modernização. Suas análises anteriores sobre o subdesenvolvimento brasileiro eram orientadas pela teoria clássica de mudança social, cuja premissa é o conceito de demora cultural (*cultural lag*), ao passo que após a Campanha a baliza enterra-se na resistência sociopática às mudanças, ou à ultrarresistência, à perda do *status quo*, por parte das elites. Ou seja, se antes sua formulação sobre os entraves ao desenvolvimento residiam no plano cultural, bastando um ajuste psicossocial entre setores atrasados e adiantados, após a derrota houve um acirramento em sua reflexão já que os obstáculos à mudança não se situavam no terreno das mentalidades, mas nas asas da irracionalidade: “O que motivaria as elites dominantes seria um temor irracional, um ‘apego sociopático ao passado’, que traria graves consequências ao país” (ROMÃO, 2006, p. 82). Ainda para Romão:

A fragilidade da proposta republicana de um Estado-educador, vencida facilmente pelas “forças conservantistas” provoca o início de uma virada reflexiva nas preocupações de Florestan com a sociedade brasileira. Em textos anteriores ao ano de 1960, Florestan entende as dificuldades do desenvolvimento nacional sob o prisma de “demora cultural”. Ocorreria a existência de alguns focos de avanço econômico, social e cultural que estariam adiantados em relação a outras esferas da sociedade, que não teriam se transformado com a mesma desenvoltura que outras... (ROMÃO, 2006, p.77).

A participação na campanha e toda sua trajetória intelectual permitiram a Florestan e a seu grupo entrar no debate nacional acerca do desenvolvimento. A forma dessa escolha era o CESIT.

Ao buscar Manheim, Florestan renova suas inquietações e vai ao encontro dos agentes sociais da mudança, no sentido de entender suas motivações, seus comportamentos, as influências do grupo sobre o indivíduo e as condições histórico-sociais para que se realizem. Mais uma vez Romão argumenta que:

A tendência dos sociólogos brasileiros seria a de que se desse pouca importância às manifestações mentais das camadas sociais. Este grave erro impediria que se pudesse perceber, entre as camadas dominantes, uma atitude de manipulação das inovações institucionais e materiais de acordo com seus interesses e valores (ROMÃO, 2006, p. 82).

O Projeto *Economia e Sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento* surge em 1961, por meio do CESIT, como objetivo de estudar exatamente os agentes sociais da mudança e a relação com a imediata estrutura social e por essa razão o Estado, os empresários nacionais e força de trabalho são isolados como elementos-chave. Nota-se a clara preocupação com a estratégia de desenvolvimento, pois esses agentes sociais estão no palco das transformações. E também é por isso que os temas derivados do projeto são estudos sobre:

A mentalidade do empresariado industrial, elemento decisivo para a compreensão do crescimento econômico e das tendências de consolidação da ordem social competitiva na sociedade brasileira; a intervenção construtiva do Estado na criação ou fomento de condições para provocar ou acelerar o desenvolvimento econômico em geral; a mobilização da força de trabalho, sob as condições de transição da economia tradicional para a era tecnológica, com vistas para os desequilíbrios econômicos, demográficos e sociais resultantes, bem como os influxos positivos da racionalização do aproveitamento do fator humano na reintegração da ordem econômica, social e política; os fatores societários residuais do crescimento econômico no Brasil, na forma em que eles se revelam à análise sociológica comparada de comunidades bem sucedidas na instauração da ordem social competitiva (FERNANDES, 1976, p. 318).

No caso da mentalidade do empresariado industrial, Fernando Henrique Cardoso fica encarregado de comandar a pesquisa. O livro *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil* (1964) é justamente fruto desse trabalho e analisá-lo é objeto do Capítulo II desta dissertação.

Outro projeto acoplado ao CESIT, *A Empresa Industrial em São Paulo*, consistia num *survey* sobre a estrutura da empresa industrial na região metropolitana de São Paulo, cujos objetivos eram compreender:

a) a situação global das indústrias nos municípios da Capital, de Santo André, São Bernardo, São Caetano e Guarulhos; b)

os caracteres estruturais dos vários tipos de empresa industrial existentes; c) a organização, as tendências de crescimento e as condições de integração ao sistema socioeconômico vigente das empresas consideradas típicas (FERNANDES, 1976, p. 317).

Com tal pauta de pesquisas, o grupo de Florestan estaria apto a entrar no debate político sobre o desenvolvimento nacional.

2.6. O CESIT e a oportunidade do momento político

O CESIT foi criado no âmbito da Cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, no ano de 1961. O momento político foi propício para sua realização, já que a eleição de Carvalho Pinto coloca a Universidade como interlocutora de seu plano de desenvolvimento¹⁷. A USP, criada e mantida pelo governo paulista, contribuiu, por meio de seus quadros, com a construção da plataforma de governo de Carvalho Pinto. Naquele contexto, predominava a ideia de planejamento e das leituras de Manheim, e a Universidade torna-se o centro destas formulações.

Do começo dos anos 1950 até a referida gestão, “as dificuldades na contratação de docentes e pesquisadores eram sintomas da penúria financeira da Universidade” (ROMÃO, 2006, p. 99). Convidado como paraninfo da turma de 1957 da Faculdade de Filosofia, Florestan discursa de modo inflamado acerca da situação dramática enfrentada pela Universidade, inclusive trazendo números sobre a receita da Instituição, que caía vertiginosamente desde o ano de 1953, de 3,5% para 1,5% do Orçamento geral do Estado de São Paulo (FERNANDES, 1966).

Se o quadro era ruim para a Universidade como um todo, piorava para a Faculdade de Filosofia, vista como radical perante as demais – e tradicionais –

¹⁷ No livro *Sociologia e Política acadêmica nos anos 1960: a experiência do CESIT* (2006), fruto da dissertação de Wagner de Melo Romão no Programa de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP), a conjuntura política interna e externa à vida uspiana é dissecada por meio de leituras de atas das reuniões do Conselho Universitário e do Programa de Governo de Carvalho Pinto. A contribuição de uspianos no Conselho, como é o caso de Plínio Arruda Sampaio demonstra a valorização da Universidade naquele contexto. Os fatos políticos daquele momento tanto estaduais como nacionais são, portanto, de extremo valor explicativo e nos permitem entender o motivo da pouca longevidade do próprio CESIT.

Escolas, como a Politécnica, a Medicina e a Faculdade de Direito. O projeto inicial da Universidade colocava a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras no centro de sua proposta de formação acadêmica, mas na esfera do poder ela era suplantada pelas tradicionais Escolas profissionais que em conluio tornavam-se hegemônicas no Conselho Universitário. Em decorrência disso, elegeriam dirigentes compatíveis aos seus interesses¹⁸. Nesse cenário, as proposições oriundas da FFLC eram invariavelmente rechaçadas pelo Conselho Universitário.

Temos então, anteriormente ao governo de Carvalho Pinto, entre 1959 e 1962, de um lado uma crise financeira da Universidade e de outro, a fraqueza política da FFLC, dominada pelas demais Escolas na condição de voto vencido. Mas o que mudaria com o novo governador? Como mostra Romão (2006, p. 304):

Em São Paulo, desde sua campanha eleitoral, desenvolvida sob o lema mais administração e menos política, Carvalho Pinto apostou na competência técnica e no trato administrativo com imagem de seu governo.

Para construir um Plano de Ação para sua gestão – algo inovador para aquele contexto – Carvalho Pinto pede a contribuição de alguns uspianos, como é o caso de Plínio de Arruda Sampaio.

Mas qual a importância de se discutir a conjuntura política da Instituição, daquela época?

Por mais que se pensasse em autonomia universitária, ou independência acadêmica, a Universidade de São Paulo dependia, para fora, das intenções de seus governantes – que muitas vezes influenciavam na escolha dos reitores – e para dentro, das decisões do Conselho Universitário, órgão representativo de todas as Escolas e Institutos (que era, então, o centro político). Isso posto, a criação do CESIT numa Faculdade considerada radical e pobre do ponto de vista orçamentário, dependia da aprovação das demais Escolas, ou seja, do próprio Conselho. E tanto isso é verdade que a pequena duração do Centro deveu-se justamente a questões políticas, já que no período

¹⁸ Ver o texto de Franklin Leopoldo e Silva, “A experiência universitária entre dois liberalismos”, em *Tempo Social – Rev.Sociol*, USP, São Paulo, v.11, n.1, 1999.

de Carvalho Pinto, o Reitor era Ulhôa Cintra – de perfil técnico – e, com o golpe de 1964, a ascensão de grupos politicamente alinhados aos militares levaria o centro a perder a sua força.

Disso decorre que além de um projeto acadêmico, o CESIT, para existir, dependia das condições e negociações políticas no âmbito interno da Universidade, e mais uma vez duas figuras se destacam, numa combinação quase perfeita: a formulação do projeto teórico a partir de Florestan, e a atividade política de Fernando Henrique Cardoso, ou seja, o brilhantismo teórico de um e as boas relações políticas de outro. Isso porque a estrutura universitária daquele período era, desde sua origem, muito centralizada na figura do professor catedrático, estrutura herdada por influência dos europeus, principalmente alemães e franceses, como já foi dito.

Fernando Henrique participa do Conselho Universitário nos anos de 1957 a 1959, e retorna após breve período de afastamento, lá permanecendo até 1961. Como representante dos professores assistentes, atua no sentido de diminuir a posição inquestionável e poderosa dos catedráticos, porque somente os catedráticos eram remunerados e tanto os professores assistentes como auxiliares trabalhavam sem nada receber. E essa era uma das lutas compreendidas com vistas a uma democratização da Universidade.

A eleição de Ulhôa Cintra para Reitor, já no governo Carvalho Pinto, possibilitou a modernização universitária, e a intensificação do diálogo e cooperação entre a Universidade e o Executivo Estadual, para os quais a assessoria de Plínio de Arruda Sampaio ao governador contribuiu de forma importante. Desenhava-se então um cenário em que o planejamento estatal estava na no seu auge – vide os Planos de Meta de Juscelino Kubitschek. Nesse sentido, havia precedência do aspecto técnico em relação ao político. A esperança de modernização e valorização da Universidade de fato ocorreu: a criação do CESIT, aprovada pela Congregação da FFLC-USP em 30/11/1961 e pelo decreto 39854, de 28/02/1962 do governador do Estado foi uma prova dessa nova realidade.

Para o pleno funcionamento do Centro, mais uma vez Fernando Henrique é destacado. Usa suas relações políticas para além da Universidade com a finalidade de obter financiamento. Nas palavras de Fernando Henrique:

[...] Arranjei recursos com o Fernando Gasparian, que era meu amigo e cuja mulher, Dalva, tinha sido colega da Ruth no colégio em São Paulo. Fernando foi nomeado pelo Jango interventor da Confederação Nacional das Indústrias, a CNI. Assim, arranjei uma verba para fazer a pesquisa. Arranjar dinheiro do setor empresarial para fazer pesquisa na Universidade era algo heterodoxo. Mas o dinheiro foi dado ao CESIT. Eu tinha muito cuidado para o Florestan não imaginar que eu quisesse ameaçar o poder dele. [...] (CARDOSO, 2001, p.74).

Dessa forma, foi possível a contratação de uma equipe regular de pesquisadores além de propiciar boa estrutura de trabalho, e, em consonância com a boa relação entre Governo e Universidade e o momento de prestígio das ciências sociais, a Cadeira de Sociologia passa a contar também com financiamento da recém-criada FAPESP – Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (MOTOYAMA, 1999). Florestan Fernandes é alçado ao cargo de representante das Ciências Humanas no Conselho Técnico-Científico da instituição¹⁹. Com essa relação Florestan pôde levar benefícios e privilégios à Cadeira já que 25% da quantia destinada à área de Ciências Humanas e Sociais foram enviadas ao CESIT.

Esse volume de recursos inéditos possibilitou a compra de materiais de pesquisa e o pagamento da equipe de assistentes e bolsas de estudo fora do país para os principais pesquisadores, como é o caso da viagem de Octavio Ianni para a *London School of Economics* e a de Fernando Henrique para a *École des Hautes Études, Laboratoire de Sociologie Industrielle*, comandado por Alain Touraine. Com a musculatura que o Centro adquire, cria-se um mecanismo de recrutamento de graduandos dentro da Cadeira de Sociologia I, que são elevados diretamente para o CESIT para realizar trabalhos de assistentes (mantendo todos os projetos sempre ligados à temática mais ampla do Centro: “A empresa industrial em São Paulo”), numa espécie de pós-graduação.

¹⁹ A esse respeito é interessante ver o que diz Maria Isaura Pereira de Queiroz (*apud* FORJAZ, 1989, p. 141): “Em suas relações com a FAPESP, as Ciências Humanas e Sociais apresentam uma história algo semelhante: o início da colaboração se prendeu a relações pessoais que permitiram a obtenção ou não de bolsas, ou de auxílios; e não foi sem dificuldade que foram concedidas”.

2.7. Referenciais teóricos do CESIT

A aproximação entre a USP e os franceses vem dos primórdios da Instituição, mas um grupo especificamente ligado à temática da Sociologia industrial, liderado por George Friedmann, “que era o grande patrono da sociologia do trabalho francesa” passa a estabelecer contato com membros da FFLC, principalmente com Fernando Henrique Cardoso (CARDOSO, 2001, p. 9). Friedmann entusiasmou-se com o projeto CESIT e mandou ao Brasil seu assistente, Alain Touraine, que junto ao grupo uspiano passa a atuar na América Latina e realiza pesquisas no Chile. A sociologia industrial torna-se uma área em ascensão para uma sociedade em vias modernização, como a brasileira, mas no caso das nações de capitalismo originário esta temática já estava em curso. A troca de informações e os laços de amizade entre Fernando Henrique – que foi, junto com Cláudio Voga, estudar no *Laboratoire de Sociologie Industrielle* – acarreta em parcerias e colaborações, porém o objetivo do CESIT era mais alto. Enquanto o grupo de Touraine pesquisava sociologia industrial na Europa e na América Latina, o grupo de Florestan pretendia contribuir para o desenvolvimento nacional, sendo a questão da indústria e do trabalho apenas uma vertente. As contribuições de Touraine foram decisivas para as análises do CESIT, segundo Cardoso:

Bem, então o Touraine chegou, leu nossos trabalhos e fez comentários: “vocês estão descrevendo o Brasil como se estivessem na Europa, com classes sociais bem estabelecidas, mas não é bem assim. O Estado aqui tem mais força do que as classes sociais bem estabelecidas, a ideia da Nação é central.” (CARDOSO, 2001, p. 9).

Com esses pontos de dúvida colocados por Touraine, há uma reformulação nos trabalhos gerados, incorporando uma análise a partir do caso particular, ou seja, das peculiaridades do Brasil, que podem ser observadas no livro *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil* (1964).

Outra influência importante para o CESIT é a CEPAL, que já estava produzindo contribuições sobre as políticas industriais na América Latina, países periféricos e estruturalmente atrasados.

Para finalizar, temos que no Brasil, a Sociologia passa por fases, mas ganha abrangência como campo com a sociologia universitária, em São Paulo, com a criação da Escola Livre de Sociologia e Política (1933) e com a Universidade de São Paulo (1934), e mais tarde com a Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil (1935). Não por acaso, as cidades escolhidas para serem sedes das escolas de sociologia foram o Rio de Janeiro e São Paulo, onde certamente havia maior penetração capitalista, portanto maior estratificação social, uma elite ilustrada e com a formação de uma classe média. É nesse ambiente de modernização que, junto às Universidades, a Sociologia é engendrada como profissão. É impossível afirmar que São Paulo oferecia um ambiente científico em contraposição ao ambiente político do Rio de Janeiro, a primeira podendo ser tomada como locus da neutralidade e a segunda imersa nas relações de poder, porque, como mostrei, a Universidade de São Paulo e mesmo a Escola Livre de Sociologia e Política, fundada anteriormente, dependiam de relações políticas para manterem-se. Como afirma Lucia Lippi (1995), no Rio de Janeiro não havia apenas a Universidade do Brasil, mas também o CLAPS (Centro latino americano de pesquisas em Ciências Sociais), produzindo uma Sociologia *strictu sensu*.

O fato é que em São Paulo havia uma clivagem decorrente da chegada dos professores estrangeiros, e o trabalho empírico, aliado à reflexão teórico-metodológica foi alçado como modelo de produção intelectual.

A Escola Livre de Sociologia e Política recebe influência da sociologia norte-americana, trazida estrategicamente por Roberto Simonsen (DEL VECCHIO; DIEGUES, 2008). Dalí surgem pesquisas sobre a condição de vida dos operários, alia-se pesquisa de campo ao aprendizado e, mais que isso, formam-se trabalhos dirigidos para uma intervenção, ou melhor, orientados para reforma social, o que reflete o típico do padrão norte-americano. Na Faculdade de Filosofia, especialmente com a maturidade de Florestan Fernandes, as formulações baseiam-se em algo mais amplo, como usar a Sociologia como uma arma para intervir no debate em torno da mudança social, pautada pelo processo de modernização do Brasil.

Desse modo, ao aproveitar a influência tanto da ELSP como da FFCL, ou seja, a pesquisa nos moldes norte-americano e a teorização francesa, Florestan pôde contribuir decisivamente para o Projeto de institucionalização

da Sociologia. Mais do que isso, usando sua disciplina e abnegação, coloca a Sociologia como fonte de respostas ao peculiar processo de modernização brasileira.

Nessa esteira, ao tornar-se dirigente da cadeira de Sociologia I, Fernandes reúne um grupo de alunos, dos mais destacados, e juntos organizam uma pauta de pesquisas buscando contribuir com o debate nacional sobre o desenvolvimento. O CESIT, então, torna-se o locus dessa produção, muito por conta do financiamento conseguido pelo trabalho político de Fernando Henrique Cardoso, com suas relações e poder de negociação.

O CESIT terá curta duração, muitos projetos inacabados, tudo isso por conta do golpe de Estado e a saída de seus mentores. Mas deixa uma herança poderosa, de que faz parte o livro objeto desta dissertação. O CEBRAP, posteriormente criado por Fernando Henrique quando volta ao Brasil, reencontrará a missão do CESIT.

3. A obra

*Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*²⁰ (1964) de Fernando Henrique Cardoso, configura-se como ponto central desta dissertação. Foi a primeira publicação oriunda do CESIT, à época dirigido por Cardoso. O livro, terminado em 1963, transforma-se em tese de livre docência na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, após prestar contas a uma banca examinadora composta pelos professores Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior, Cândido de Procópio Ferreira de Camargo, José Quirino de Ribeiro e Júlio Barbosa.

Para a confecção da tese, Cardoso com 32 anos de idade, conta com a participação dos então pesquisadores do CESIT, imbuídos da tarefa de entrevistar empresários. São eles: Celso de Ruy Beisiguel, Leôncio Martins Rodrigues Netto, Gabriel Bolaffi, José Carlos Pereira, Lourdes Sola, Cláudio José Torres Vouga e José Francisco Fernandes Quirino dos Santos.

²⁰ A partir de agora utilizarei *Empresário Industrial*.

A matéria prima utilizada para o presente estudo é um *survey* realizado pelo CESIT a partir de duzentos e oitenta e oito questionários enviados a empresas localizadas na Grande São Paulo, além da leitura de atas de reuniões, notícias de jornais e entrevistas abertas a partir do convívio com empresários ou dirigentes de empresas²¹. Cardoso salienta que os dados coligidos apenas servem como ponto de partida, pois o intuito é interpretar a realidade a partir de uma coerência teórica, o que pressupõe um trabalho menos estatístico e mais voltado a uma narrativa lógica. É importante salientar que desde 1959, Fernando Henrique, Octávio Ianni, Florestan Fernandes e os demais fundadores do CESIT já estavam dedicados aos estudos sobre desenvolvimento econômico, examinando os nexos causais que levaram o país à industrialização²².

Logo na Nota Introdutória, Cardoso apresenta o objetivo do estudo:

O problema central discutido no livro – a participação dos empreendedores industriais no desenvolvimento econômico do Brasil – é novo na literatura sociológica brasileira. Apenas começam a surgir estudos concretos sobre a formação da sociedade industrial e, quase sempre, devem-se à literatura econômica às contribuições pioneiras (CARDOSO, 1964, p. 5).

Como já dito no primeiro capítulo do presente trabalho, esta audaciosa assertiva, reveladora do projeto engendrado por Florestan Fernandes, demonstra que de fato temas da sociologia industrial eram ainda escassos no Brasil, ao contrário da França. De alguma maneira esta obra é um passo inicial para uma profusão de estudos posteriores, tornando a sociologia industrial objeto “da moda”.

3.1. Descrição da obra

Empresário Industrial (1964) está dividido em cinco capítulos, além de Nota Introdutória e uma Conclusão. A Nota Introdutória consiste numa

²¹ Como colocado no primeiro capítulo, Cardoso, por sua boa relação política com um estrato do empresariado consegue doação substancial de recursos para o CESIT com a CIESP.

²² Cf. CARDOSO, Fernando Henrique. “Desenvolvimento Econômico e Nacionalismo”. *Revista Brasileira*, São Paulo: 1959 e CARDOSO, Fernando Henrique. “Condições sociais da Industrialização de São Paulo”. *Revista Brasileira*, São Paulo: 1960.

demonstração geral do livro, explicações com respeito aos aspectos metodológicos e agradecimentos.

No primeiro Capítulo, intitulado “Empreendedores, Capitalismo e Sociedades Industriais”, ao afirmar que existe uma pluralidade de análises sobre a formação e transformação do capitalismo industrial na Europa e nos Estados Unidos, bem como no comportamento dos empreendedores clássicos, aponta:

A teoria socioeconômica sobre o capitalismo não dispõe, entretanto, de análises suficientemente conclusivas no que diz respeito à ação empresarial e à própria função dos empreendedores vistos como uma *categoria social* em dois momentos cruciais do desenvolvimento atual da economia do “mundo ocidental”: no “**capitalismo monopolista**” das áreas altamente desenvolvidas e no “**capitalismo marginal**” das regiões subdesenvolvidas. (CARDOSO, 1964, p. 15, grifos meus).

Ao perceber esses dois campos de investigação ainda mal explorados, Cardoso empreende parte para uma apresentação geral do papel do empreendedor no mundo contemporâneo, absorvendo as leituras de Schumpeter (1982) acerca das redefinições de papéis em diferentes estágios da economia, descolando o capitalista clássico do empreendedor contemporâneo. Por isso Fernando Henrique Amiúde cita as diferenças entre o capitalismo contemporâneo, o capitalismo clássico (de formação) e o capitalismo monopolístico ou oligopolístico (a partir do surgimento de grandes empresas que passam a controlar setores do mercado). O austríaco Joseph Alois Schumpeter foi um dos mais brilhantes teóricos da economia e notou, ao longo da história, mudanças no sistema capitalista pelo prisma da inovação.

Para o economista só há de fato desenvolvimento econômico quando ocorre inovação originada pelo produtor da mercadoria:

As mudanças se originam, portanto, no lado da produção, na maneira distinta de combinar materiais e forças para produzir as coisas a serem utilizadas na vida diária das pessoas, mas, repita-se, não dizem respeito ao aperfeiçoamento no já conhecido. Trata-se de modos totalmente diferentes de dispor materiais e forças. A esses modos diferentes Schumpeter chamou de inovações ou de novas contribuições. (DA COSTA, 2006, p. 5).

Fica cristalina aqui a proeminência do empresário (produtor) na efetivação de novas combinações. Schumpeter destaca a figura do empreendedor como um herói, alguém que cria e, portanto, enfrenta riscos. Por isso, nem todos são empreendedores e o ato de empreender não pode ser apenas herdado. A inovação propicia um salto econômico, gerando lucros para os empresários, entretanto Schumpeter afirma que as expansões derivadas das inovações são temporais, já que uma vez lançado um novo produto ou um novo método de produção logo serão imitados pelos concorrentes, e aquilo que era novidade deixa de ser, transformando a economia num perde e ganha, ou seja, o sistema capitalista não é estático e as grandes empresas não exercerão monopólio *ad infinitum*.

Quando se olha à economia com uma visão estática e se vê uma única empresa no mercado, se associam os lucros extraordinários que possa estar obtendo ao exercício do poder monopolístico que desfruta, à custa dos consumidores. Se olharmos, porém, **dinamicamente** essa colocação única de mercado pode se dever à introdução de algo novo na atividade econômica e, portanto, é uma posição **passageira**. (DA COSTA, 2006, p. 10, grifos meus).

Isto posto, Schumpeter detectava o empreendedor como demiurgo do real por seu poder de construir o novo, dinamizar a economia e mais do que isso, via o empresário como construtor do Socialismo:

Os verdadeiros construtores do socialismo não são os intelectuais e agitadores que os defendem, mas os Vanderbilt, os Carnegie e os Rockefeller. Esse resultado pode não agradar, em todos os aspectos, os socialistas marxistas, menos ainda os socialistas de tipo popular (mais vulgar, diria Marx). Mas, no que diz respeito ao prognóstico, não difere do deles. (SCHUMPETER, 1982, p. 176).

O economista conhecia a produção de Marx e podemos até mesmo perceber um diálogo com o alemão no livro *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (1984), sobretudo em seus primeiros capítulos. Todavia, apresentava uma visão própria e original sobre o fim do capitalismo: se para Marx a exacerbação do conflito entre assalariados e capitalistas emperraria o

avanço econômico gerando convulsões sociais, Schumpeter avaliava que as virtudes do sistema levariam ao Socialismo; ao contrário de estagnação econômica, a economia de mercado traz bem estar à população de modo a aumentar a renda *per capita* exponencialmente. Esse fato sugere que a causa do seu fim não está na esfera econômica, mas no plano sociocultural, já que as grandes empresas eliminam as pequenas, o pequeno proprietário, somado às elites intelectuais deixam de apoiar o sistema, difundindo ideias que criam uma atmosfera de rancor contra o capitalismo (DA COSTA, 2008, p. 12).

Voltando ao livro de Fernando Henrique, para entendermos o motivo do debate sobre o papel do empreendedor, vale ressaltar que concorre para tal a complexidade atingida pelas corporações, altamente burocratizadas, divididas por departamentos, empregando grande número de funcionários e chegando a altíssimos índices de produtividade. Corporações que se tornaram grandiosas e passaram a disputar mercado em muitas localidades do globo. Esse movimento se origina principalmente pelas descobertas científicas, levando essas empresas a patamares muito elevados de produtividade, e, por conseguinte, de lucro.

Essas mudanças levaram muitos analistas a repensar de modo geral o capitalismo, e cada qual a seu modo, preferiu dar ênfase a algum aspecto daquela nova realidade. Cardoso não descuidou de nenhuma delas, e as utiliza ora para desqualificá-las, ora para aproveitá-las, com a intenção de clarear o papel do empreendedor nessa nova ordem. O principal ponto levantado pelos estudiosos naquele período refletia-se na cisão entre propriedade e controle administrativo das empresas. Sendo assim, aquilo que Schumpeter denomina morte do capitalismo como sistema baseado na apropriação dos meios de produção pela classe burguesa na ação dos empreendedores gera uma série de formulações e hipóteses sobre as sociedades industriais, algo distinto do sistema capitalista *strictu sensu*; outros autores, tais como Dahrendorf (1959) e Rostow (1961) passam a utilizar a expressão pós-capitalismo ou neocapitalismo.

Essas novas análises passam a procurar por uma nova correlação de forças na sociedade a partir da redefinição de papéis. Se no capitalismo clássico o poder estava concentrado nas mãos dos donos dos meios de produção, o novo cenário é bem mais hierarquizado, pois os *managers* das

empresas terão papel preponderante na estrutura de poder das fábricas. Segundo Cardoso, para esses autores “a estrutura de poder, na fábrica como na sociedade em geral, organiza-se antes em função da linha de autoridade que da linha de produção” (1964, p. 16). Dahrendorf (1959) inclusive aponta, nessa nova correlação de forças, o papel preponderante dos políticos, para onde apontam as decisões e estratégias dos *managers*, já que os *policy makers* tem papel de formular políticas monetárias e creditícias influenciando a própria política empresarial.

Ademais, entra em discussão a quebra do controle acionário das empresas pelos grupos familiares o que, para esses autores, configura-se como perda do papel precípua dos proprietários, estabelecendo uma nova relação entre grupos econômicos e financeiros.

Entretanto, Cardoso põe em xeque esse tipo de análise pós-capitalista, atribuindo certo exagero praticado pelos autores. Em sua opinião, decerto houve transformações agudas na organização fabril, tributárias do processo de inovação e racionalização da civilização industrial, como é o caso da ideologia da administração científica das fábricas e da racionalização do trabalho ao modo fordista, entretanto, não acredita numa redefinição do papel empresarial.

Retifica Schumpeter, ao afirmar que a inovação não é a única característica do empreendedor contemporâneo, sendo a capacidade de dar continuidade efetiva à nova combinação econômica implantada um desafio inerente a sua prática (1964, p. 20). Mais que isso, Cardoso argumenta que na economia pós Segunda Guerra, várias práticas foram acrescentadas às funções empresariais, contudo não há propriamente uma redefinição do papel do empresário. A faculdade de inovar, em sociedades anônimas já não depende tanto do talento inventivo, pois a própria segmentação social, a separação das esferas preconizada por Weber oferece quadros técnicos especializados, aptos a realizarem acréscimos e novas práticas, como os engenheiros, físicos, administradores, cientistas e analistas de mercado.

Rebate também as conclusões de Dahrendorf (1959) acerca da dominação exercida pelos políticos, nas três esferas da sociedade de massa, ao mesmo tempo esclarecendo os limites do controle acionário mais diversificado:

Com efeito, a burocratização das empresas, decorrente da racionalização crescente imposta pela civilização industrial, redefiniu as técnicas de comando e controle postas em prática nas organizações econômicas. Da mesma maneira, os moldes da moderna capitalização quebraram o controle acionário total das empresas pelos grupos familiares. **Entretanto**, depoimentos e estudos recentes têm mostrado que a liberdade de decisão dos *managers* é controlada pelos grupos acionários que detêm a propriedade, embora o mecanismo de autoridade seja hoje muito mais complexo que no período do “capitalismo empresarial” (CARDOSO, 1964, p. 17, grifo meu).

Com essa afirmação categórica, o sociólogo brasileiro contesta importantes intelectuais que escrevem a partir do centro do capitalismo e vai mais longe, acredita que o cerne da discussão concentra-se nos aspectos financeiros. O jogo das ações não mudaria a natureza dos empreendimentos já que o fulcro não está no aumento da produtividade, mas sim no aumento do lucro pela especulação, e daí sua leitura das obras de Marx (1982) é reveladora:

[...] O caráter de produção pela produção que, nas análises de Marx, supunha a expropriação dos trabalhadores e a obtenção de lucros como condição e objetivo do capitalismo, desdobra-se, no capitalismo moderno, na disputa entre capitalistas financeiros que levam a irracionalidade do sistema ao absurdo: o jogo das ações é a luta pelo lucro sem mediação da produção (CARDOSO, 1964, p.19).

Com seu conhecimento da obra marxiana, Fernando Henrique passa a adotar um olhar mais amplo sobre as transformações do processo econômico, sem dúvida mais complexo. Numa brilhante sentença, para o sociólogo do CESIT, a empresa é o novo sujeito, o que vale dizer que o capital e não o capitalista explica o sistema. Controlar o conjunto dos fatos sociais como um todo, quer dizer, decidir com base no mercado, influenciar a política econômica, fazer com que a sociedade acolha as pesadas estruturas fabris e que delas participe para o seu bem estar, são as novas práticas dos capitalistas para sustentar seus empreendimentos.

Um fator crucial depreende-se dessa análise como sustentáculo dos capitalistas: a participação do Estado. Nesse caso, a Política entra em cena, não no sentido buscado por Dahrendorf (1959), mas levando em conta a

Política em função dos efeitos causados pelas decisões para toda a sociedade. Quanto mais uma empresa cresce e contrata trabalhadores assalariados, mais responsabilidade terá para a vida destes e de seus familiares, suas mercadorias serão consumidas, seus investimentos absorverão grandes volumes de recursos, e as decisões econômicas afetarão vários segmentos.

Por isso, as mudanças que configuram o novo empresário explicam-se mais pelas próprias transformações do sistema capitalista como um todo, e até mesmo o Estado precisa ajustar-se a esses novos patamares. A estrutura social influencia o comportamento e os sentidos das ações dos capitalistas e não vice versa. Para Cardoso:

[...] Enquanto houver capital que se valoriza (e se expande), haverá necessariamente proprietários dos meios de produção, e assalariados, pois que a valorização do capital equivale à continuidade do processo de apropriação por uma camada social do trabalho realizado por outra (CARDOSO, 1964, p.35).

Ou seja, apesar de aparentes mudanças a essência permanece a mesma, a de regular os oligopólios e preparar uma política nacional adequada às bases que sustentam o sistema capitalista (realização do lucro e exploração do trabalho). Ocorre, sem dúvida, uma politização da economia que leva o Estado a se sofisticar dada sua missão de formular políticas econômicas nacionais que atendam aos interesses dos empresários. Nesse contexto, as elites dirigentes indubitavelmente aproximam-se das elites políticas, porém deparam-se com uma estrutura de poder mais diversificada. Do mesmo modo que cresce o número de assalariados, associações e sindicatos tornam-se mais fortes e entram na disputa pelo poder, e o empresariado por sua vez deve criar sua própria estratégia política, capaz de obter um consenso e apoio ao mesmo tempo interno e externo (no sentido de controlar a opinião pública). Por isso reafirma-se a frase de Fernando Henrique que, no capitalismo contemporâneo, a função empresarial está para além da empresa.

Cardoso argumenta que a inovação, vista como central para Schumpeter, permanece como questão importante, mas não suficiente na moderna estrutura econômica. Porém, o sociólogo valoriza mais o modo de influência do empresariado sobre a política econômica, o que demanda sofisticação e maior preparo, para então afirmar categoricamente que “[...] o

modo de empreender e a ideologia do empreendedor realizam e exprimem a produção, a distribuição e a acumulação, tal como são tornadas possíveis num dado momento do desenvolvimento social” (CARDOSO, 1964, p. 41).

A ação empresarial aqui é vista como produto das relações sociais, não se restringindo apenas ao ímpeto do empresário, pois este é uma peça do sistema capitalista.

Dentro do primeiro capítulo, em “Os Empreendedores numa economia Subdesenvolvida”, Fernando Henrique dá respostas ao seu segundo apontamento inicial: a ausência de estudos sobre o capitalismo em regiões subdesenvolvidas. De antemão, aponta que o caminho para esse fim não deve passar pelas comparações entre o empreendedor brasileiro com o padrão universal do homem de empresa, já que as situações econômicas e sociais são diversas. O moderno capitalismo chega às regiões subdesenvolvidas numa fase adiantada, já com as empresas gigantes constituídas, modernos sistemas de controle e administração, capacidade técnica e bens de capital. O mundo subdesenvolvido, no qual se enquadra o Brasil, entra tardiamente e herda um passado colonial pautado por uma estrutura social muito marcada por práticas pré-capitalistas, como é o caso da escravidão e do patrimonialismo.

Nesse sentido, o autor enfatiza que para uma a compreensão do processo de formação do empresariado brasileiro, bem como seu comportamento social e mentalidade, é preciso ter clareza das condições singulares que se realizam. A ação dessa categoria social é mediada internamente pelas condições históricas e externamente pelo tipo de relação com o centro do capitalismo. Na chave analítica de Caio Prado (1963), torna-se imprescindível considerar o mundo subdesenvolvido de modo singular, não apenas no aspecto colonial, ou no sentido da colonização, quer seja, a configuração de uma estrutura social voltada para a Metrópole, mas, sobretudo pela ausência do tipo social que derrotou um Regime (Idade Média) e construiu um mundo ao seu modo, como é o caso do homem burguês clássico, agente das Revoluções. Nem é o caso de comparar o tipo de desenvolvimento tecnológico alcançado pelos países desenvolvidos, que efetivaram as Revoluções Industriais e a Revolução Técnico-Científica.

Enquanto o processo de produção na Europa Central modernizava-se e as empresas cresciam exponencialmente, os países subdesenvolvidos

permaneciam atacadados com suas estruturas sociais herdeiras de uma divisão do trabalho muito marcada pela economia clássica, para exportarem produtos primários às nações manufatureiras e delas comprar mercadorias acabadas.

Com efeito, houve tentativas isoladas de mudar esse quadro e trazer o desenvolvimento para o mundo subdesenvolvido, como foi o caso de Barão de Mauá. Porém, a preocupação de Cardoso está centrada em verificar sociologicamente como se deflagrou a industrialização da periferia do sistema, entender como foi possível o grande despertar (CARDOSO, 1964, p. 44).

Em vez de pensar essa passagem do agrário tradicional para o industrial moderno como um processo mecânico, de transplantação pura e simples de modelos e técnicas adquiridas, salienta:

[...] Assim, a formação da ordem capitalista-industrial no Brasil – processo em curso – não foi vista como “tendência inexorável”. Ao contrário, sublinhamos sempre, nas interpretações gerais, que a vida social **é tensão** e que o “curso das coisas” só existe como passado, pois o presente não se resolve necessariamente num futuro já contido na realidade, mas se redefine nas opções concretas que podem apontar caminhos diferentes, muitas vezes ambíguos, que só se tornam unívocos depois de percorridos (CARDOSO, 1964, p. 43, grifos meus).

Nessa passagem, transparece seu modo de interpretar a realidade enfatizando o papel central que o homem exerce na História, pois se a vida social é tensão, o futuro é invenção humana.

Nesse sentido, o segundo capítulo “Desenvolvimento Econômico e Camada Empresarial” consiste em afastar os esquemas abstratos de análise, predominantes naquele contexto. Grande parte das produções sobre o desenvolvimento, sobretudo as realizadas por economistas norte americanos, não levavam em conta a estrutura do sistema produtivo de cada país, preferindo realçar as forças sociais ou determinações econômicas externas como fatores de desenvolvimento (CARDOSO, 1964, p. 50).

Esse tipo de formulação fica evidente em Rostow (1961) e não deixa de ser examinada por Fernando Henrique. Esse economista americano decompôs a história do desenvolvimento econômico em etapas que enquadrariam todas as sociedades. Desse modo, todas as partes do globo passariam, inexoravelmente, do estado agrário tradicional para a sociedade de consumo

em massa. Para inferir em qual estágio encontra-se determinada sociedade, basta que a taxa de investimento supere o crescimento demográfico, um tipo de medição pautada por índices e cálculos.

De uma sociedade tradicional ou estagnada, marcada pela ausência de inovação e aplicação de técnicas para uma sociedade de consumo, caracterizada pela supremacia do setor de serviços, empregos predominantemente urbanos, renda per capita alta maior do que a necessidade de consumo depende um arranco econômico, formado por duas variáveis: “recursos naturais favoráveis à industrialização mais ciência moderna e objetivos sociais capazes de motivar a ação modificadora dos homens” (CARDOSO, 1964, p. 49).

Com isso, sociedades muito marcadas pelos valores tradicionais somente alcançam o desenvolvimento moderno por aspectos econômicos: aumento da produtividade agrícola, fatura de alimentos, divisas com a exportação de produtos primários, reinvestimento dessas dívidas para o setor moderno, construção de infraestrutura (meios de transporte e comunicação). Todavia, algumas mudanças não econômicas são fundamentais, como a constituição de uma elite dirigente e a unificação do Estado e a capacidade de centralizar e unificar o sistema fiscal e tributário.

A crítica de Cardoso a esse tipo de concepção é aguda:

[...] Assim, a Venezuela ou o Koweit, por exemplo, acabam por apresentar altas taxas de desenvolvimento, não obstante, como é sabido, serem países, onde a maioria da população vive em níveis infra-humanos de existência e onde os núcleos dinâmicos dependem diretamente do exterior (CARDOSO, 1964, p. 48).

E ainda:

[...] o método de Rostow soma, ao empirismo da prova, que consiste na escolha de exemplos, uma **pseudoformalismo descritivo** (que parece ser o esforço teórico máximo a que as análises deste tipo têm chegado como reverso do empirismo) em que, ao rigor do encadeamento das proposições, substitui-se a justaposição de variáveis abstratas (CARDOSO, 1964, p. 53, grifos meus).

A crítica vai à direção de demonstrar, em Rostow, ausência de contextos e significações sociais, do exame de situações concretas, além de certa

arbitrariedade já que não há uma relação objetiva entre a constituição de uma elite dirigente e a modernização. Explico-me: qual a relação de necessidade entre uma elite dirigente que surge de uma sociedade tradicional e inexoravelmente caminha para a modernização do tipo capitalista? São essas algumas lacunas deixadas por Rostow segundo a interpretação de Cardoso.

Um outro tipo de análise, mais ajustada a um viés sociológico, ao contrário de Rostow que centrava sua investigação nos aspectos demográficos, naturais e econômicos, colocava no centro o fator humano, qual seja, requisitos de comportamento universais que aparecem em sociedades industriais.

Os trabalhos de Harbinson e Myers (1959) e Kers (1962), nesse sentido, balizam suas pesquisas num novo homem, fruto da industrialização, cujos valores, gostos, educação e saúde são mais elevados em relação aos membros de sociedades tradicionais. Ademais, tem maiores expectativas e anseios que são atendidos pelo trabalho.

Essas características são decorrentes, segundo esses autores, do sistema produtivo industrial, portanto dos métodos tecnológicos e científicos. Com efeito, o emprego de tecnologia gera um tipo de trabalhador diferenciado já que deve reter educação específica para lidar com a tecnologia, um aprendizado técnico que acarreta em níveis diferentes de especializações e profissões. O trabalhador da indústria usufrui de maior mobilidade social e espacial, ao contrário do tipo tradicional, preso à terra e ao ofício.

Para a sociedade, como um todo, a urbanização, a valorização da técnica e da ciência, o culto ao trabalho e o respeito democrático são especificidades do sistema industrial. O apego à ciência gera, portanto, um homem universal, encontradiço nas almejadas sociedades desenvolvidas. Para os autores, o efeito demonstração, ou seja, a expectativa de viver conforme os padrões da civilização industrial orientam as sociedades subdesenvolvidas para a modernização.

Não obstante, o tipo universal encontra obstáculos na cultura tradicional, na resistência às mudanças pela composição da estrutura social tradicional. Surgem então cinco grupos capazes de liderar o processo de transformação em direção a uma sociedade industrial de massas: 1 – elites dinásticas; 2 – as classes médias; 3 – intelectuais revolucionários; 4 – administradores coloniais e por fim 5 – líderes nacionalistas (CARDOSO, 1964, p. 55).

Aqui, não é apenas a elite empresarial propulsora da mudança, alargando-se a análise para grupos com objetivos e meios distintos, entretanto acabam por produzir o sistema industrial na medida em que a lógica do industrialismo absorve o conjunto da sociedade.

Fica evidente, em todas as investigações estudadas, certa obsessão em generalizar, captar o universal, traçar um caminho marcado por etapas que levam de uma situação a outra. No fundo, esses autores buscam um Modelo de História que vá à direção de uma civilização industrial, sem levar em consideração os aspectos particulares de cada situação concreta. Autores como Schumpeter, por exemplo, atribuem a uma classe ou a um grupo dentro de uma sociedade a tarefa de mudança social, qual seja, a burguesia ou elite industrial. São caminhos que levam a mesma questão: como chegar ao padrão inglês, francês ou alemão? Como o resto do globo alcança essa possibilidade e quem são os agentes?

No entanto, Cardoso afirma:

[...] Nas condições presentes do mundo a ideia das etapas necessárias para reviver as “classes” e os “tipos de homem” capazes de repetir nos “países em desenvolvimento” a história do capitalismo ocidental parece ter sido definitivamente afastada: há caminhos do subdesenvolvimento para o desenvolvimento que não passam pelo **capitalismo**. (CARDOSO, 1964, p. 59, grifo meu).

A preocupação com o “como” acabou substituindo a busca pelos “porquês” da mudança, sendo que os sistemas abstratos nem sempre caminham com o motor da história, por isso não podem ser transplantados como se o corpo social fosse uma folha em branco. Ademais, não é possível minimizar o peso da Revolução Cubana²³ na América Latina, adotando um sistema planejado, nos moldes socialistas.

O que perpassa as críticas de Cardoso é sua tentativa de dar músculos e ossatura às análises de mudança social, até então vistas pelo autor como pobres. Para isso sentencia:

[...] Em outras palavras: em vez de construção de modelos de desenvolvimento, a análise científica deve encaminhar-se para

²³ Cf. Morais, Fernando. *A Ilha*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

a determinação das estruturas que explicam o desenvolvimento – e o subdesenvolvimento – e para a determinação da dinâmica de um tipo de estrutura para outro. (CARDOSO, 1964, p. 66).

Propõe-se, portanto, uma espécie de caminho do meio: longe das abstrações que passam por cima das determinações sociais e evitando descrever exaustivamente os diversos processos de mudança social ocorridos em várias partes do globo, o que seria substituir relatos de tipo jornalísticos para a linguagem científica elaborada. Com efeito, o ângulo científico de análise procura determinar tipos de estrutura decantados pela ação coletiva dos homens, que definem modos de existir socialmente. Caso contrário, qualquer tipo de interpretação amarrada somente a algumas variáveis perdem sentido no plano concreto, isso porque de nada adianta distinguir o que é desenvolvimento, e tão logo o subdesenvolvimento, em sociedades que não adotaram o sistema de mercado e, por conseguinte o modo capitalista-industrial de produção. O conceito de desenvolvimento, então, não se relaciona apenas à passagem do tradicional para o moderno, é condicionado pela adoção do capitalismo, um tipo particular de modo de produção que engendra um tipo específico de apropriação dos meios, distribuição do poder, conformação de classes sociais, ou seja, características da sociedade burguesa.

Da mesma forma, o subdesenvolvimento, afirma Cardoso, não se refere ao arcaico, tradicional, agrário, tampouco significa ausência total de desenvolvimento. Dentro dos marcos capitalistas não faz sentido atribuir a uma sociedade a característica de subdesenvolvida quando não se relaciona com o tipo desenvolvida, pois somente a partir dessa relação é que se compreende a forma de dominação de uma sobre a outra. Tanto o mundo desenvolvido quanto o subdesenvolvido fazem parte de um mesmo modo de produção, são faces da mesma moeda, revelam um tipo de dominação que alimenta o capitalismo.

Entendido isso, o processo de desenvolvimento não pode ser compreendido pelo aumento da mercadoria global, elevação da renda *per capita*, divisão do trabalho, especialização, urbanização, inovação tecnológica, mas como um **movimento social que transforma**. As condições econômicas

podem estar dadas, o que não significa que automaticamente determinada sociedade caminhará em direção ao desenvolvimento.

[...] Entre um momento e outra da história de uma sociedade, há a mediação de uma *luta* que reflete a tensão entre interesse e objetivos sociais diversos num duplo sentido: altera-se a posição da sociedade particular no conjunto das sociedades e modifica-se internamente a posição das camadas da sociedade que está se desenvolvendo. (CARDOSO, 1964, p. 71).

Alguns grupos podem resistir às mudanças e emperrar um processo favorável. A sociologia do desenvolvimento deve investigar esse liame entre estrutura e estratégia de ação dos agentes, da ação propriamente e o efeito desta que pode ser diferente do desejado. Por isso a conjuntura econômica é condição necessária, mas nem de longe suficiente para a mudança social.

3.O caso brasileiro

Para aplicar a sociologia do desenvolvimento num caso particular, o Brasil, o primeiro passo é compreender como se dinamizou a sociedade tradicional, quais foram os impulsos que levaram a constituição de uma nova sociedade. Em seguida, perseguem-se as formas que o processo de desenvolvimento social assumiu para confrontá-lo com as reais motivações dos grupos sociais. A questão central é deslindar se, no caso dos países subdesenvolvidos, tomando como exemplo o Brasil, a burguesia teve relação direta com o processo de desenvolvimento, como foi o caso dos países de capitalismo originário.

Na literatura brasileira, algumas interpretações, principalmente no campo econômico, objetivavam compreender o processo de formação do capitalismo, como é o caso de Celso Furtado (1961) e Jaguaribe (1962).

Jaguaribe, em seu livro *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político* (1962) resume o processo de mudança social em três tipos: neobismarckismo, o capitalismo de Estado e o socialismo desenvolvimentista. Cada forma adotada engendrará tipos distintos de sociedade e ao examinar

cuidadosamente cada um dos casos, o isebiano aprofunda não apenas sua visão sobre os problemas enfrentados pelo Brasil, mas propõe alternativas.

Em primeiro lugar, o autor argumenta que a crise enfrentada pelo país tem sua origem no subdesenvolvimento, ou seja, na sua relação com os países centrais, dada pela exploração de matérias primas. Em sua opinião, o Estado não conseguiu realizar um esforço de planejamento geral, tampouco impulsionou o desenvolvimento do país, não obstante o Estado nacional desenvolvimentista de Getúlio Vargas e alguns esforços, como a implantação da Vale do Rio Doce.

As características de Estado-Cartorial, do parasitismo burocrático e da ineficiência da máquina administrativa já vinham sendo objeto de suas críticas desde o começo do Grupo de Itatiaia e do IBESP, no entanto, as soluções foram se modificando. Ao estudar o socialismo e seus desencadeamentos, Jaguaribe, em 1953, tinha uma posição favorável à socialização dos meios de produção e argumentava dessa forma:

[...] Em primeiro lugar, porque a gestão socializada da economia exige que se converta a burocracia cartorial numa burocracia gerencial de sorte a substituir os controles ditos espontâneos e automáticos do mercado pelos controles planejados. Em segundo lugar, porque só a socialização da economia suprime as relações de dependência econômica, fazendo desaparecer o poder econômico privado. E era necessário suprimir este poder econômico, base da economia de exploração, porque somente isto "permite a liquidação do Estado Cartorial e, desta forma, do parasitismo burocrático" (JAGUARIBE, 1962, p. 155).

Todavia, no livro *Nacionalismo na Atualidade Brasileira* (1958), fruto, ou pretexto, de sua saída do ISEB, o autor tem outra posição, depositando ato de fé na burguesia nacional, mas não sem ressalvas: "No regime vigente, que é o do capitalismo possível nas condições de nosso tempo e de nosso país, abre-se para a burguesia brasileira a oportunidade histórica de promover o desenvolvimento econômico-social do país" (JAGUARIBE, 1958, p. 99).

Isso porque, nessa mesma obra, o autor traça com muita acuidade os perfis do sistema socialista e capitalista, chegando à conclusão que ambos chegam aos mesmos resultados, ou seja, o socialismo rotinizado é bem diferente do idealizado, defendido pelos anticapitalistas. Mesmo contrários a

uma economia de mercado, o modo de produção centralizado necessita de eficiência e produtividade, acarretando em hierarquizações e na financeirização.

Do mesmo modo, o capitalismo, ao longo da história, sobretudo no início do século XX, muda sua configuração comparado com seu período originário ou manchesteriano. Com o aumento dos salários reais, o proletariado passa a ser consumidor com capacidade de poupança, o que traz benefícios e melhores padrões de vida. Ademais, a democracia liberal possibilita a entrada em cena dos sindicatos, cada vez mais fortes e o trabalhador torna-se eleitor.

Quanto às contradições teóricas entre defensores dos dois sistemas, segundo Jaguaribe, a história tratou de eliminá-las e por isso, propõe para o Brasil e demais sociedades subdesenvolvidas um capitalismo de Estado cuja economia seja controlada pela sociedade por meio de seus órgãos representativos. Mas a classe responsável pela instauração do desenvolvimento deveria ser a classe empresarial, mais preparada, e no prazo de uma geração, caso contrário o socialismo seria um mal necessário.

Em 1962, Jaguaribe atribui ao Estado a função de promover Planos de estímulo para a iniciativa privada que até então realizou substituição de importações sem o devido apoio, por iniciativa própria. Para Fernando Henrique, o autor chega perto, mas:

Embora neste tipo de interpretação haja algo de verdadeiro quanto ao curso real do desenvolvimento brasileiro, convém aprofundar a análise propriamente sociológica do processo de transição para evitar a falácia de explicar a transformação social pelo acúmulo de equívocos e desencontros que, por acaso, num dado momento produzem o milagre do processo industrial cumulativo e auto-induzido (CARDOSO, 1964, p. 75).

Faltou ao autor, portanto, sociologia do desenvolvimento a despeito de colocar na sua análise algumas mediações políticas que conformam o processo de transformação social.

Já em Furtado (1961) verifica-se um procedimento que enfoca a análise histórica do sistema econômico como um todo deixando para segundo plano o papel do empreendedor para o desenvolvimento econômico.

A visão do economista pende para a necessidade de construir autonomia, ou seja, para haver diferenciação produtiva o Brasil necessitava quebrar seu vínculo dependente com as nações desenvolvidas. Para isso o setor industrial, mola do desenvolvimento deveria concentrar seus esforços na produção de bens de capital.

3.2. Furtado e FHC: visões distintas sobre o desenvolvimento nacional

Creio que entre Furtado e FHC cabe uma análise mais longa já que os referidos autores apresentam visões nuançadas sobre o desenvolvimento nacional, reveladoras de suas interpretações. Acredito também que *Empresário Industrial* (1964) retém as primeiras sementes que marcarão a crítica de Cardoso ao pensamento cepalino-furtadiano, que será mais aprofundado em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (1973) obra escrita em conjunto com o sociólogo chileno Enzo Faletto.

Furtado é comumente lançado na corrente dual-estruturalista, produto típico da produção cepalina. Foi um intelectual engajado na explicação total do Brasil, desde a formação nacional até sua consolidação frente ao mundo capitalista, mas diferente de Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Raimundo Faoro, a forma de explicar era pautada pela economia política. E, pela economia, vai buscar explicações para o atraso brasileiro:

É justamente este o trunfo de Furtado na interpretação da formação do Brasil: a tentativa de descer à estrutura econômica do Brasil com vistas a acompanhar de que maneira e por quais motivos nosso processo histórico-social assume a forma do subdesenvolvimento. (KALVAN, 2000, p. 8).

O dual-estruturalismo remete à ideia de centro-periférica, abordado no capítulo I desta dissertação. Traduz-se pela coexistência, numa mesma nação, de setores atrasados, voltados à subsistência, e setores modernos, dedicados à exportação de produtos primários, o que produz uma elite dominante avessa ao processo de substituição de importações e com padrão de consumo

parecido com o europeu. A dualidade reside na existência de mão de obra em abundância, mas sem qualificação técnica, resultando em baixa-produtividade.

O remédio para essa relação maléfica entre centro-periferia reside na superação do subdesenvolvimento, no questionamento da teoria neoclássica (das vantagens comparativas) e na negação da naturalidade dessa relação.

Furtado e Cardoso concordam com alguns pontos: negam as teorias etapistas (abstratas), bem como as teorias neoclássicas e procuram entender o subdesenvolvimento brasileiro como um caso *sui generis*; não como um retardo do desenvolvimento, tampouco como uma etapa pela qual os países desenvolvidos já passaram, mas como um processo histórico-social enraizado que formata uma estrutura social peculiar. Por isso ambos rompem com as teorias liberais e reclamam por uma análise original a partir do objeto estudado, ou seja, a partir da situação de marginalidade.

Contudo, Furtado realiza uma interpretação cuja premissa é entender o subdesenvolvimento para posteriormente transformá-lo, como já foi dito, mas com uma ressalva que o distingue de Cardoso: não há possibilidade de romper o subdesenvolvimento sem uma Nação soberana. Por isso, ao contrário de Fernando Henrique que se dedicou a entender, como veremos mais tarde, a formação do empresariado nacional, Furtado enxerga a elite, sem especificá-la, como responsável pelo subdesenvolvimento já que absorve os excedentes econômicos para si, não os compartilhando para o bem estar da população e sem preocupação com o progresso técnico, fator importante para o progresso. Para Furtado, as nossas elites eram modernas (pois possuíam um padrão de vida parecido com a dos países europeus), mas não objetivavam o desenvolvimento. Visto isso, a industrialização deveria ser tocada pelo Estado, único agente capaz de planejar racionalmente, na direção da suplantação da estrutura agroexportadora. Ademais, Furtado não foca tanto o conflito social interno, ou as tensões internas que formam um tipo de estrutura social, dedicando-se mais enfaticamente aos fatores externos, como é o caso da relação centro-periferia e do padrão de comportamento das elites locais, modeladas pelos padrões de civilização europeia.

Para Furtado, o Estado é um agente que combate a irracionalidade do sistema produtivo, e pelas vias manheimianas concebe um planejamento que orchestre o excedente econômico para fins racionais, quer seja, o uso da

inovação e do progresso técnico visando o bem estar da população, e não apenas de uma elite:

Daí que, segundo Furtado, a passagem de um processo de subdesenvolvimento para um de desenvolvimento somente pode ser feita, porque a requer, com a constituição e a consolidação de uma efetiva sociedade nacional, quer dizer, tal passagem só se dará se as decisões acerca dos rumos do desenvolvimento capitalista brasileiro forem postas sob o crivo da sociedade nacional [...] (KALVAN, 2000, p. 38).

Em Cardoso, a análise toma outros rumos e espero demonstrá-las nas próximas páginas. O que vale dizer por ora é que, em *Empresário Industrial* (1964) e posteriormente em outras obras, não há tamanha preocupação com o nacionalismo, ou com uma ideia de sociedade nacional integrada como resposta ao subdesenvolvimento. Em FHC o debate é mais sociológico no sentido de entender como as coisas são e não como deviam ser. O lugar destacado que Furtado colocava o processo de industrialização e a própria camada empresarial não se coaduna com a produção de Fernando Henrique. Mas para entendermos melhor essa distinção, devemos seguir adiante.

3.3. A visão de FHC

Cardoso argumenta que o problema da análise de Furtado está justamente na insuficiência da Política e da Sociologia, a despeito de como economista ter enfrentado, ainda que timidamente, essas questões.

Em 1964, ano de publicação da obra analisada, a industrialização brasileira já é bem volumosa, um processo de urbanização muito acentuado, sobretudo em São Paulo e disso podemos concluir que uma nova sociedade forma-se, distinta daquela dominada pelo mundo rural agroexportador.

Em artigo escrito nos 1960²⁴ para a Revista Brasiliense, Fernando Henrique pretende explicar a industrialização paulista por um caminho diferente das análises econômicas cujo enfoque passava por dois aspectos: externos, pois o período das Guerras favoreceu a substituição de importações; e

²⁴ Cf. CARDOSO, Fernando Henrique. Condições sociais da industrialização de São Paulo. Revista Brasiliense. São Paulo, 1960.

morfológicos ou naturais, dada a abundância das águas (rios) em São Paulo, o que favorecia o transporte e escoamento de mercadorias.

De acordo com a literatura disponível à época, a industrialização brasileira foi impulsionada em grande parte pelas oscilações nas trocas comerciais com os países industrializados (vendia-se a matéria prima e comprava-se o produto industrializado), o que favorecia uma política de substituição de importações, invertendo o lucro das lavouras para bens de capital. Essas oscilações no fluxo comercial entre Brasil e países centrais criavam as condições internas para a industrialização.

Mas por que São Paulo, outrora um vilarejo, local de passagem para a Serra do Mar, torna-se uma cidade industrializada, para onde chega grande contingente de migrantes em busca de trabalho? A explicação para o processo de industrialização ter ocorrido em São Paulo recaía sobre as condições naturais da cidade (rios que favoreciam a produção de energia elétrica, bem como o transporte, rede de comunicações, entre outras) ligada ao plantio do café.

Claro que a produção de café é um fator determinante para sua ascensão, já que como bem analisa Sérgio Buarque de Holanda, ao denominá-lo de planta democrática, o plantio e manejo do café são distintos da cana-de-açúcar por serem mais complexos. A fazenda de café diferia da propriedade de cana, pois na última formava-se uma autarquia, local onde se produzia e onde também viviam senhores e escravos. Com o café, houve a possibilidade dos barões e produtores residirem fora de sua unidade de produção, e São Paulo torna-se uma cidade de moradia para o baronato cafeeiro.

Nesse artigo de 1960, Cardoso entende essas explicações como plausíveis, mas apenas parciais pois “omitem a discussão do regime social de produção que permitiu a industrialização” (CARDOSO, 1960, p. 33).

Ou seja, numa área subdesenvolvida e dependente, marcada por uma economia de base primária, não são suficientes apenas as questões externas ou mesmo naturais, tampouco o mecânico transplante de tecnologia. Deve-se supor que as condições que geram a industrialização dependem de um grau desenvolvido da divisão social do trabalho. Por isso conclui:

Contudo, estes pré-requisitos são criados pela organização econômica capitalista que antecede a produção propriamente industrial. Antes de existir como empresário industrial, o capitalista brasileiro já existia, nesta mesma qualidade de capitalista, como comerciante, como plantador, como financista, e como tal, capitalista, criava as condições para a implantação do regime capitalista de produção industrial. (CARDOSO, 1960, p. 23).

Supõe-se, nesse caso, um tipo de uso da força de trabalho de um lado, pelos proprietários dos meios de produção, e do outro por uma camada que mantém a força de produção, pelo menos desde o período mercantil. Essa afirmação considera a preexistência de um modo de produção capitalista ainda que não industrial, tampouco desenvolvido, mas que existia desde os tempos coloniais e dessa forma se relacionou com as Metrôpoles europeias.

O fato marcante – e aí reside a novidade – é que as fazendas de café do Oeste paulista exerceram forte influência para a constituição prévia das condições de industrialização em São Paulo. A possibilidade histórica que permitiu o desenvolvimento paulista e não de outros lugares localizavam-se no regime de produção dessas fazendas. O imigrante que aqui chegou para o trabalho, para fazer a América, tinha a condição de homem livre, dado que a escravidão havia cessado e esse fator permitiu o desenvolvimento nos moldes capitalistas dessa região: “O fazendeiro paulista do ‘Oeste’ do Estado passou, então, a importar mão de obra livre e tornou-se, até, abolicionista”. (CARDOSO, 1960, p. 35).

Essa é a principal novidade do plantio de café no Oeste Paulista. Com a construção de estradas de ferro para seu escoamento, esse faixa territorial tornou-se próspera pelo quadro novo que apresentava a contratação de trabalho livre. Do ponto de vista econômico, é uma ação racional típica burguesa, pois o trabalho livre pressupõe transformar o trabalhador em consumidor.

Os colonos passavam a poupar parte de seus salários e abriam seus negócios, alguns se tornaram milionários, outros precisaram de mais tempo para vingar. Tudo era comercializado no centro urbano, daí decorre a rápida transformação pela qual passou São Paulo.

Por isso, tanto no Nordeste açucareiro como nas fazendas de café do Vale do Paraíba não prosperou o padrão industrial, embora estivessem

inseridas no contexto capitalista. Enquanto nessas regiões havia o senhor, no Oeste paulista nascia o empresário capitalista. E, da mesma forma, enquanto no regime escravocrata, mesmo em momentos de dificuldades no mercado, a mão de obra devia ser mantida, no Oeste, além de dispor de mão de obra mais qualificada, não haveria óbice em simplesmente dispensá-la nas situações de turbulência econômica.

Nessa linha, ao contrário do estabelecimento autárquico das fazendas escravocratas, no Oeste paulista o trabalhador, como consumidor, precisava dos centros urbanos para comprar vestimentas, alimentos e quando tinha a autorização de produzir nos próprios domínios das fazendas de café, não raro negociavam os excedentes nos centros urbanos, invertendo lucros em pequenos negócios nas cidades.

São Paulo, desse modo, beneficiava-se por se tratar de um centro urbano importante para o abastecimento dos proprietários e trabalhadores do café, consumindo suas mercadorias geralmente importadas. Além disso, a cidade torna-se lugar privilegiado para o fluxo de mercadorias visando o Porto de Santos, sem esquecer o fato de ter sido a cidade sede para chegada de enormes contingentes de imigrantes, de onde se cria um mercado de força de trabalho importante.

Para sintetizar esse importante artigo, FHC argumenta a necessidade de superar os esquemas de explicação pela economia e voltar-se a análise histórico-social, que é um processo com base não só nos fatores econômicos. Se São Paulo industrializou-se fortemente, assim como Rio Grande do Sul, e não em outros lugares, é porque nessas regiões houve uma série de pré-requisitos que preenchiam as possibilidades de desenvolvimento industrial. Nesses casos, verificamos a existência de mão de obra juridicamente livre, a dos imigrantes, melhor qualificada e pronta para empreender, tanto é que a maioria dos industriais paulistas teve origem imigrante.

No plano interno, o desenvolvimento industrial dependeu, antes de tudo, de uma rearticulação do sistema de poder já que a estratificação social é a mola propulsora deste processo. Entretanto, a passagem de uma situação agrária e politicamente dependente do mercado internacional, ou seja, de uma situação de subdesenvolvimento, também foi estudada pelo viés internacional, a partir do modo como os países desenvolvidos e as recém-criadas Agências

Internacionais (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial entre outras) apoiavam ou não essa iniciativa, de modo que tanto em trabalhos de Jaguaribe, como de economistas como Gilberto Paim e Inácio Rangel, verificou-se não somente falta de apoio internacional, como também uma sistemática oposição.

Nesse cenário, como foi possível completar o desenvolvimento industrial no Brasil diante de uma oposição no plano interno (elites agrárias) e no plano externo (países desenvolvidos e agências internacionais)?

Para uma explicação que integre tanto os aspectos econômicos quanto sociológicos, FHC buscará nos trabalhos de Touraine algumas possibilidades analíticas, dando destaque aos agentes dos movimentos sociais internos que ansiavam pela industrialização e conseqüentemente o rompimento do *status quo*.

Os trabalhos do ISEB procuraram, como visto no capítulo anterior, dar alguma contribuição ao problema básico de encontrar os grupos que davam suporte ao desenvolvimento e os que jogavam com o imobilismo social. A tese predominante colocava, de um lado, a burguesia agrária e mercantil e grande parte do funcionalismo público como âncoras do imperialismo e da estagnação, e do outro lado a burguesia industrial urbana e o proletariado no papel de indutores da civilização industrial.

Ao levar em consideração essa tese, ganha destaque e importância a figura do empreendedor, de onde irradiaria uma consciência crítica que conquistaria o proletariado, contribuindo com sua própria formação como classe. A ressalva para essa assertiva vem na seguinte direção:

Entretanto, a **pesquisa** que realizamos mostrou, como se verá nos capítulos subsequentes, que, por um lado, os quadros de referência da ação empresarial brasileira, mesmo em São Paulo, foram relativamente acanhados até meados da década de cinquenta. Não só a indústria concentrou-se nos ramos tradicionais de tecelagem e alimentação, como as práticas empresariais eram rotineiras e os empreendedores, com poucas exceções, não chegaram a formular uma política nacional de industrialização, nem a organizar, portanto, focos e grupos de pressão neste sentido. (CARDOSO, 1964, p. 82, grifo meu).

Utilizando-se então da pesquisa feita pelo CESIT, como afirma Cardoso, enfatizando as qualidades científicas do grupo uspiano, suspende a expectativa

depositada no empresariado nacional como agente modernizador da Nação além da impossibilidade de uma aliança entre o burguês industrial e o proletariado.

A partir dessa divergência com relação aos argumentos isebianos, resta responder então quem foram os agentes da mudança, questão que será o foco central do livro *Empresário Industrial* (1964).

Se de fato houve o desenvolvimento da indústria, sobretudo em São Paulo, temos que considerar que, de alguma forma, alguma camada social pôs em movimento a sociedade tradicional, e dessa forma a missão é compreender qual foi a estratégia utilizada e quais as suas reais intenções. Mas essa tarefa deve, antes de tudo, restabelecer o quadro societário geral para percebermos as possibilidades históricas, sociais e econômicas desse grupo, suas alianças e a forma de dominação exercida.

Para Cardoso, destacam-se dois momentos sociologicamente importantes para o processo de industrialização: o primeiro percebido como um grande despertar de certos grupos com relação ao imperialismo, estabelecendo uma estratégia de emancipação econômica, gastos estatais com infraestrutura e indústrias básicas, por meio do planejamento e da gestão Estatal. Num segundo momento, pela pressão desenvolvimentista, grupos contrários à estatização da economia, conformados pelos técnicos oriundos da classe média, apoiados também pelas massas populares, que em sua maior parte era formada por migrantes rurais, já adaptados à urbanização e a vida fabril.

A urbanização torna-se então o resultado não apenas do processo industrial, ensejando novos modos de vida, mas revela uma nova divisão do trabalho e surgimento de novas forças que orbitavam em torno da indústria, seja na prestação de serviços, no comércio ou no trabalho direto no chão de fábrica. Forma-se uma pequena burguesia urbana, assalariada, sem compromissos com o passado, livre das redes de lealdade decorrentes do patrimonialismo e disposta, por isso mesmo, a pôr em movimento a sociedade tradicional, formada pelas elites agrárias e burguesia mercantil.

Assim, a grande quantidade de trabalhadores que vinham das regiões rurais para o centro urbano, muitas vezes sem sucesso, expunha a miséria urbana, alargando a consciência social, sobretudo das elites intelectuais (estudantes, funcionários públicos, técnicos, profissionais liberais) pelo fato

dessa massa não traduzir suas angústias num movimento próprio que exprimisse sua situação de classe. Por isso, passaram a ser representadas por essa elite de cunho nacionalista, a qual se identificavam os grupos à esquerda, como os sindicatos operários e grupos políticos, com suas bandeiras anti-imperialistas.

No entanto, esses grupos tinham limites estreitos, já que:

[...] as camadas dominantes tradicionais e as forças internacionais que tinham interesse em continuar a dominar a economia do país lutaram, transfiguraram-se, aliaram-se aos novos grupos ascendentes, mas preservaram parte do antigo poder. (CARDOSO, 1964, p. 89).

Conforme o padrão típico do movimento político brasileiro, analisado por intelectuais do porte de Luis Werneck Viana, utilizando as ideias de Gramsci, cabe nessa passagem a ideia de Revolução Passiva, onde tudo muda para continuar como está, ou pelas ideias expressas por Faoro sobre o movimento de cooptação das elites, sempre mantendo o *status quo* e muitas vezes adequando-se a novos cenários. O surgimento das massas e de uma burguesia urbana não resultou nas mudanças preconizadas, e como uma saída bonapartista, o Estado, para onde se dirigia o foco de todos os grupos, pôde aumentar seu controle sobre a massa de manobra e seguir conduzido por uma aliança entre burguesia industrial e grupos agrários²⁵. Isso ocorreu pelos meios de comunicação de massa que passaram a ser decisivos para o controle do povo, de modo a mostrar uma falsa conversão entre os interesses populares e das classes dirigentes, pela ação demagoga do líder.

Parte da responsabilidade dessa manipulação reside na ineficiência dos partidos políticos e dos movimentos sociais para trazer novas ideias, que fugissem das abstrações nacionalistas. Segundo Cardoso, e aqui é um ponto muito importante:

²⁵ Certamente a crítica levada a cabo por Cardoso demonstra uma certa aversão dos intelectuais uspianos, sobretudo da Cadeira I de Sociologia, com relação ao Estado e ao populismo de Estado. Como visto no capítulo I o objetivo era uma saída via sociedade civil e não pelo alto. No entanto Cardoso demonstra a má formação das massas populares, longe de converterem-se em classe e de qualquer consciência que exprimisse uma situação de classe, conforme apregoada por Marx. A classe universal, livre dos privilégios e portadora da práxis revolucionária, pela análise empreendida em *Empresário Industrial*, não existia naquele contexto.

A liderança intelectualizada e pequeno burguesa dos movimentos nacionalistas e os comandos partidários de esquerda não podiam obviamente conduzir o processo de desenvolvimento em nome de uma abstração como os interesses da Nação. Faltava-lhes, por outro lado, a transformação das massas em **classe** para tentar impor uma política concreta (CARDOSO, 1964, p. 91, grifo meu).

Ao palco, mais uma vez a influência marxista de Fernando Henrique, nesse caso, exprimindo a necessidade da reafirmação das classes, produto do modo de produção capitalista ao mesmo tempo criticando a visão isebiana que não contestou os líderes carismáticos, pois o fenômeno da Política de massas retardaria a configuração de uma consciência de classe. Desse modo, abre-se um vazio ideológico que posteriormente será preenchido pela burguesia, tomando para si o nacionalismo e sendo favorecida pela crença na aliança de classes, o que para Cardoso não passa de uma falsificação da ideologia.

Para entender melhor a mentalidade dos empreendedores brasileiros, os tipos de inovação engendrados e limites de ação política, Cardoso trabalha com certa classificação, de acordo com as características desses industriais. No contexto analisado, constata-se a presença maciça de empresas familiares ou clônicas, comandadas diretamente pelos proprietários, seja na esfera administrativa, na escolha dos investimentos e no comando rotineiro das operações.

Nesse tipo de empresa, o controle familiar exercido apega-se mais à rotina do que ao lucro numa espécie de tradicionalismo que constrange a racionalização das decisões, dificultando a expansão e o incremento de técnicas, já que especialistas e peritos são preteridos em troca dos familiares, de homens de confiança.

É importante frisar que não cabe necessariamente uma tipologia que enquadre todos os tipos de empresa existentes no país, dado que há uma certa diferenciação em algumas regiões e um caráter de transição pelo fato da chegada das multinacionais, o que dinamiza a estrutura econômica como um todo. No entanto, a intenção em denominar como empresas clônicas ou grupos familiares, de acordo com algumas características empresariais, revelam a relação entre “o padrão de controle, por um lado, e as condições de aproveitamento máximo das oportunidades empresariais por outro lado.” (CARDOSO, 1964, p. 96). Isso quer dizer que, muitas vezes, um tipo de ação

empresarial, ainda que irracional do ponto de vista do mercado, pode ser explicado por uma constrição da estrutura social como um todo, ou explicando melhor, em algumas situações onde não há previsibilidade ou planejamento econômico, esse comportamento não burocratizado pode ter alguma efetividade, o que se comprova no caso brasileiro.

Em algumas regiões, como São Paulo e Blumenau, onde operam indústrias de maior porte, é possível perceber estruturas mais burocratizadas e diversificação nos tipos de controle, uma vez que o processo de desenvolvimento possibilita a associação entre grupos financeiros e empresas estrangeiras que muitas vezes compram ou também se associam a grupos familiares preexistentes. São, portanto, economias mais complexas. Já em regiões menos afetadas pelas mudanças sociais e apegadas ao passado, como no Nordeste açucareiro, a maioria absoluta das empresas são clônicas.

Por esse motivo, a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi uma tentativa de transformar as empresas controladas pelos grupos familiares em modernos empreendimentos e confirma a hipótese de Cardoso, pois a modernização acontece fora do circuito empresarial *strictu sensu*, pelas vias estatais.

No entanto, há uma percepção de que a segunda geração dos empresários, muitas vezes filhos dos fundadores, ao adquirirem nível superior, passam a gerir de modo racional. Além desse fator, a própria complexidade econômica, dada a rápida aceleração da atividade industrial, possibilitou o surgimento de empresas de alto nível tecnológico, administradas por sociedades anônimas. Nesse quadro, elas se somam às empresas mistas, controladas de modo altamente burocratizada, que leva a uma percepção da necessidade de mudança, por parte dos demais industriais.

O maior problema das empresas clônicas está relacionado ao modo como seus proprietários conduzem suas ações, pois mesmo em situações de expansão, criando a necessidade de se delegar poder, os proprietários acabam preferindo o homem de confiança ao técnico, ou como ocorre muitas vezes, confundem o homem de confiança, de quem esperam lealdade, com a condução técnica racional.

Mas é de se considerar que o principal fator que induz a manutenção dos grupos familiares e do controle direto relaciona-se com o mercado de

concorrência imperfeita brasileiro, ou seja, a existência de um mercado acanhado e manipulado pelas Políticas financeiro-cambiais do Estado, sem a participação dos empresários.

A não previsibilidade econômica, a falta de um plano, as frequentes mudanças nas taxas cambiais, as oscilações da oferta e procura obrigam as empresas a mudar seu planejamento continuamente, e acaba por favorecer decisões rápidas, baseadas na sensibilidade e experiência dos proprietários que devem *agir como sanfonas*. (CARDOSO, 1964, p. 70).

Essas empresas conseguem sobreviver já que mantêm bolsões de consumo, pois ou fabricam produtos que não são produzidos pelas grandes, ou estão alocadas em regiões aonde não chegam as mercadorias destas (pelas deficiências do transporte) e mesmo que estejam em regiões de alta concorrência, como é o caso do Centro-Sul, têm a opção de trocar seu produto, manter um nicho de mercado ou finalmente associar-se às empresas gigantes, evitando assim serem expulsas do mercado.

Mesmo resistindo bravamente à marginalidade, algumas empresas familiares, inclusive as que conseguiram forte expansão acabam arruinando-se, muitas vezes pelo fato dos herdeiros não conseguirem manter o mesmo ritmo dos fundadores, e muito claramente por uma característica comum à elite brasileira: consumo ostentatório que retira dos investimentos ou inversões qualquer possibilidade de revitalização da empresa.

O problema da disponibilidade de capital já era crônico, mas somados aos desmandos administrativos torna-se fatal para esse tipo de indústria, e com a chegada das empresas internacionais, bem equipadas e com recursos abundantes, a situação torna-se dramática.

O último surto industrial enfrentado (1954-1960) estabeleceu novas bases de desenvolvimento, pela escolha do Governo em acelerar o crescimento pela inversão de capitais estrangeiros. Foram oferecidas vantagens para o investimento de fora para dentro, como é o caso da Instrução 113.

Nesse cenário, as empresas brasileiras que pretenderam modernizar seu controle administrativo tiveram de desnacionalizar-se, associando-se às empresas internacionais.

Essas empresas estrangeiras dependem das decisões das matrizes, no entanto, a despeito de enfrentarem certa dificuldade para impor racionalização num mercado irracional, por disporem de maiores volumes de recursos e pelo planejamento realizado, com seus planos quadrienais, tendem a obter maiores resultados.

Com a intenção de deslindar melhor a passagem da mentalidade tradicional para a moderna, o capítulo IV “Tradicionalismo e Renovação: a Mentalidade dos Empreendedores” dissocia o padrão de produção e de inovação da mentalidade do empreendedor, uma vez que não há um nexo causal entre as variáveis.

Para Cardoso:

No nível da análise científica, o que estamos designando como “mentalidade empresarial” existe, formalmente, numa economia capitalista concorrencial quando os industriais alcançam consciência da necessidade de estar à frente dos concorrentes e esta consciência leva-os à prática de determinados tipos de ação econômica que garantem para suas empresas uma posição vantajosa no mercado [...] (CARDOSO, 1964, p. 125).

Nada impede que mesmo em empreendimentos antiquados, haja mentalidade empresarial, já que podem faltar capitais ou condições do meio social que levem a uma modernização da empresa. O mais relevante para medir a mentalidade é a obtenção ou não do lucro, e a análise sociológica tem o fim precípua de explicar concretamente como a consciência dos empresários se revela, e quais ações a traduzem.

O que se constata, *a priori*, é que num quadro de industrialização extensiva dada pela opção governamental de trazer empresas estrangeiras, o empreendedor nacional, movido por uma ação irracional, evitando assim aplicar métodos e técnicas de produção, agindo em relação à concorrência, deveria se readequar por uma questão de sobrevivência.

O problema é que a percepção da necessidade de mudança não se traduziu em ato. Os industriais, em sua grande maioria, apegam-se ao passado e persistem com suas soluções pré-capitalistas, ainda na tentativa de reivindicar ao governo o fechamento do mercado, buscando assim privilégios

para captar recursos dos bancos oficiais, dessa forma mantendo seus lucros por meio de preços altos e produtividade baixa.

Há, sem dúvida, uma falta de sintonia com a nova situação, e mais do que isso, rareiam as soluções criativas, que deem conta da nova situação social. A complexidade econômica, a ascensão das massas urbanas junto com o surgimento de uma classe média abrem possibilidades não processadas pela camada empresarial.

O surgimento dos sindicatos operários e consigo as greves de trabalhadores, são tratados genericamente como atitudes comunistas, que devem ser combatidas pelo diagnóstico de uma espécie de infantilização do movimento, e ora apelam para a violência, ora para a recusa a negociação, negando-se a reconhecer qualquer legitimidade das entidades sindicais, preferindo assim continuar explorando a força de trabalho a quase irracionalidade.

Persiste, portanto, um espírito de aventura que impossibilita o necessário salto para frente, colocando obstáculos a modernização tecnológica das empresas a fim de melhor prepararem-se para novas condições de mercado.

Os agentes dessas ações tradicionalistas são denominados por Cardoso como “capitães da indústria”, cujo mote é, além de manter a situação como está, sustentar a não intervenção estatal, num movimento paradoxal que ora busca o próprio Estado nos moldes patrimonialistas para favores, ora desejando seu afastamento das atividades privadas, enxergando-o como mau administrador.

Apesar dessas circunstâncias, Fernando Henrique aponta:

Não resta dúvida que este tipo de avaliação das atividades industriais torna-se cada vez mais negativo com as modificações crescentes das condições gerais do mercado. Entretanto, historicamente, foi deste grupo de industriais que surgiram as pessoas responsáveis pelo início da alteração das condições técnicas de produção no Brasil [...] (CARDOSO, 1964, p. 137).

Ainda com a persistência de práticas pré-capitalistas, movidas pela ausência de métodos de trabalho, inovação tecnológica, empréstimos

bancários, entre outros, em alguns segmentos surgiu, mesmo sem a consciência devida, uma certa mentalidade empreendedora, sobretudo na segunda geração de industriais.

Deixa-se de investir em empreendimentos imobiliários ou enviar recursos para o exterior para inverter lucros na própria companhia, visando melhorar a produtividade por meio de uma orientação técnica do trabalho, e passando a tratar a concorrência com estratégias de formação e capacitação dos trabalhadores, máquinas mais modernas, melhora nos processos de qualidade dos produtos e preços compatíveis com o mercado. Surgem, então, na classificação de Cardoso, os “homens de indústria”.

Além das qualidades supracitadas, o que distingue os homens de empresas dos capitães da indústria é uma preocupação voltada à sociedade como um todo, pois desejam constituir o capitalismo no Brasil. Longe de alcançarem maioria e unidade retórica perante os demais, a ponto de influir nas decisões não só de classe, mas da sociedade como um todo, esse tipo de industrial arrisca-se, como num ato de fé, a planejar seus negócios visando o futuro.

Quando passam a participar mais decisivamente da vida política, por meio dos sindicatos patronais, deparam-se com posturas opostas: uma parte insiste na importância de um desenvolvimento autônomo e independente, portanto nacional, outra parte apregoando a associação com o capital estrangeiro. Nesse sentido, ainda que existam divergências, a preocupação desse pequeno grupo de industriais aponta não para sua indústria, mas para a indústria como um todo, pretendendo controlar a sociedade global, utilizando os meios de comunicação com o propósito de persuadir a nação sobre as virtudes do capitalismo.

Ao contrário dos capitães da indústria, os industriais enxergam o movimento operário sob outro prisma, e em vez de usarem a violência, adotam procedimentos objetivos, como uma remuneração calculada cientificamente, dotando assim o trabalhador de melhores condições para produção, dando a possibilidade para o trabalhador não apenas enxergar as qualidades do capitalismo, mas também desejar fazer parte, realizando ascensão social que possibilite a ele próprio tornar-se um empreendedor.

Possuem preocupação com a educação e qualificação dos trabalhadores, vislumbrando em entidades como SENAI e SESI a missão de lidar com as deficiências culturais e educacionais do operariado. Por isso, ao pretenderem educar seus operários, veem-se como heróis civilizadores, portadores de uma nova realidade.

Mesmo assim, delinea-se uma situação contraditória por pertencerem a uma minoria, mesmo que ajam racionalmente, dependem de uma série de fatores estruturais que tiram qualquer domínio sobre a situação, e a correta decisão, num passo seguinte, pode resultar catastrófica.

Dependem, antes de tudo, de uma maturidade da estrutura econômica, da constituição de um mercado de concorrência perfeita numa situação de subdesenvolvimento, e, para piorar, deparam-se com a chegada de empresas monopolísticas do exterior, gerando mais dificuldades para o sucesso.

Quando passam a participar mais decisivamente da vida política, por meio dos sindicatos patronais, deparam-se com posturas opostas: uma parte insiste na importância de um desenvolvimento autônomo e independente, portanto nacional, outra parte apregoando a associação com o capital estrangeiro. Nesse sentido, ainda que existam divergências, a preocupação desse pequeno grupo de industriais aponta não para sua indústria, mas para a indústria como um todo, pretendendo controlar a sociedade global, utilizando os meios de comunicação com o propósito de persuadir a nação sobre as virtudes do capitalismo.

Por isso:

[...] Em geral, como foi o caso do setor privado da economia brasileira, as grandes empresas nacionais acabam por **associar-se** às empresas estrangeiras de uma ou de outra forma, tornando-se **dependentes**, na medida em que são sócios menores [...] (CARDOSO, 1964, p.146, grifos meus).

O processo acelerado de mudança social e de desenvolvimento econômico acarreta na existência de empresas grandes, produzindo em grande escala, e excessivamente burocratizadas. Por isso, o papel do empreendedor numa situação de dependência, diferentemente da visão schumpeteriana, é a de um regente de orquestra, pois sua capacidade de ação é delimitada pelos dados e relatórios técnicos, que apontam direções. Há então uma limitação

estrutural e política para que os homens de empresa efetivamente ponham em prática seus princípios.

De resto, Cardoso chama a atenção para o fato de que, na tentativa de tipificar os empresários, na prática o agir individual é contraditório e muitas vezes é provável encontrar num mesmo industrial características que ora simulam o capitão da indústria, ora o homem de empresa. Vai depender, entre outros fatores, de sua origem social (imigrantes, filhos de famílias tradicionais), das circunstâncias de mercado e até mesmo da região de origem.

Na realidade, as condições da realização do lucro são determinantes para a formação das mentalidades, e se num momento (por exemplo, na situação de mercado de concorrência imperfeita) a ação aventureira ou especulativa trouxe resultados positivos, no outro (mercado monopolístico) essa ação gera o efeito contrário, fazendo com que o empreendedor mude de opinião.

O êxito empresarial acontece quando há uma conexão perfeita entre o momento do mercado e o tipo de ação engendrada, o que infelizmente, raras vezes ocorria naquele contexto.

O último capítulo, “Política e Ideologia: a burguesia industrial”, a análise parte para caracterizar o industrial como classe, e para isso vai buscar a gênese da formação social deste segmento.

Constata-se que com certos descontínuismos, o desenvolvimento industrial processou no país desde fins do século XIX, mas ganhou impulso definitivo nos anos 1950-1960, demonstrando a curta configuração dessa camada social, naquele contexto, uma “tradição” de não mais do que duas gerações.

A origem fora das indústrias é um obstáculo para que se constituam e se reconheçam como classe. Basicamente dois grupos deram origem aos empresários: os imigrantes e membros das antigas elites agrárias, os quais detêm maior poder político, mesmo em menor número.

Após a Segunda Guerra, com o desenvolvimento industrial mais pujante, passam a incorporar-se às camadas industriais membros das classes médias, sobretudo ligados ao funcionalismo público, ou comerciantes sem posse.

Por se tratar de uma camada social recente e diversa, Cardoso escreve:

[...] Estes fatores dificultam a decantação de modos uniformes de pensar, sentir e agir e dificultam a formatação de uma ideologia industrial capaz de nortear a ação de todos em função dos interesses comuns (CARDOSO, 1964, p. 161).

Pelo fato de terem alcançado progresso e garantido altas taxas de lucro apesar das práticas outrora tradicionalistas, em virtude do apoio governamental e da indisponibilidade de mercadorias importadas por conta das Guerras, facilitando a conquista de reservas de mercado, essa camada teve dificuldades para lidar com o novo cenário de aumento de competitividade, pela falta de coesão interna.

A classe operária sofria do mesmo problema, pois, se de um lado o processo de industrialização se deu muito rapidamente, a constituição dos trabalhadores industriais idem, e na ausência de pressões, os industriais acabaram por manter o mesmo padrão desde sempre.

Todos esses fatores acarretam na deficiência dos empresários em construir um plano de desenvolvimento industrial agressivo e, da mesma forma, dificultam uma participação política mais efetiva, peculiar à situação de classe.

Os valores tradicionais fazem com que os industriais classifiquem-se mutuamente a partir muito mais da origem do que pelo fato de representarem a mesma classe social (empreendedores), o que se define por uma visão estamental. Nesse sentido, os imigrantes são vistos pelos filhos de famílias tradicionais como *outsiders*.

Assim, não percebem que a posição de mercado os une, nem buscam uma ação coordenada pelos valores de classe, mas findam por dissociar-se com base em uma teia de relações contaminadas pelo passado escravocrata e patrimonialista.

Portanto, no contexto geral, os empresários agem individualmente, procurando retirar das relações com membros do Executivo ou Legislativo, benefícios próprios e por não portarem um sentimento de classe, desacreditam dos sindicatos patronais ou de qualquer outro tipo de associação.

A análise da formação social dos industriais, ao mesmo tempo em que elucida os obstáculos para a ação prática e coerente com os desafios da época, demonstra um grande paradoxo. O desenvolvimento econômico e industrial beneficia, sobretudo, essa camada, contudo, os empresários não

conseguem compreender o sentido desse processo e acabam por levantar bandeiras contraproducentes para si próprios, por exemplo, ao se oporem ao aumento real do salário mínimo atribuindo a isto dificuldades futuras para a aquisição de crédito, já que o Estado se endividaria muito. Ora, não percebem que o aumento do salário contribui diretamente para o aumento do poder de consumo das classes trabalhadoras, o que numa ligação lógica gera aumento de produtividade para as empresas.

As falsas representações ligadas a um ato de fé quanto ao futuro, motivando os industriais a persistirem nas práticas tradicionalistas é bem resumida por Cardoso:

[...] Não se identificando subjetivamente com o Governo, pois em parte não está objetivamente a ele ligado, o empresariado tira o máximo de proveito do fato de ser classe economicamente dominante sem ser de forma total **camada politicamente dominante**: exige como povo proteção e benesses; influi como burguesia na obtenção de seus desígnios; reclama como Nação os desmandos da política governamental; e paga como sócio comanditário do Poder o preço do clientelismo que garante a persistência da dominação política das classes médias tradicionais e dos proprietários rurais (CARDOSO, 1964, p. 168, grifos meus).

Além da incapacidade para alcançar uma hegemonia política, Cardoso pôde constatar, por meio de entrevistas, que a origem pré-capitalista da maioria dos intelectuais leva a um comportamento paternalista frente aos operários. Com a origem imigrante de muitos deles, acabam por caracterizar o operariado como parceiro e, a partir disso, manipulam uma série de fatores, como as reivindicações trabalhistas, de modo que entendam fazer o bem aos trabalhadores, já que esses precisam ser doutrinados. Revela-se, então, uma situação maligna para os operários constrangidos pela ação dos dominadores, o que dificulta para ambos os lados certa emancipação e tomada de consciência.

O discurso ideológico de construir o futuro da Nação por meio de uma suposta aliança de classes gera um efeito devastador, sobretudo para a força de trabalho, e em benefício dos donos dos meios de produção, mesmo que não tenham consciência dos efeitos.

No entanto, o mais interessante é que, voltando à afirmação de Cardoso, apesar do desenvolvimento econômico atingido pelo país, mais fortemente a partir dos 1950, das transformações sociais ocorridas e do alargamento do mercado, o empresariado não conseguiu modificar a estrutura de poder herdada do período agrário.

Por enfrentarem dificuldades em constituírem-se como classe, os empresários não rompem com o poder tradicional, buscando favores e privilégios dentro do Estado. Mesmo com a introdução dos consórcios internacionais, principalmente em São Paulo, a visão do empresariado local visa a participação na prosperidade ocidental como sócios menores. Já para os capitães da indústria, que começaram por baixo e tornaram-se grandes industriais, a prática é a mesma: sonegação e busca de privilégios. A diferença aqui é que enquanto o primeiro grupo quer a abertura do mercado, o segundo pretende seu fechamento e, para tal, adotam um discurso racional, defendendo a democracia, a propriedade, a livre iniciativa e a responsabilidade social, mas que não tem a ver com a prática. Na verdade, pelo fato de possuírem menos recursos, sua vontade é a associação com o capital internacional.

O argumento do Cardoso é que há uma tendência inexorável à associação, e por isso as diferenças ideológicas ou retóricas tendem a desaparecer, em nome da tríade liberdade, propriedade e prosperidade. Caminha-se, portanto, para um tipo de discurso mais racional, o que Fernando Henrique classifica como uma nova ideologia. Claro que transcorrerá um processo duradouro para que a maior parte dos industriais atinja essa nova ideologia, mas para o autor, será uma necessidade de sobrevivência.

Dessa forma, em algum momento reconhecerão que tem força suficiente para uma efetiva participação política, cujo mote será transmitir seus interesses de classe como os da nação como um todo. Para isso, os industriais enfrentarão algumas dificuldades, já que terão de lidar com o próprio problema do subdesenvolvimento e da ascensão das massas na vida política.

Pagarão o preço da aventura, e pela demora do despertar, optou-se pela associação com o capital estrangeiro, mas para criar as condições necessárias para tal, dependiam da vontade dos legisladores e do executivo.

E por outro lado, como não realizaram plenamente a Revolução Burguesa²⁶, também ficam reféns da instabilidade das massas, que ora jogam-se nos movimentos reivindicatórios, ora são cooptadas pelo poder tradicional. Num processo muito acelerado de salto de etapas, cujo cerne se deu pelo apoio do Estado à chegada de empresas estrangeiras, uma grande quantidade de indivíduos passa a fazer parte do mercado, devido seu poder de consumo como assalariados. E também passam a exercer certo tipo de pressão para atingir seus plenos direitos. Às vezes são atendidos, como é o caso da legislação trabalhista, às vezes são destratados, mas se constituem como atores em cena, e já que não há hegemonia por parte da classe burguesa, há uma limitação para controlar também as massas.

É bem verdade que nesse contexto, pela primeira vez o país apresentou uma estratificação social complexa, ao ponto de nenhum grupo, tampouco o poder oligárquico tradicional, ter uma hegemonia plena. Isso fica muito claro com a queda de Jânio Quadros e a crise que segue com a chegada de João Goulart, por meio do parlamentarismo. Na visão de Cardoso, por trás disso há o surgimento do “novo Brasil”, caracterizado como uma sociedade não mais predominantemente agrária, mas urbana e industrializada.

E, nesse sentido, a classe burguesa ficou a reboque, dependendo das condições e oportunidades do capital estrangeiro e internamente, de um arranjo entre as classes sociais novas.

O fato é que dentro daquelas circunstâncias o medo da revolução de esquerda delimitou as possibilidades de ação, mesmo que muitas vezes não houvesse sentido. Por isso afirma:

Novamente, a burguesia industrial fica entre dois fogos: não sabe se apoia com decisão e energia as massas populares que se exprimem pelas organizações sindicais, pelos grupos nacionalistas ou através de frações políticas mais radicais – ou se deve aliar-se ao “partido da ordem”. Na primeira hipótese, teme a “revolução”, na segunda, o “imobilismo”. Por isso a ideologia burguesa reflete o temor do povo, transfigurado em “proletário revolucionário”.

²⁶ Cf. FLORESTAN, Fernandes. *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica*. São Paulo: Ed. Globo, 2006.

Acabam por apoiar os grupos dominantes e deixam de realizar as reformas necessárias para o próprio benefício e, nesse sentido, não rompem com o poder estabelecido, não criam uma nova estrutura social por cima da anterior, como foi o exemplo do burguês clássico.

Quando Cardoso afirma que a dominação burguesa se realiza por quotas de participação, revela então que a pressão exercida sobre o aparelho estatal está distribuída entre os mais diversos segmentos, desde os exportadores agrários, passando pelos banqueiros e a classe média recém-formada. Não ocorre, portanto, uma substituição de poder, já que os empreendedores não conseguem se desvincular de suas raízes e das contradições. O fato de não assumir sua responsabilidade política os torna refém dos segmentos tradicionais, bem como dos banqueiros, e o pior, faz com que apoie decisões não coincidentes com seus interesses, e quanto mais tempo demorarem a mudar de posição, mais chance terão em perder sua oportunidade histórica.

Para sintetizar o que foi demonstrado até aqui pelos argumentos de Cardoso, é preciso constatar que *Empresário Industrial* (1964) confirma-se como uma obra de ruptura com as premissas estabelecidas inicialmente pelo CESIT. Como afirmado no capítulo anterior, se a tese basilar que impulsiona as análises sociais sobre o desenvolvimento no Brasil remete ao conceito de demora cultural, esse livro coloca a discussão num outro patamar: insiste-se menos na questão da demora e mais no movimento total do sistema capitalista, e assim vê-se o Brasil inserido como subsistema, portanto, como parte.

Longe de apoiar as premissas isebianas com relação a uma aliança entre empresários e trabalhadores, o argumento da obra concentra-se nas condições de obtenção do lucro e da mais-valia numa sociedade subdesenvolvida, mas processando-se nos quadros do modelo capitalista de produção.

Para tal intento, o esforço de Cardoso é vincular a ação empresarial à estrutura social, o conjunto das relações sociais da sociedade, para então entender como o empreendedor brasileiro caracteriza-se em face de sua trajetória, das possibilidades existentes, e do contexto político. A conclusão a que chega é a de que as condições de realização do lucro aqui são diversas de

outras partes, sobretudo dos países de capitalismo originário, o que significa um caso atípico, dadas as condições histórico-sociais de formação.

Afastado o conceito de demora cultural, já que as forças modernizantes por si só não alteram a estrutura, como foi demonstrado pela análise da formação dos empreendedores, a singularidade do capitalismo em países subdesenvolvidos ocorre pelo desencaixe entre a racionalização típica da indústria baseada em gestões tradicionais.

Referir o empresário ao contexto social e político mais amplo implica em retirá-lo da ação demiúrgica, como um ser isolado, e entendê-lo dentro do sistema capitalista, que em si produz tipos de relações sociais específicas. Significa que a ação empresarial sofre constrictões e se altera historicamente, dada a própria dinâmica do capital.

Por isso, ao refutar Schumpeter, na realidade Cardoso está demonstrando que o empreendedor brasileiro é fruto de um processo em curso, e mais que isso, de uma estrutura social historicamente construída, desde a Colônia, como fornecedora de matérias primas para a Metrópole. A modernização, ou o desenvolvimento industrial poderia alterar a antiga ordem, contudo, dependeria de um jogo de disputas com as diversas camadas sociais que começavam a configurar-se, tal como a classe média urbana, a massa urbana, os banqueiros (cada vez mais importantes numa economia industrial) bem como o Estado.

Sobre esse aspecto, o empresário brasileiro muitas vezes não se ajustou racionalmente não porque não quis, mas porque as próprias condições de mercado não foram suficientes para uma mudança de comportamento, e como não alcançou hegemonia suficiente a ponto de influir nas políticas estatais, foi obrigado a agir conforme as circunstâncias. Para Cardoso, o agir irracional, no contexto brasileiro, traduzia-se em funcional para as condições de mercado, desmontando a tese clássica de modernização (racionalização) linear e inexorável.

A questão, portanto, não é pensar o empreendedor brasileiro comparando-o ao tipo clássico, tampouco a um padrão universal, visto que o caso brasileiro é atípico e precisa ser relacionado com sua própria estrutura social. Não é o caso, repetindo, de tipificar o industrial nacional conforme os padrões universais. O cerne da obra, portanto “é sobre a necessidade de

pensar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil de maneira a relacioná-lo ao capitalismo dos países desenvolvidos” (ROMÃO, 2006, p.183).

Aqui há certa antecipação da teoria da dependência pelo prisma da associação entre capital nacional e internacional, vista com desdém tanto pela esquerda do PCB como pelos isebianos, já que forjavam uma aliança de classes entre burguesia nacional e proletariado caminhando para a Revolução Nacional.

Pelas entrevistas realizadas com industriais, Cardoso percebe que não existe essa aproximação, por parte dos empresários, com os trabalhadores da indústria. Tinham a perspectiva de educar os trabalhadores de modo que pudessem participar do intento capitalista, e acabam por subjugar-los quanto às possibilidades de caminharem sozinhos.

A chegada de empresas gigantes vindas do exterior foi determinante para as empresas clônicas, que não encontraram outra saída que não fosse associar-se.

Outro argumento utilizado por Cardoso para pôr uma pedra nas premissas isebianas refere-se à ausência de tradição classista, por parte dos empresários. Ao analisar o empresariado industrial como classe, revela-se, para além de uma perspectiva metodológica inovadora, uma face política componente da obra.

Ao examinar detidamente a formação do empreendedor brasileiro, constata-se um grupo muito recente na história do país, vindo de vários grupos, tais como os imigrantes e setores ruralistas.

Com isso, Fernando Henrique percebe que a falta de consciência de classe torna-se um fator preponderante para o paradoxo que enfrentam entre ações e estratégias que não correspondem os seus anseios como classe burguesa. A má constituição dos detentores dos meios de produção acarreta igualmente nas dificuldades do proletariado como classe, e não sofrendo pressão por parte dos sindicatos e associações, ao mesmo tempo em que conseguem manter o lucro, os empresários não deram o salto para frente, ou seja, não realizaram a dominação burguesa nos moldes clássicos.

Por isso, não depositavam confiança nas associações de classe, e a percepção geral, segundo as entrevistas mostram, era de que os líderes das

associações estavam, na realidade, tirando proveito próprio, para sua empresa, das relações privilegiadas que passariam a ter, sobretudo com o Estado.

A origem heterogênea dos empresários acaba mais por separá-los, do que fazê-los reconhecerem, entre si, que estavam do mesmo lado.

Ao ligar essa dificuldade para a formação de consciência de classe, o *modus* clientelista de agir e as deficiências tanto da perspectiva do mercado interno (concorrência imperfeita) com a gestão das empresas, obrigando-as a associarem-se com o capital estrangeiro, cria-se um panorama claro da impossibilidade da classe burguesa conduzir o processo de desenvolvimento nacional.

Essa situação gera paradoxos e desafios para a classe burguesa, pois sendo classe economicamente dominante, mas politicamente subalterna, apresenta dificuldades em entender seu papel, preferindo refugiar-se no Estado, mesmo tecendo críticas à sua intromissão em assuntos econômicos.

De resto, preferiu aliar-se aos grupos tradicionais (latifundiários, banqueiros e comerciantes) do que os grupos modernos, e temendo a revolução proletária, sobretudo com a chegada de Jango ao poder, cerrou fileiras com o atraso na perspectiva de consolidar o capitalismo no Brasil.

Na última parte de *Empresário Industrial* (1964), quando sintetiza seus argumentos, capítulo por capítulo, utilizando amiúde referenciais marxianos, sobretudo por meio do volume III do *Capital*, Cardoso lança uma questão muito reveladora nos seguintes termos: Subcapitalismo ou socialismo? (1964, p.174). Ou seja, o destino do país estaria reduzido a duas possibilidades, mas pelas assertivas ao longo da obra, estava claramente descartada a saída Socialista. Restando então o subcapitalismo, e aqui sem dúvida é uma antecipação aos seus escritos sobre dependência, o sociólogo percebe, dentro do sistema capitalista como um todo, do qual o país já era parte, sua possibilidade de inserção. Sem uma burguesia e um proletariado formados, ou insuficientemente coesos do ponto de vista de classe, o mercado internacional não seria páreo para estabelecer suas sementes aqui, e mais do que isso, esmagar qualquer possibilidade de autonomia.

A obra ganha uma dimensão importante, pois esmiúça as possibilidades internas e externas para o capitalismo brasileiro, e utilizando Romão:

Vê-se, portanto, que os objetivos iniciais de uma investigação que buscava compreender a mentalidade do empresário brasileiro acaba por alimentar a elaboração de uma tese sobre a estrutura de classes no Brasil e a contribuir para a derrota teórica da hipotética revolução nacional brasileira contra o imperialismo (2006, p.191)

Pode-se argumentar que a única Revolução da burguesia consistiu em integrar-se no capitalismo internacional como associada e dependente (GOTO, 1998, p.75). Indubitavelmente, aqui fica cristalina uma demarcação de posição, mais do que sociológica, política do autor, uma virada frente ao projeto inicial do CESIT, o que veremos com mais clareza nas próximas páginas. Segundo Cardoso:

Quando eu escrevi minha tese de livre docência sobre o empresariado industrial, que acredito foi entre 1961 e 1962, nós já estávamos em plena ebulição Janguista. A visão do partido comunista era: você tem o imperialismo e tem a luta anti-imperialista. Quem eram os aliados dos trabalhadores do Brasil? Todos menos os imperialistas, as empresas estrangeiras e o latifúndio. O resto era burguesia progressista, eram os intelectuais, era o povo e tal. Quando eu fui fazer a pesquisa encontrei só dois empresários com uma ideologia de "burguesia nacional": o Fernando Gasparian e o Ermírio de Moraes, José, o antigo senador. Eram os **únicos**, os outros todos estavam em plena conspiração contra o Jango (eu não sabia). Então você pode ver que minha análise era heterodoxa, mas já era parte direta do debate político. (CARDOSO, 2001, p.11, grifo meu).

3.4. Questões metodológicas

A importância deste subcapítulo reside numa constatação: naquele contexto os métodos também estavam em constante disputa. Claro que Cardoso, sabendo disso, estabeleceu sua linha metodológica. Era comum, portanto, na maioria dos livros publicados entre os anos 1960 e 1970, um capítulo muitas vezes introdutório que explicasse a metodologia, as escolhas e referenciais teóricos utilizados demarcando assim a cientificidade da obra.

Muitos intelectuais qualificam a produção de Fernando Henrique como contraditória, o que não deixa de ter seu fundo de verdade, de modo que ele

mesmo se apresenta como heterodoxo. Entretanto essa contradição pode ser explicada pela busca incessante para manter sua independência intelectual, orientando-se pela análise mais original possível em relação aos demais cientistas sociais. Por isso vemos recorrentemente o pensamento de outros autores em seus livros, e sempre para refutá-los. Cardoso pautou-se pelo antidogmatismo e pelo antimecanicismo como foi observado anteriormente com suas críticas aos modelos preconcebidos, sobretudo dos norte-americanos. Busca levar em consideração, antes que a mera aplicação de qualquer método, sua relação e conveniência com a realidade, afastando as receitas de simples uso. Ao buscar a realidade, depara-se com a complexidade do real:

Para ele, a realidade é fundamentalmente múltipla, complexa, contraditória, mutável. A palavra chave aqui é **dialética**. Fernando Henrique tem, filosoficamente, uma concepção dialética da realidade, à qual corresponde uma postura metodológica igualmente dialética. (GOTO, 1998, p.18, grifo meu).

O tratamento do concreto quer seja, não apenas a situação real, mas o resultado da análise da realidade chega ao **conceito** que exprime a relação entre o geral e o particular, de modo que as categorias de análise não devem terminar em si mesmas, mas sempre relacionadas com o concreto, permitindo tratar a realidade dialeticamente.

A ideia de sobreterminação aqui é central, já que possibilita analisar a realidade social como complexa, estrutural e desigualmente determinante, havendo sempre que analisar e distinguir os diferentes níveis, graus de importância e inter-relações dessas contradições.

No entanto, admite uma inevitável subjetividade:

A ação humana é universalmente valorativa, a do ator como a do **observador**. Existe, portanto, uma arbitrariedade, uma singularidade de base. Mas, e é o *mas* que conta, se o ponto de partida revela pela escolha do tema uma arbitrariedade (pois o critério da escolha é valorativo e subjetivo), a partir desse ponto o conhecimento científico é possível: as valorações devem ser categorizadas racionalmente e os comportamentos serão medidos como distanciamentos do parâmetro racional. (CARDOSO, 1971, p.43, grifo meu).

Mesmo reconhecendo certa ideologia na análise social, Cardoso não descarta a possibilidade de um discurso racional científico, atentando-se primeiro para o reconhecimento dessa ideologia e seguidamente procurando distanciar-se.

Nesse aspecto, aproxima-se de Althusser (1983) e ao invés de tratar a ideologia como falsa consciência, FHC entendeu tratar-se de uma relação vivida e imaginária, por isso desempenha um papel ativo mesmo no discurso científico.

É de se reconhecer que os usos da dialética pelo autor provêm em grande parte de seu conhecimento da obra marxiana, no entanto não ignora outras dimensões, como a hegeliana e platônica, sobretudo a última, e no decorrer de seus textos é notável e frequente a contraposição das ideias e opiniões a partir de outros autores. Com efeito, Cardoso amiúde constrói e esmiúça as ideias de um interlocutor para em seguida contestá-la, indicando seus equivocos e apresentando finalmente sua versão. Na maioria dos seus textos está sempre presente a marca do outro, e aí reside o *modus operandi* do autor. De resto, é também notável sua heterogeneidade, tanto ao longo de sua produção intelectual como dentro de uma mesma obra. De todo modo, procurando sua independência intelectual distanciando-se das correntes da moda, busca reiteradas vezes, antes que retificar conceitos, expô-los à crueza da realidade, e daí verificar se os conceitos, noções e teorias resistem a tal enfrentamento.

Isto posto, é possível perceber, ao longo de sua trajetória intelectual, algumas mudanças de posição. Até 1962²⁷ Cardoso cerrava fileiras com as ideias cepalinas e isebianas, acreditava no desenvolvimento genuinamente nacional e na consciência nacionalista dos empresários. Mais do que isso, entendia o nacionalismo como um fenômeno estimulante para a integração nacional, uma possibilidade das massas tomarem consciência de sua situação socioeconômica.

²⁷ Ver CARDOSO, Fernando Henrique. Desenvolvimento Econômico e Nacionalismo. *Revista Brasileira*, 1960

De alguma forma, eu era nacionalista de coração, de tradição²⁸, associado a uma ciência social profundamente universalista. Estava um pouco ao lado do ISEB. Gilberto Freyre já havia mostrado que esse país é outro, que a sociabilidade é outra. (CARDOSO, 2001, p.13)

Com as leituras de Myrdal, já percebia uma clara distinção entre o mundo desenvolvido e subdesenvolvido, o que exigia uma agenda de pesquisas virgens para lidar com a situação de subdesenvolvimento. Em artigo publicado em 1959, Fernando Henrique, visualizando um cenário favorável ao desenvolvimento do Brasil, atribui ao Estado a missão de atuar como empresário econômico, realizando uma política industrial arrojada e ao mesmo tempo distribuindo recursos para as massas. O nacionalismo teria, portanto, o papel de galvanizar as massas dos países subdesenvolvidos, tornando-se a ideologia de um novo modelo de crescimento econômico. As elites dominantes, nesse sentido, deveriam participar desse processo, cedendo espaço à opinião pública para realizar a mudança social.

Já em artigo escrito em 1960²⁹, decorrente de comunicação pronunciada no Centro Latino Americano de Pesquisa em Ciências Sociais em 1959, cujo tema era medir os efeitos da mudança social nos países subdesenvolvidos, seu discurso foca o proletariado frente ao ajustamento à nova ordem, quer seja, a introdução do capitalismo industrial. Ainda na chave de demora cultural, tema que impulsionou parte do trabalho de Florestan até a constituição do CESIT, Cardoso sentenciar:

Quais os fatores que têm dificultado a consciência comum e racional da situação de classe e a emergência de atitudes e expectativas compatíveis com as novas maneiras de trabalhar e viver? A resposta, ainda em termos de hipótese geral, é imediata: a industrialização rápida e a prosperidade capitalista recente. (CARDOSO, 1960, p.17).

Ou seja, ao argumentar a “jovialidade” do proletariado, Cardoso mostra, nesse artigo, que essa camada ainda está presa tradicionalmente a uma relação de paternalismo e em vez de cobranças combativas e mobilização,

²⁸ Cardoso nesse ponto refere-se à sua linhagem familiar. Tanto seu pai que fora deputado quanto seu tio que foi governador do Rio de Janeiro, eram entusiastas do nacionalismo.

²⁹ Ver CARDOSO, Fernando Henrique. Atitudes e Expectativas Desfavoráveis à Mudança Social. *Boletim do CLAPCS*, Rio de Janeiro, ano III, 1960.

preferem a lealdade e o pacto para manterem-se empregados o que dificulta a mudança de mentalidade e o ajustamento racional à situação de classe. Para sustentar seu argumento, baseia-se em pesquisas realizadas por alguns intelectuais, tais como Azis Simão e Juarez Brandão Lopes, no sentido de entender como votam os proletariados. A constatação é que não há um ajustamento com relação aos votos e situação de classe, ou que os operários não conseguem identificarem-se com candidatos de maneira homogênea, uns votando mais à esquerda, outros votando em candidatos como Jânio Quadros, de face moralista e representante dos anseios da classe média.

Fica evidente então, falta de liderança e organização, e Cardoso diagnostica essa situação com o mesmo instrumento usado por Florestan, a demora cultural, a falta de rotinização do trabalho operário.

Além do peso do mundo rural, outro fator que dificulta a participação ativa dos trabalhadores se deu pela manipulação do Governo nos sindicatos, como foi o caso do Estado Novo. Mas de modo otimista, afirma:

[...] creio ter mostrado que as expectativas e atitudes do proletariado numa área em rápida e recente expansão industrial capitalista prendem-se, por isto mesmo, a polarizações emocionais e a valores que emergiram e só tem razão de ser no período pré-industrial da sociedade. Por outro lado, apesar dos efeitos que a prosperidade provavelmente acarreta sobre o comportamento do proletariado, parece que em áreas deste tipo, com o **decorrer do tempo** e o desencadeamento de processos que surgem paralelamente ao da industrialização, formam-se compulsões sociais capazes de levar o proletariado a uma redefinição de atitudes e à consciência racional de seus interesses de classe. (CARDOSO, 1960, p. 22).

Entretanto, com *Empresário Industrial* (1964) há uma inflexão, pois constata que parte considerável do empresariado conspirava claramente com grupos estrangeiros. A improbabilidade do nacionalismo resulta em seus escritos sobre a dependência, e seu foco passa a ser entender como a perifeira se encaixa no sistema capitalista.

Busca caracterizar, então, o papel e a estrutura do Estado, bem como o modelo político dos países periféricos, nesse caso, da América Latina, para entender como ocorrem os conflitos de poder entre sociedade e Estado.

Cardoso acredita que os conflitos são fontes fundamentais de análise, e devem ser entendidos amplamente.

Para tal, e apesar de toda heterodoxia, utiliza o método histórico-estrutural, de modo que articula as relações mais amplas entre ideologias e estruturas, relacionando como os empresários pensam e agem desde uma estrutura social particular, na qual situações econômicas, políticas e sociais atuam para formar novas combinações.

Diante dos que enfatizam absolutamente o contexto histórico, Cardoso lembra a necessidade de estudar as estruturas de relações entre os homens. Diante dos que detêm o conhecimento em postulados estruturais que não variam na história, Cardoso lembra as realidades em permanente mudança. Daí o casamento: ele é histórico-estrutural. (GONZÁLEZ, 1980, p.120).

O *survey* realizado pelos pesquisadores do CESIT é utilizado apenas como pano de fundo para *Empresário Industrial* (1964), e não há, no decorrer da obra, grandes referências ao estudo, tampouco apresentando os questionários utilizados. Apenas em alguns momentos usa tabelas para sustentar seus argumentos e prefere citar entrevistas e discursos dos empresários, mostrando certa preferência pelo método qualitativo.

O rigor, baseado também nas leituras de Marx, está mais voltado às descrições acerca do estágio do capitalismo, desde o período clássico, passando pelo período mercantil, comercial, industrial, monopolístico e financeiro. O uso da dialética é muito importante para deslindar a especificidade do empresariado brasileiro com relação aos empresários dos países de capitalismo originário, como se pode ver:

Retomo essa dialética, de alguma maneira, no trabalho sobre empresário industrial, quando eu digo: a burguesia brasileira não vai ter o papel que teve a burguesia francesa, é outra coisa, ela não se percebe como classe dominante. No livro *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* eu generalizo essa relação entre o universal e o nacional, particular. As coisas não são nem como queria o ISEB, ou seja, tudo é particular, mas tampouco nem tudo é homogêneo por ser universal. Meu argumento é que há um jogo entre determinações que são gerais e situações particulares em que elas se inscrevem, e que essa articulação cria trajetórias, histórias de modernização diferenciadas. O jogo entre o geral e

o particular é que tem que ser feito para analisar qual é a teia de relações que une os países da periferia e os países do centro. (CARDOSO, 2001, p.14).

Além disso, usa algumas classificações para explicar os principais tipos industriais, como os capitães da indústria e homens de empresa, mas chama a atenção para dois fatos: primeiro não é uma comparação com o tipo industrial universal, ou a personalidade típica do homem burguês ocidental, e segundo: não é uma categorização plena, ou seja, é possível encontrar na mentalidade e ação dos empresários traços que sejam tanto explicados como típicos homens de empresa, e em outras circunstâncias, como de capitães de indústria. Cardoso, leva em consideração, dessa forma, a ação do empreendedor frente a uma situação de mercado e no sentido mais amplo, à estrutura social.

Quero demonstrar que a partir das argumentações expostas, *Empresário Industrial* consiste numa certa antecipação da teoria da dependência, cujo prestígio ocorrerá nos anos 1970. O próprio autor, em texto de 1972³⁰ afirma que a gênese de tal corrente teórica origina-se com os estudos sobre a mentalidade do empresariado, num contexto de análise crítica da ideologia nacional-desenvolvimentista e consequente emancipação socioeconômica dos países subdesenvolvidos.

Com isso, é possível salientar que se a teoria da dependência, a ser mais bem elaborada no próximo capítulo, consiste no desdobramento e críticas às noções anti-imperialistas, cujo autor mais profícuo foi Lenin; dentro do campo marxista, *Empresário Industrial* (1964) já apresenta efeitos das leituras de Marx realizadas pelo famigerado grupo que compunha o Seminário de Marx, ou do Capital. Ao comentar sobre o fato, Cardoso explica:

Ele foi importante porque minha formação incluía a leitura de Manheim, de Durkheim, de Weber e dos textos que o Bastide introduzira. Mas nossa visão básica provinha do funcionalismo (Talcott Parsons e Robert Merton), a bíblia do Florestan naquela época. [...] Marx, para nós, era uma referência vaga, não era livro de texto da faculdade. (CARDOSO, 2001, p.75).

Desde a segunda metade dos 1950, precisamente em 1958, constitui-se um grupo de intelectuais uspianos dispostos, sob a liderança de José Arthur

³⁰ Ver CARDOSO, Fernando Henrique. A dependencia revisitada. *Revista Latino Americana de Ciências Sociais*, FLACSO, (4).dez.1972.

Gianotti, que por sua vez acabara de voltar da França trazendo a ideia da análise estrutural dos textos, a ler integralmente a produção marxiana, sobretudo *O Capital*. O núcleo duro do grupo era composto por Gianotti, Fernando Henrique Cardoso, Ruth Cardoso, Paul Singer, Fernando Novais e Octavio Ianni, e com o passar do tempo outros intelectuais ingressaram, tais como Juarez Brandão Lopes, Sebastião Advíncula, Bento Prado Jr., Roberto Schwarz, Michael Lovi, entre outros. Para Cardoso, o Seminário funcionou como uma espécie de pós-graduação:

Qual era seu sentido? Primeiro, quem dava o tom acadêmico e de rigor era o Gianotti. Cada um lia numa língua diferente, ao mesmo tempo, para cotejar, mas não era por espírito de religião política, era por religião acadêmica, rigor acadêmico. Eram discussões infundáveis, cada um com sua especialidade []. Era como se fosse um *college* inglês: havia convivência intelectual e depois o jantar. A convivência nos tornou muito próximos e teve uma **influência direta** na elaboração de nossas teses de doutoramento, em todos nós, inclusive na de Gianotti (CARDOSO, 2001, p.76, grifos meus).

Era um grupo diverso, cada um proveniente de uma área do conhecimento e o interesse não estava ligado ao comunismo, ou a União Soviética, mesmo porque naquele contexto as violações de Stalin já eram conhecidas, mas sim ao aspecto teórico de Marx. As reuniões aconteciam quinzenalmente, aos sábados, fora do ambiente universitário e “o ambiente era de camaradagem, muita animação, e também de rivalidade” (SCHWARZ, 1998, p. 2).

O exemplo soviético e dos partidos comunistas, altamente burocratizados e autoritários fez com que a esquerda fizesse uma autorreflexão para seguir adiante, fugindo da leitura dogmática e quase bíblica por parte dos partidos comunistas, que transformavam suas interpretações em monopólio, para encontrar novas teorias e proposições intelectuais críticas, e por isso a leitura de Marx, sem intermediários, contribuiu para esta finalidade. Segundo Schwarz:

Quando os jovens professores se puseram a estudar *O capital*, pensavam mexer com a Faculdade. Queriam promover um ponto de vista mais crítico e também uma concepção científica superior, ainda que meio esotérica no ambiente. O Brasil

entrava por um processo de radicalização, e a reflexão sobre a dialética e a luta de classes parecia sintonizar com a realidade, **ao contrário das outras grandes teorias sociais**, mais voltadas para a **ordem** e o **equilíbrio** do que para a **transformação**. Entretanto, a consequência principal do seminário pode ter sido inversa; por meio dele, a Faculdade é que iria influir de forma decisiva sobre o marxismo local. (1998, p. 4, grifos meus).

O estudo decantado do *Capital*, num contexto universitário, acabou por romper com um certo marxismo vulgar dos partidos comunistas e parte da *intelligentzia* nacional, salvo algumas exceções. A partir daquele instante, a possibilidade de reler Marx, livre dos oficialismos, manuais e demais ideologias, conferia um aproveitamento interpretativo aguçado e, por isso, segundo Schwarz, uma leitura superior de Marx, colocando a Faculdade no centro das atenções.

O fato de Gianotti ter trazido da França recursos interpretativos avançados, que consistiam no entendimento integral do texto, em várias línguas, palavra por palavra, para então perceber que a arquitetura, a construção de cada sentença atendia ao ritual universitário de iniciação e diferenciação. O rigor universitário pressupunha mais tecnização, o afastamento das respostas fáceis, a busca pelo método em seu grau mais complexo, o que só aumentava o desnível com os não especialistas.

Mas o fruto principal dessa experiência foi unir a dialética ao estudo da realidade brasileira, sobretudo dos mais pobres e marginalizados, temas recorrentes na Faculdade de Filosofia que já havia realizado pesquisas com negros, caipiras, imigrantes, entre outros:

O fato é que a certa altura despontou no seminário uma ideia que não é exagero chamar uma intuição nova do Brasil, a qual organizou os principais trabalhos do grupo e teve repercussão considerável. Sumariamente, a novidade consistiu em juntar o que andava separado, ou melhor, em articular a peculiaridade sociológica e política do país à história contemporânea do capital, cuja órbita era de outra ordem. (SCHWARZ, 1998, p.18).

A tese de doutoramento de Cardoso, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* (1962), escrita um ano antes de *Empresário Industrial*, também

considerada uma das principais publicações sociológicas brasileiras, trata a questão da escravidão no sul do país por um prisma inovador.

Ao utilizar seu referencial marxista, colhido dos debates do Seminário de Marx, Cardoso revela um sistema contraproducente ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil. No entanto, é importante ressaltar que já no prefácio da obra, o autor emite uma crítica à teoria funcionalista (tão cotejada por Florestan Fernandes) o que resulta num estranhamento com Florestan, que não era adepto do Seminário de Marx. Nas palavras de Cardoso:

[...] O Seminário significava nossa **emancipação intelectual**. Também por isso Florestan tinha uma implicância com tal seminário. Uma vez, ele nos disse: “Vocês estão voltando ao ensaísmo, com Lukács, Sartre. Isso é um retrocesso”, que ele não aceitava, pois constituiria um perigo para o desenvolvimento da Sociologia como ciência empírica. (2001, p.77, grifos meus).

Desse modo, Cardoso relaciona escravidão e capitalismo, não como pares antagônicos, ou à moda de Gilberto Freyre, como antagonismos complementares, mas buscando entender em que medida, num país periférico, o capitalismo implantou a escravidão, como um empreendimento moderno. Claro que Caio Prado Júnior já havia tocado nesse assunto e revelado o quanto a escravidão no Brasil existiu num contexto capitalista. De todo modo, ao colocar a escravidão num contexto moderno e funcional ao capitalismo, derruba-se a tese de etapas históricas, do escravismo para o feudalismo, e deste para o capitalismo, culminando com o fim da história, ou seja, o comunismo.

Portanto, a partir daí Cardoso inicia uma análise que em certo sentido rompe com o projeto do Cesit e ao mesmo tempo autonomiza-se em relação ao seu mestre, Florestan Fernandes. O olhar estaria então mais focado na relação entre o universal e o particular, e no modo como o particular, ou seja, os aspectos internos, absorvem os externos, de acordo com sua trajetória histórica social.

Tem-se assim o rompimento com as análises mecanicistas ou etapistas para dar atenção às mudanças, aos conflitos internos que resultam em possibilidades variadas. E, mais do que isso, pode-se entender a herança

colonial dentro do presente, com suas características e peculiaridades postas em movimento, como se a escravidão, o clientelismo, o patrimonialismo e a irracionalidade dos empresários fossem colocados numa relação direta com as questões globais, o movimento econômico como um todo, para daí entender a inserção da periferia no sistema mundial.

Com *Empresário Industrial* (1964) confrontava-se a visão marxista acerca da industrialização com uma pesquisa envolvendo empresários brasileiros, suas atitudes e pensamentos. Por isso, ao ligar o contexto histórico, recuperando formação dos empresários, com o andar histórico, colocando-os sob o enfoque de classe social, com seus deveres históricos numa nação subdesenvolvida, o que estava em jogo era o movimento da dialética levado às últimas consequências. As categorias sociais que puseram em movimento o capitalismo dos países desenvolvidos não é a mesma contradição no Brasil e todo o resto da América Latina e portanto o processo desenvolvimentista não será o mesmo, correrá sobre outros trilhos segundo as palavras de Schwarz.

É importante matizar esta última oração. Ainda seja diferente na periferia, não está descartada a possibilidade de que estas nações se desenvolvam, mesmo em situação de dependência.

4. Impactos da obra

4.1. O que é a Teoria da Dependência?

Segundo Martins (2000) a Teoria da Dependência é uma derivação das análises sobre o imperialismo e tem suas primeiras formulações a partir do ano de 1964, num cenário de ditadura na maioria dos países latino-americanos, o que leva os intelectuais exilados a forjarem estudos sobre a crise enfrentada. Notam-se duas grandes correntes dentro dos estudos sobre a dependência: uma representada por Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e José Serra, e do outro lado versões realizadas por Rui Mauro Marini (2000), A.Gunder

Frank e Theotônio dos Santos, mais conhecida como teoria marxista da dependência.

De qualquer modo, e ainda que existam indagações sobre se de fato houve uma teoria da dependência, trata-se de um conjunto de ideias situadas no campo da esquerda. Dentro da produção intelectual de Cardoso ocorrem mudanças sobre a possibilidade de uma teoria:

Até por entendimento semântico, quem depende, depende de algo; está condicionado, não é condicionante. Pretender elevar a noção de dependência à categoria de conceito totalizante é um *non sens*. E, rigorosamente, **não é possível pensar numa teoria da dependência**. Pode haver uma teoria do capitalismo e das classes, mas a dependência, tal como a caracterizamos, não é mais do que a expressão política, na periferia, do modo de produção capitalista quando este é levado à expansão internacional. (CARDOSO, 1970, p. 23).

No entanto, por várias vezes FHC indagou sobre a necessidade de situar melhor o lócus do seu discurso, tentando assim conferir substância a uma teoria, por meio de minuciosa discussão de conceitos. Com efeito, apesar de renegá-la, buscou dar-lhe um formato. Em escrito posterior, conclui:

[...] não há razão para negar a existência de um campo teórico próprio, embora limitado e subordinado à teoria marxista do capitalismo, no qual se inscrevem as análises sobre dependência. E neste caso não há porque utilizar aspas na expressão teoria. **Existe, pois, a possibilidade de pensar-se na teoria da dependência**, sempre e quando ela se inscreva no campo teórico mais amplo da teoria do capitalismo. (CARDOSO, 1972, p.82, grifos meus)

Por conta disso, a noção de dependência é uma das principais questões estudadas por Cardoso, permeando grande parte de sua obra. Segundo Goto:

O *leitmotiv* da dependência é sem dúvida, o assunto mais problemático e polêmico da obra de Fernando Henrique Cardoso e, nessa condição, constitui o centro de um debate bastante amplo, em que as questões de método e os problemas teórico-conceituais articulam-se com os processos e dilemas da história do Brasil e as dimensões intelectuais que lhes corresponderam [...] (1998, p. 44).

Assim, Fernando Henrique transforma-se num dos principais estudiosos sobre o tema não só porque engendrou uma visão particular (o do desenvolvimento dependente e associado), mas também por realizar uma sistematização crítica (história intelectual) das formulações dependentistas. Em sua visão, a ideia de dependência, que já aparecia nos textos de Lênin e Trotsky (início do século XX) ressurgiu cinquenta anos depois por três motivos: (1) entender os obstáculos ao desenvolvimento nacional, ou seja, explicar por qual motivo o capitalismo periférico não logrou os mesmos resultados do Centro; (2) atualizar pelas vias marxistas o novo estágio do capitalismo naquele contexto (fase monopolística), e, por último, (3) expandir as formulações cepalinas (que se focavam nos aspectos externos da dependência) para uma análise que:

caracterize o processo histórico estrutural da dependência em termos das relações de classe que asseguram a dinâmica das sociedades dependentes, ligando a economia e a política nacional a grupos e interesses locais e gerando, ao mesmo tempo, contradições internas e lutas políticas (CARDOSO, 1972, p.59).

E, no caso brasileiro, a noção surge com força por conta do fracasso político do nacional-populismo ao mesmo tempo em que a burguesia insere-se no jogo imperialista, como foi demonstrado na análise da obra *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil* (1964). Nesse sentido, trata-se de um conjunto de ideias marcadas por um forte aspecto ideológico e ao mesmo tempo científico, remontando ao intenso debate acerca da obra marxiana, o que gerava certa disputa com respeito a quem melhor interpretava Marx, ou quem produzia uma análise mais brilhante mobilizando seu arsenal teórico-conceitual de acordo com os desafios de ordem prática. Nesse ponto Cardoso afirma:

Com efeito, na perspectiva marxista, o conceito não se produz pelo desdobramento da Razão sobre si mesma. Assim, não seria devido pedir que a dependência enquanto “teoria” pudesse constituir-se pelo desdobramento lógico da dialética abstrata das oposições entre conceitos anteriormente constituídos. (1972, p.59).

Isto posto, os estudos sobre a dependência nascem num contexto histórico específico (fracasso do desenvolvimento equilibrado na América Latina) e são elaborados a partir de situações sociais também singulares, na medida em que cada autor escreve desde uma perspectiva nacional específica, seja no México, no Chile, na Argentina ou no Brasil, mas resulta numa corrente intelectual preocupada com uma temática comum. Portanto não se deve classificar a condição colonial como objeto da dependência, pois essa ideia está ligada a outra etapa do capitalismo, cujo modo de produção se alastrou para perifeira.

Cardoso reconhece que a dependência nasce rente às ideologias (nacionalistas, reformistas) o que não se configura como um problema para o discurso científico: “A Ciência trabalha sobre ideias anteriores, produzidas pela vida e no processo de luta já referido vai transformando em conhecimento racional sinais que qualquer relação social emite” (CARDOSO, 1972, p. 60).

É certo que, seja uma noção ou teoria, a dependência remonta primeiro a uma contradição no plano global, entre Nações, por isso é sobredeterminada pela teoria do capitalismo. A relação entre plano externo e interno aqui é fundante. Contudo, as relações externas, (questão bem desenvolvida pelos cepalinos)³¹ num contexto de capitalismo internacional, definem e redefinem as relações sociais nas periferias, e internamente, na situação de dependência, as classes e frações de classes estabelecem redes de interesses e oposições a partir de situações históricas dadas.

Portanto, o ingrediente que faltava para os cepalinos, o conflito por posições nas nações latino-americanas e consequentes lutas políticas vem acompanhado por uma análise que explique as relações estruturais entre as classes e as modificações dessas relações, já que os momentos históricos possibilitam transformações estruturais:

Penso que tanto eu como vários dos que têm escrito sobre dependência na América Latina temos tentado analisar, com

³¹ Cardoso reconhece que se não fossem os cepalinos, sobretudo Prebisch e Furtado, não haveria condições para os estudos da dependência. No entanto, nota que faltou a esses intelectuais um passo a frente, ou seja, analisar as características histórica-estruturais das sociedades dependentes, e não buscar a explicação para o subdesenvolvimento apenas no plano externo. Cf. CARDOSO, Fernando Henrique. As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias de desenvolvimento. *Cadernos CEBRAP*, n.33, Petropolis: Ed.Vozes

esta preocupação metodológica, as formas de articulação entre os países dependentes (classes, estados e economias) e os países imperialistas. É este o campo de uma possível teoria da dependência. Esta, como assinalei em outros textos, não é uma alternativa para a teoria do imperialismo, mas um complemento. (CARDOSO, 1972, p. 73).

Segundo Lênin, a teoria do imperialismo é uma atualização das premissas marxistas para um novo estágio do capitalismo, que não altera suas características principais (acumulação de capital baseada na propriedade privada dos meios de produção e na exploração capitalista da força de trabalho), mas abarca novas variáveis, tais como: a concentração de capital na forma de empresas monopolísticas; preeminência do sistema financeiro e bancário alterando as relações políticas e econômicas entre as classes capitalistas e empobrecimento das massas ao mesmo tempo em que o crescimento do capital ocorre em ritmo acelerado (por isso aumento dos investimentos no exterior) e por último a busca pelo controle monopolístico das matérias-primas, com o domínio político das áreas coloniais, o que leva nações desenvolvidas a uma disputa violenta pela partilha do mundo novo, rico em matérias-primas. Portanto, a teoria do imperialismo baseia-se num fato social tecido historicamente no marco do colonialismo e das diferentes propostas coloniais, vinculadas a diferentes formas e períodos de acumulação capitalista (GONZÁLES, 1980, p.61).

Com isso, de um lado há uma integração das economias periféricas ao mercado internacional, e do outro se aumenta a desigualdade entre as economias avançadas e dependentes. Para Goto:

Nas economias dependentes, restringiu-se o crescimento aos setores agrícolas e mineradores, estabeleceu-se baixos níveis de salário e não se desenvolveu o mercado interno. O lucro "imperialista" era obtido mediante o comércio desigual (produtos manufaturados x matérias-primas), a exploração financeira (concessão de empréstimos aos Estados dependentes ou aos empresários locais), a superexploração da força de trabalho das nações dominadas e o aumento da miséria relativa nas economias dominantes, obtido a partir do avanço tecnológico. (1998, p. 39).

Cardoso parte da análise da teoria do imperialismo e da mesma forma que Lenin, propõe uma atualização. Destarte, com conceito de dependência,

buscava-se corrigir algumas indeterminações teóricas do imperialismo e das noções de subdesenvolvimento que eram fortes até o decênio de 1960. Para Fernando Henrique Cardoso, a entrada em cena das multinacionais altera a dinâmica do capitalismo, pois são “unidades quase autossuficientes de decisão e ação para a acumulação do capital” (CARDOSO, 1972, p. 34).

Ademais, esse novo estágio do capitalismo revela que o interesse das multinacionais nas economias periféricas não se restringe à procura de matérias primas ou combustíveis fósseis e sim na criação de indústrias, sob a forma de filiais, a partir de consórcios com as empresas locais. No entanto, a chegada das multinacionais nas economias periféricas não vem acompanhada de transferência de tecnologia para a fabricação dos meios de produção (departamento I), por isso a acumulação de capital se completa nas economias centrais enquanto as multinacionais penetram suas mercadorias nas economias periféricas, criando uma reserva de mercado, como é o caso das empresas automobilísticas e de linha branca (geladeiras, fogões) que chegam ao Brasil no governo Kubitschek, ou das multinacionais que chegam ao Chile no governo Frei. E Cardoso afirma que nesse cenário: “A industrialização da periferia recoloca o problema da realização da mais-valia e exige novos esforços teóricos e de pesquisa para equacioná-lo contemporaneamente” (1972, p. 75).

Partindo-se do pressuposto de que contribui para a situação paradoxal de desenvolvimento nas nações dominadas enquanto passam a depender cada vez mais dos países de capitalismo originário, por meio das remessas de lucros ou *royalties* e empréstimos para sustentar a importação de nova tecnologia produzida, a nova situação de dependência deve ser estudada pelas possíveis transformações nas estruturas sociais das economias dependentes, pois de algum modo estão se ajustando a uma estrutura capitalista de produção.

É importante frisar que a industrialização da periferia não recobre parcialmente as economias periféricas, que continuam apresentando formas anteriores de produção, dessa forma há heterogeneidade na situação de dependência.

Aqui há um ponto de divergência entre os escritos de FHC e os demais estudiosos da dependência: questionava-se, incluindo as formulações já

citadas de Furtado, a impossibilidade de desenvolvimento enquanto persistisse uma relação imperialista, ou no caso, de dependência, entre as nações ricas e pobres. Para esses estudiosos (além de Furtado, Gunder Frank, Rui Mauro Marini e Teothônio dos Santos) no plano interno, as nações dependentes sofrem o aumento da miséria e desemprego, problemas que não podem confirmar um quadro de desenvolvimento. Contudo:

A acumulação capitalista nos países dependentes é contraditória, espoliativa, geradora de desigualdades: do ponto de vista dos resultados sociais seria absurda a ideia de tomar essa acumulação como desenvolvimento: porém não é este o **entendimento marxista** sobre o que seja desenvolvimento e dessa perspectiva Fernando Henrique não vê como recusar o fato de que a economia brasileira ou mexicana estejam desenvolvendo-se capitalisticamente. (GOTO, 1998, p. 58, grifos meus).

Do ponto de vista teórico Cardoso afirma a possibilidade de desenvolvimento mesmo numa condição de dependência, e esse paradoxo gera um debate acirrado. Na realidade, esse debate passa a girar em torno do discurso científico racional contra o discurso ideológico revolucionário, e Fernando Henrique passa a denominar seus contendores de catastrofistas. E, voltando a Marx, afirma que se há aumento da produção (desenvolvimento das forças produtivas) nas periferias, é inegável que ocorra desenvolvimento real, já que “o próprio deste sistema é sua capacidade de crescer em espiral, transformando as relações sociais e de produção como consequência do aumento do patamar de acumulação” (1972, p. 50). Ademais, para Marx, o sistema capitalista revoluciona permanentemente suas bases técnicas e tende a expandir-se por toda a parte do globo.

Cardoso reconhece que a natureza do sistema capitalista é geradora de desigualdades e cabe ao Estado criar políticas públicas para amenizar a situação dos mais pobres, mas concretamente há melhora para as classes médias, aumentando seus ganhos com o desenvolvimento do setor secundário e terciário, por isso, é natural ao sistema a estagnação para alguns setores e o dinamismo para outros, sobretudo para as camadas urbanas.

Já para Marini, Gunder Frank e Theotônio dos Santos não há como uma nação dependente desenvolver-se. E assim, passam a usar termos como

“desenvolvimento do subdesenvolvimento” e “subimperialismo” para demonstrar seus pontos de vista. Para Goto (1998, p.60-69), podemos exemplificar a posição desses autores em cinco pontos:

- 1 – O desenvolvimento capitalista da periferia é inviável;
- 2 – O capitalismo dependente está baseado na exploração extensiva de mão de obra e preso à necessidade de sub-remunerar o trabalho;
- 3 – As burguesias locais deixaram de existir como força social ativa;
- 4 – A penetração das empresas multinacionais leva os Estados locais a uma política expansionista;
- 5 – O caminho político do Continente está frente a uma encruzilhada – socialismo ou fascismo.

Todas essas as afirmações são rechaçadas por Cardoso, mas vale a pena debruçar-se sobre a questão das burguesias locais, já que se configura como um ponto estudado em *Empresário Industrial* (1964).

Sua análise demonstra que longe de perderem sua força social, as burguesias locais não se aproximaram da ideologia do “desenvolvimento nacional burguês”, modelo de desenvolvimento vislumbrado até meados dos 1960. Isso não quer dizer que perderam sua função social, posto que ao associarem-se com o capital estrangeiro e setores do Estado continuam a exercer a acumulação capitalista e até mesmo dominação burocrático-autoritária, com o agravante de condicionar as massas a seus interesses, fazendo pactos com grupos dentro do Estado (militares e burocratas). Portanto aqui a dominação é interna e não se caracteriza apenas pelo imperialismo, ou pela relação de trocas.

Isto posto, a contribuição dada por Cardoso reside no aprofundamento da análise sobre dependência, focando menos a questão apontada pelos cepalinos, quer seja, a deterioração dos termos de intercâmbio, e mais a dinâmica da relação entre classes sociais dos países dependentes e as relações entre burguesias locais e internacionais.

Ora, como apontado em *Empresário Industrial* (1964), há um pacto entre a burguesia empreendedora brasileira com o capital estrangeiro, mediante associações e fusões, tecendo-se dessa forma um vínculo que desprezava a ideologia nacionalista em virtude dos lucros.

Ao atentar para essa situação, Fernando Henrique sustenta uma análise política, que também faltava à CEPAL, com relação aos jogos de poder nas sociedades dependentes, já que a matéria prima dos estudos sobre a dependência são as lutas políticas e econômicas (CARDOSO, 1972, p. 66).

Com efeito, ele nota que as lutas ou pactos entre classes devem necessariamente passar pela análise do Estado Nacional e suas especificidades dentro do contexto latino-americano. Seja pelo passado colonial de fase mercantilista de algumas nações, seja pelo imperialismo monopolístico de outras, os Estados nacionais formaram-se a partir de interesses privatistas de grupos dominantes sobre outros, estabelecendo pactos de lealdade que fugiam de comportamentos racionais:

No caso dos países dependentes a tendência histórica foi outra. De dentro do aparelho do Estado ou dos fragmentos deste deixados pelo colonialismo politicamente vencido, algum grupo economicamente dominante e politicamente dirigente tratou de impor às massas politicamente marginalizadas, culturalmente desprovidas e miseráveis, uma “dominação nacional”. Daí que o Estado tenha sido o verdadeiro berço da Nação (CARDOSO, 1972, p.85).

Essa situação leva a desafios de ordem prático-metodológica que devem ser perseguidos para uma melhor explicação sobre a configuração política das economias dependentes. Destarte, destacar as relações entre classes, Estado e partidos é fundamental para se buscar um entendimento mais adequado sobre temas políticos que caracterizam a América Latina. Ao escrever num contexto de ditadura em grande parte das nações latinas, Cardoso chama a atenção para a formação de anéis burocráticos. Longe de levar em consideração os partidos e suas agendas programáticas como autênticas forças políticas (como se poderia esperar de um modelo liberal), Fernando Henrique demonstra que os anéis burocráticos constituem-se como círculo de interesses forjados num momento específico, e que podem mudar conforme as circunstâncias. Num contexto de ditadura, nota-se a formação de anéis burocráticos entre a burocracia civil (empresas do estado), militar, o empresariado nacional e estrangeiro que se unem por objetivos econômicos e políticos comuns, mas que não tem apresentam proximidades programáticas ou ideológicas.

Esses pactos ocorrem amiúde em situações de dependência, e sempre sustentados pela máquina do Estado. O exagero seria definir que esses anéis representam exclusivamente interesses das classes dominantes, pois “os círculos de interesses ancorados no Estado amalgamam inclusive interesses populares no jogo dos anéis burocráticos, incluindo neles os sindicatos, quando não até alguns movimentos sociais, como as greves dirigidas” (CARDOSO, 1980, p. 86).

Cabe aos estudiosos sobre o tema, por conseguinte, revelar, em cada sociedade específica, as oposições e conciliações de interesses que o desenvolvimento dependente associado gera quando tem no Estado um princípio básico de regulamentação da vida econômica e política (CARDOSO, 1980, p. 87). A preocupação com os aspectos políticos tornam-se evidentes, e para Cardoso, olhar para essas relações efêmeras entre grupos é o melhor caminho para fugir das análises simplistas.

Para concluir, diante desse quadro pode-se afirmar que Cardoso, antes de ser um estudioso da dependência, tem interesse sociológico na análise das ideologias e de como grupos sociais promovem o conhecimento da realidade e agem sobre ela. Ao produzir dentro de um ambiente universitário, FHC pôde compreender as outras formas de análise dentro de Instituições dedicadas ao estudo da realidade latino-americana, como é o caso da CEPAL. Por conta disso, procurou realizar uma esquematização histórica das ideias sobre dependência, tentando encontrar narrativas em relação aos ambientes produzidos, atentando-se para o peso das ideologias.

Como defensor e um dos fundadores da teoria da dependência associada, Fernando Henrique Cardoso buscou defender seus pontos de vista tanto pelos aspectos teórico conceituais que envolvem a teoria do capitalismo, como das questões históricas e concretas, dilemas reais enfrentados pelas nações em situação de dependência.

4.2. Ruptura/abalo no pensamento sociológico

Como demonstrado no primeiro capítulo, os primeiros estudos de base sociológica são escritos pelas mãos de uma elite intelectualizada, formada, mormente, por engenheiros, médicos e advogados, cuja premissa é formar uma nação, pelas vias estatais. São pensadores em sua maioria de cunho conservador, pois não legitimam ou reconhecem no povo qualquer capacidade de construção nacional.

Com a institucionalização das Ciências Sociais e da chamada *sociologia universitária*, os trabalhos sociológicos ganham musculatura do ponto de vista metodológico e empírico, sendo de fundamental importância a chegada de professores estrangeiros, trazendo um verniz científico às pesquisas.

Não é de se estranhar que Florestan Fernandes punha em xeque as obras de cunho “pré-sociológico”, pois ali não existia o rigor científico almejado pelos padrões de pesquisa e excelência gerados na universidade, sem falar no tom de neutralidade buscado, o que possibilitava uma carreira acadêmica livre das amarras políticas.

No entanto, apesar desse suposto distanciamento político, a universidade e, mais ainda, a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo foi cercada pelas questões políticas da época, seja internamente, nas disputas de cadeiras e espaços políticos, seja pelas questões de caráter nacional, que ora eram favoráveis, ora contrários ao prosseguimento das pesquisas.

De qualquer modo, Florestan é precursor de uma escola, a Escola Paulista de Sociologia, cujo mote era realizar trabalhos, de modo organizado e com temáticas comuns, que dessem conta da mudança social, ou seja, das possibilidades e obstáculos para a passagem de uma sociedade tradicional para um nova ordem competitiva, nos moldes capitalistas.

Com criação do CESIT em 1961 foi possível reunir um grupo de pesquisadores para estudar os agentes sociais da mudança, como os empresários, o Estado, o proletariado, e cabe a Cardoso o primeiro grupo, os empresários brasileiros. Aproveitando um survey realizado desde os anos anteriores, escreve *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil* (1964), objeto dessa dissertação. Na minha visão, esta é uma obra de

ruptura com um padrão sociológico não apenas por incorporar um olhar dialético sobre a realidade, mas por apontar questões esclarecedoras sobre a mentalidade do empresariado industrial brasileiro além de antecipar pontos importantes sobre sua visão particular da teoria da dependência, que é o desenvolvimento dependente e associado.

Francisco Weffort resume a trajetória intelectual de Cardoso dessa forma:

Fernando Henrique tem muito do intelectual que tem que falar com a linguagem que apreendeu de outros, com uma linguagem herdada, a qual contudo considera insatisfatoriamente para aquilo que a sua sensibilidade é capaz de perceber. E isso que significam estas "identidades difíceis", este processo de complexificação das identidades. As classes, de que nos falaram os clássicos do marxismo, continuam existindo mas são diferentes. Se a chamada burguesia nacional não tem projeto nacional, notemos que nesse mesmo período a teoria da classe-sujeito simplesmente some do horizonte. O desenvolvimento capitalista nacional, isto é, autônomo e auto-sustentado, toma-se idéia do passado. A internacionalização do mercado interno, recém-descoberta em meados dos anos 60, caminhou tão rapidamente nos últimos 30 anos, que há de espantar até mesmo ao seu formulador original. (1995, p.19).

O edifício teórico construído pelo menos desde os anos 1930, dando ênfase ao papel da burguesia industrial como um grupo responsável pela modernização brasileira acaba caindo por terra com *Empresário Industrial* (1964). Ao partir para uma análise detida sobre o comportamento e a mentalidade desse grupo no contexto brasileiro, considerando uma estrutura social particular, Cardoso aponta uma disfunção, ou seja, demonstra que em vez de caminhar para uma modernização que vise uma autonomia nacional, por meio de um projeto de hegemonia política, o empresariado preferia manter-se sobre as asas do Estado e da aventura, apresentando dificuldades em reconhecer-se como classe.

Dessa forma, a ideologia nacional burguesa também encontra sua derrocada, já que a associação entre o capital nacional e estrangeiro mostra-se inexorável. Para usar as palavras de Cardoso, no cenário brasileiro até os 1960 a questão do nacionalismo era emblemática (campanha da Petrobrás, empresas estatais) e o eixo orientador do debate crítico pautava-se pelo nacionalismo desenvolvimentista apregoado pelo ISEB e pelo Partido Comunista (PCB).

Não obstante, a entrada em cena da burguesia nacional jogando com o imperialismo muda o eixo. Sem dúvida o fracasso não está na formulações isebianas, que analisou o burguês industrial à luz do padrão clássico, mas no decorrer do processo histórico. No apogeu do ISEB, essa associação entre classes não se apresentava de uma forma tão nítida quando nos anos 1960 e 1970. Portanto em *Empresário Industrial* (1964), escrito desde 1962, o contexto histórico e político era distinto. A renúncia de Jango gerou uma luta entre classes, e a partir do arsenal teórico recolhido dentro do Seminário do Capital, Cardoso pôde entender uma complexa dinâmica entre as relações de classe, tanto no plano interno quanto externo.

Dependência e Desenvolvimento na América Latina (1970), escrita em parceria com o sociólogo chileno Enzo Faletto, é sem dúvida, a obra que do ponto de vista teórico dá o tom para a Teoria da Dependência associada, por tratar-se de uma análise ampla sobre os principais pilares que sustentam a situação de dependência no contexto latino americano. Contudo em *Empresário Industrial* é possível enxergar questões que serão reelaboradas no livro supracitado.

Se os trabalhos de Prebisch na CEPAL demonstravam um modo perverso de inserção da América Latina na economia mundial, Cardoso demonstrará as injunções sociais e políticas no plano interno, ou seja, sem desconsiderar a influência que as Nações desenvolvidas exercem sobre a América Latina, seria preciso explicar melhor as características que assume o capitalismo na periferia.

Dessa forma foi possível discutir os principais aspectos de uma incipiente mundialização (ou globalização) a partir das especificidades e possibilidades das periferias.

Por meio de uma análise das relações e papéis das classes sociais no Brasil e na América Latina, Cardoso pôde constatar que não havia uma oposição entre o capital externo e interno, pelo contrário. Estava em marcha uma pactuação, conexões que passaram despercebidas pelas análises anteriores, e aqui é um ponto de suma importância.

E ao contrário das premissas furtadianas, o quadro de submissão ou associação entre o capital nacional e estrangeiro não seria, a priori, motivo

para inviabilizar o desenvolvimento capitalista no Brasil e em outras partes das América Latina.

De todo modo, em *Empresário Industrial* (1964) há uma base metodológica que orientará os estudos sobre a dependência: a relação entre história (do ponto de vista da dinâmica, do futuro e das possibilidades abertas) e estrutura social; a crítica aos modelos etapistas e funcionalistas; o uso da dialética marxiana não como uma teoria universal, mas com tinturas locais e aplicadas à realidade periféricas e finalmente uma análise das relações, tensões e conflitos entre classes e Instituições, no caso entre as elites empresariais e o operariado, bem como com o Estado.

Ainda que enfocando apenas um autor, Fernando Henrique Cardoso, e uma de suas obras, *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil* (1964), espero ter contribuído, ainda que minimamente, para o debate acerca de um período vultoso na produção sociológica brasileira, e mais ainda, latino-americana, marcada pela tentativa de entender suas especificidades com relação aos países de capitalismo originário e buscando alternativas ou chamando atenção para as possibilidades de inserção da periferia num capitalismo de ordem global.

5. Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

AMARAL, Antonio José de Azevedo. *Estado autoritário e a realidade Nacional*. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Câmara dos Deputados, 2 ed. 1981.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e Cultura: São Paulo no meio do século XX*. Bauru: Edusc, 2001.

BARBOSA, Agnaldo de Sousa. Interpretações sobre a burguesia industrial brasileira: um breve balanço. *Estudos de Sociologia*, nº 15, Araraquara, 2003.

BELUZZO, Luiz Gonzaga. Entrevista. In. BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe; REGO, José Márcio (Orgs.). *Conversa com Economistas Brasileiros*. 2ª edição. São Paulo: Editora 34, 1997.

BIDERMAN, Ciro. et al. *Conversas com Economistas Brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *50 anos de Pensamento da CEPAL*. São Paulo: Cepal-Record, 2000.

BONFIM, Manuel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência. In. TOLEDO, Caio Navarro de. (Org.). *Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB*. São Paulo: Editora Revan, 2005. p. 201-232. [Paper].

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito de Desenvolvimento do ISEB discutido. Trabalho apresentado no IX Encontro Nacional de Economia Política, Uberlândia, 8 a 11 de junho de 2004. *Dados*, vol 47 (1): 49-84.

BRASIL, Presidência da República. *A utopia viável: trajetória intelectual de Fernando Henrique Cardoso*. Brasília: Presidência da República, 1995

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Difel, 1962.

CARDOSO, Fernando Henrique. Condições sociais da industrialização de São Paulo. *Revista Brasiliense*, 1960

CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia, 1964.

CARDOSO, Fernando Henrique. As Ideias e seu Lugar: Ensaio sobre a teoria de desenvolvimento. *Cadernos Cebrap*. 33. Petrópolis: Vozes, 1980.

CARDOSO, Fernando Henrique. Atitudes e Expectativas Desfavoráveis à Mudança Social. *Boletim do Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 1960

CARDOSO, Fernando Henrique. Desenvolvimento Econômico e Nacionalismo. *Revista Braziliense*, 1960

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação sociológica*. 7ª edição, Rio de Janeiro: LTC, 1970.

CARDOSO, Fernando Henrique. Entrevista. In. SALLUM Jr, Brasília. Estamos reorganizando o capitalismo brasileiro. *Revista Lua Nova*. n.39, 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Entrevista a Lourenço Dantas Mota*. Brasília: Senado Federal, 1985.

CARDOSO, Fernando Henrique. O papel dos empresários no processo de transição: o caso brasileiro. *Revista de Ciências Sociais DADOS*. n.1, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1983.

CANDIDO, Antonio. A Sociologia no Brasil. *Revista Tempo Social*, v. 2, n. 18, 2006.

CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 7 ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.

CECÍLIA, Maria. *As Ciências Sociais na FAPESP*. São Paulo: IDESP, 1989.

CORBISIER, Roland. *Formação e Problema da Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958.

DA COSTA, Achyles Barcelos. O Desenvolvimento Econômico na visão de Schumpeter. *Cadernos Ideias IHU*, Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo:2006.

DAHRENDORF, Ralf. *O Conflito Social Moderno*. São Paulo: Edusp, 1982.

DEL VECCHIO, A.; DIÉGUEZ, C. R. M. A. *Contribuição institucional na construção da Sociologia no Brasil: o caso de São Paulo*. Mimeo, 2009.

DEL VECCHIO, A.; DIÉGUEZ, C. R. M. A. (Orgs.). *As pesquisas sobre padrão de vida dos trabalhadores da cidade de São Paulo: Horace Davis e Samuel Lowrie, pioneiros da sociologia aplicada no Brasil*. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2008.

FERNANDES, Florestan. *Educação e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1966.

FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. *A organização social dos tupinambás*, São Paulo: Difel, 1949.

FLORESTAN, Fernandes. *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica*. São Paulo: Ed.Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. *A Sociologia numa era de Revolução Social*, 2ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FRANCO, Maria Sylvia de. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Ática, 1976.

FURTADO, Celso. Entrevista. In. BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe; REGO, José Márcio (Orgs.). *Conversa com Economistas Brasileiros*. 2ª edição. São Paulo: Editora 34, 1997.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1961.

GONZÁLES, Horácio. *O que é Subdesenvolvimento*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.

GOTO, Roberto. *Para ler Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Geração Editorial, 1998.

JACKSON, Luiz Carlos. A sociologia paulista nas revistas especializadas (1940-1965). *Tempo Social*. vol.16, n.1, São Paulo, 2004.

JAGUARIBE, Hélio. *O Nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958.

JAGUARIBE, Hélio. *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*. Rio de Janeiro: Fondo de Cultura, 1962.

KALVAN, Fábio Ricardo. *O lugar da Nação: estudo da abordagem da Nação no dual-estruturalismo de Celso Furtado e nos Estudos sobre a Dependência de Fernando Henrique Cardoso*. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 2000.

LIPPI, Lucia. *A Sociologia de Guerreiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

MARINI, R.M. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Ed.Vozes, 2000.

MANNHEIM, Karl. *Liberdade, Poder e Planificação Democrática*. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1972.

MARTINS, José de Souza. Sociologia e militância: entrevista com José de Souza Martins. *Estudos Avançados*, v.11, n.31, set/dez 1997.

MARX, Karl. *O Capital (Crítica da Economia Política)*. São Paulo: Difel, 1982.

MAZZA, Fábio. *O idealismo prático de Roberto Simonsen: Ciência, Tecnologia e Indústria na Construção da Nação*. São Paulo: Instituto Roberto Simonsen/FIESP, 2004.

MERTON, R. *Teoria y Esctructura Sociales*. México, Fondo de Cultura Econômica. (1965)

MICELI, Sérgio. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil: 1960 – 1964. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 2, n. 5, out. 1987.

MILLS, C. Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

MORAIS, Fernando. *A Ilha*. São Paulo: Cia.das Letras, 2001

MOTOYAMA, Shozo (Org.). *Para uma história da FAPESP: marcos documentais*. FAPESP, 1999.

ORTIZ, Renato. Notas sobre as Ciências Sociais no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 27, p. 120-160, jun/1990.

PÉCAUT, Daniel. *Intelectuais e política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

PRADO, Caio Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1963.

PREBISCH, Raul. O Desenvolvimento da América Latina e seus principais problemas. *Revista Brasileira de Economia*, ano 3, n.3, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1949.

ROSTOW, W.W. *Etapas do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Ed.Zahar, 1961.

SIMÕES, Júlio de Assis. Um ponto de vista sobre a trajetória da Escola de Sociologia e Política. In: KANTOR, Iris; MACIEL, Débora A; SIMÕES, Júlio Assis (Orgs.). *A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação 1933-1953*. São Paulo: Escuta, 2001.

RAMOS, Guerreiro. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1961.

RODRIGUEZ, Benedicto. *Teoria do Subdesenvolvimento da Cepal*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

ROMÃO, Wagner Melo. *A Sociologia acadêmica dos anos 60. A experiência do CESIT*. São Paulo: Humanitas, 2006.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SCHUMPETER, Joseph. *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Ed.Abril Cultural, 1982.

SILVA, Franklin Leopoldo e. A experiência universitária entre dois liberalismos. *Tempo Social – Rev.Sociol. USP*, São Paulo, v.11, n.1, 1999.

SCHWARZ, Roberto. Um Seminário de Marx. *Novos Estudos Cebrap*, n. 50, março de 1998.

SORJ, Bernardo. *O Sociólogo e o Político – Entrevista com Fernando Henrique Cardoso*. In mimeo, 2001.

TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.

TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. Brasília: Editora da UNB, 1982.

VIANA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

VIANNA, Luiz Werneck. A institucionalização das ciências sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa. In: _____. *A Revolução Passiva: Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/luperj, 1997, p. 173 a 213.

VIEIRA PINTO, Álvaro. *Consciência e realidade nacional*. Rio de Janeiro: ISEB. 1960.

Sítios

<http://espacoacademico.com.br/045/45cbariani.htm>, acesso em 07 de abril de 2010.